

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – DLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PADR**

**INFORMAÇÃO E LIBERDADE:
O RÁDIO MULHER E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO**

JORGE NEWTON DE SOUSA BORGES

**Recife
Fevereiro de 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – DLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL – PADR**

**INFORMAÇÃO E LIBERDADE:
O RÁDIO MULHER E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO**

JORGE NEWTON DE SOUSA BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora Dra. Vicentina Ramires.

**Recife
Fevereiro de 2011**

Jorge Newton de Sousa Borges

**INFORMAÇÃO E LIBERDADE:
O RÁDIO MULHER E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO**

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Vicentina Maria Ramires Borba (orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Profª Drª Karla Regina Macena Pereira Patriota (examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª Drª Roseana Borges de Medeiros (examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Profª Drª Rita de Cássia Alcântara (examinadora interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Às minhas três Marias,
responsáveis por me guiar
sempre, mesmo que
silenciosas e distantes.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos que, mesmo distantes, continuam sendo minha estrutura maior.

A Luis, pelas horas dedicadas à dissertação e pelas não dedicadas à dissertação, pela companhia em todas as horas e por ter me trazido até aqui.

À minha orientadora, Vicentina Ramires, por compartilhar comigo sua sabedoria, paciência e amizade. E, sobretudo, por me mostrar o início do caminho.

A Wagner e minha segunda família, por terem me ajudado imensamente a trilhar esse caminho que hoje sigo.

A Janaina Calazans, pela grande ajuda na construção dessa dissertação e de tantas outras coisas.

Às mulheres integrantes do programa Rádio Mulher: Flávia, Sílvia, Magal, Nivete e Eliane, pela contribuição especial e pela simpatia.

Ao Centro das Mulheres do Cabo, pela recepção.

A Ana Farache e aos meus amigos de trabalho da Farache Comunicação.

À minha família de amigos, pequena, mas forte.

Às professoras Lúcia Moutinho e Roseana Medeiros, por acreditarem que aquelas poucas páginas poderiam se multiplicar.

A Satie, pela companhia nas madrugadas em frente ao computador.

A todos que contribuíram diretamente ou por meio de bons pensamentos.

*Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.*

*Quanto faças, supremamente faze.
Mais vale, se a memória é quanto temos,
Lembrar muito que pouco.
E se o muito no pouco te é possível,
Mais ampla liberdade de lembrança
Te tornará teu dono.*

*Poesias de Ricardo Reis
Fernando Pessoa (2000, p. 132)*

RESUMO

O presente trabalho disserta sobre a importância do rádio como veículo promotor do desenvolvimento. O estudo é apresentado seguindo uma estrutura não linear: o desenvolvimento, fim para o qual se destina o processo estudado, conduz por uma trilha que chegará ao Rádio Mulher, parte inicial do processo. Neste percurso, os estudos sobre liberdade, comunicação, informação, rádio e questões de gênero se fazem presentes com o intuito de nortear o discurso e construir a compreensão. A maioria das pesquisas cujo objetivo é a análise da comunicação rural depende grande parte de seus esforços em examinar os impactos que os meios de comunicação causam em sua audiência. Para além desta proposta, o presente trabalho foca a importância de tais impactos e sua relevância na promoção do desenvolvimento rural. Para isto, estuda-se o caso do programa Rádio Mulher, veiculado diariamente pela Rádio Farol FM, localizada no município de Catende, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com análise exploratória cujo foco está em identificar a contribuição do programa na expansão da liberdade substantiva das mulheres rurais e sua transformação em agentes promotoras de mudança. Foram entrevistadas cinco mulheres envolvidas na produção do Rádio Mulher nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Catende, além de acompanhar a realização do programa ao vivo. Embora seja um importante instrumento de comunicação para a fala de todas as mulheres da região, o programa surge como veículo de libertação, em especial, para as mulheres rurais, no que se refere à busca por melhor qualidade de vida, cidadania, participação política, direitos sexuais e reprodutivos e saúde.

Palavras-chave: desenvolvimento 1; teoria da comunicação 2; rádio 3; gênero 4.

RÉSUMÉ

Ce document parle de l'importance de la radio comme moyen de promouvoir le développement. L'étude est présentée selon une structure non-linéaire: le développement, raison pour laquelle il est destiné le processus étudié, conduit à un parcours qui atteindra jusqu'à Rádio Mulher, la première part du processus. De cette façon, les études de liberté, de communication, d'information, la radio et les questions de genre sont présentes afin de guider le discours et renforcer la compréhension. La plupart des recherches qui visent à analyser la communication rurale ne font pas que examiner l'impact que les médias ont sur leur auditoire. Cependant, ce document discute sur l'importance de ces impacts et leur rôle dans la promotion du développement rural. Pour cela, il étudie le cas de la Rádio Mulher, diffusée quotidiennement sur la radio Farol FM, située dans la ville de Catende dans la Zona da Mata Sul de Pernambuco. Une recherche qualitative avec analyse exploratoire a été effectuée avec l'objectif d'identifier la contribution du Rádio Mulher à l'expansion de la liberté des femmes rurales et leur transformation en agents. Cinq femmes productrices du Rádio Mulher ont été interviewées dans les municipalités du Cabo de Santo Agostinho et Catende. En outre, il a été analysé la transmission de l'émission en direct. En dépit d'être un outil de communication important pour le discours de toutes les femmes dans la région, le programme apparaît comme un moyen de libération, en particulier pour les femmes rurales, en ce qui concerne à la recherche pour une meilleure qualité de vie, citoyenneté, participation politique, droits santé sexuelle et reproductive.

Mots-clés: développement 1; théorie de la communication 2; radio 3; genre 4.

ABSTRACT

This paper examines the importance of radio as a medium to promote development in the rural area. This study is presented following a non-linear structure: the development, end of the process studied, leads to a trail that will reach to the Rádio Mulher, initial part of the process. In this way, studies of freedom, communication, information, radio and gender issues are present in order to guide the discourse and build understanding. Most research aimed at examining the communication rural spends much of its efforts to examine the impact that the media has on their audience. In addition to this proposal, this paper focuses on the importance of such impacts and their role to promote rural development. For this, the present paper examines the case of Rádio Mulher program, broadcast daily on Rádio Farol FM, located in the town of Catende in the Zona da Mata Sul de Pernambuco, Brazil. A qualitative research with exploratory analysis was performed whit focusing on identifying the contribution of the program on the expansion of the substancial freedom of rural women and their transformation in to change promoters. Five women envolved in production of Rádio Mulher at Cabo de Santo Agostinho and Catende were interviewed. The broadcast of the program was also followed. Although the Rádio Mulher is an important communication tool for the voices of all women in the region, the program comes as a vindication of freedom, in particular for rural women, in reference to the search for better quality of life, citizenship, political participation, sexual and reproductive rights and health.

Keywords: development 1; communication theory 2, radio 3, gender 4.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – LIBERDADE PARA O DESENVOLVIMENTO.....	17
1.1 – No princípio era o progresso.....	17
1.2 – Desenvolvimento: uma ideologia.....	18
1.3 – O rural e o desenvolvimento (rural).....	21
1.3.1 – O que é rural?.....	22
1.3.2 – O desenvolvimento (rural).....	25
1.4 – Liberdade para desenvolvimento (para liberdade).....	28
1.5 – Desenvolvimento e participação das mulheres.....	34
2 – INFORMAÇÃO PARA LIBERDADE.....	38
2.1 – Complexo ato de comunicar.....	38
2.1.1 – Comunicação enquanto processo.....	44
2.1.2 – Comunicação e informação.....	48
2.2 – Informação: produto e produtora.....	50
2.3 – Conhecimento.....	52
2.4 – Informação e liberdade.....	56
3 – RÁDIO PARA INFORMAÇÃO.....	61
3.1 – História do rádio.....	61
3.2 – Um meio cego, porém estimulante.....	69
3.2.1 – Características da radiodifusão.....	70
3.2.2 – Comparativos.....	72
3.3 – Rádio e construção do pensamento uno.....	74
3.3.1 – Mundo em guerra.....	77
3.3.2 – Guerra dos Mundos.....	79
3.4 – Rádio para informação.....	81
3.4.1 – As rádios comunitárias.....	82
3.4.2 – O rádio de Brecht.....	83
3.5 – Rádio e desenvolvimento.....	86
3.6 – Rádio Digital.....	89
4 – METODOLOGIA.....	91
5 – RÁDIO MULHER PARA O DESENVOLVIMENTO.....	93
5.1 – Comunicar e ser comunicada.....	93
5.2 – Mulheres em ação.....	94
5.3 – Rádio Mulher construindo agentes.....	99
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

“Ser livre era seguir-se afinal [...] essa liberdade era o que iluminava sua matéria. E sabia que daí vinha sua vida e seus momentos de glória e daí vinha a criação de cada instante futuro”.
Perto do Coração Selvagem
Clarice Lispector (1980, p. 11 e 150)

INTRODUÇÃO

Ao adentrar no estudo do desenvolvimento e de suas ramificações, uma área revelou-se com um brilho especial. Embora o desenvolvimento econômico seja, em grande parte, ainda, abordado com uma atenção maior – justificada pela certeza e consolidação do capitalismo –, o presente trabalho busca colocar sob os refletores uma outra vertente do desenvolvimento.

Nas últimas décadas, quando outras discussões foram somadas às referentes ao crescimento da economia, chegou-se a um debate sobre um tipo de desenvolvimento mais amplo. Assim, a tríade sustentada pelos pilares econômicos, ambientais e sociais gerou o conceito de desenvolvimento global. Pela interdependência existente entre eles, ambos compartilham de igual valor na construção da sociedade.

Com o desejo de estudar a importância do pilar humano na sustentação dessa tríade, o presente trabalho busca analisar os fatores que levam à consolidação do desenvolvimento social. A partir deste desejo, foi trilhado um caminho buscando chegar ao cerne da questão. O percurso apresentado nas páginas deste trabalho segue uma direção inversa e, por isso, investigativa.

O que gera o desenvolvimento? É a busca por essa resposta que norteia o discurso maior. Já especificamente, surge o questionamento: o que auxilia na promoção do desenvolvimento humano das mulheres rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco?

Encurtando um caminho que será mais bem detalhado adiante, ao passar por questões como liberdade, comunicação e informação, chega-se ao rádio e ao seu papel na produção do saber e melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais.

Sabendo que todo veículo de comunicação possui uma capacidade singular na construção do conhecimento, e que cada um, com suas especificidades, atua de

modo diferente – dependendo do público e do meio –, o rádio encontra na zona rural um ambiente propício para executar sua função informativa com plenitude.

Sobre esta perspectiva, o Centro das Mulheres do Cabo (CMC) idealizou, junto com grupos de mulheres das cidades de Água Preta, Catende, Joaquim Nabuco e Palmares, o programa Rádio Mulher. Ao ser fundado, em março de 1997, o programa era veiculado pela Rádio Cultura AM¹ e, posteriormente, em 2001, passou a ser transmitido pela Rádio Quilombo FM 100,9 MHz.

Nos primeiros dois anos de fundação, o programa era gravado em Recife. A partir de 1999, após o aprendizado técnico necessário para a produção radiofônica, as conselheiras passaram a apresentar o Rádio Mulher ao vivo. Segundo Veloso (2005, p. 113), “a segunda reformulação se deu em 2001, quando as entidades locais convocaram suas participantes para a formação de um novo conselho, que passou a ser mais efetivo em 2003”.

Com o acúmulo de experiências e a apreensão de técnicas de produção na área de comunicação, as mulheres alçaram um voo ainda maior quando, em 2005, implantaram, por meio do projeto Conexão.G², no município de Palmares, o Núcleo de Produção de Conhecimentos. O núcleo foi criado com o objetivo de abrigar “a produção do Rádio Mulher, uma sala de reuniões, uma de acesso à internet e um espaço multiuso para pesquisas e consultas às publicações feministas” (VELOSO, 2005, p. 113).

Desde o final do ano de 2010, o programa é transmitido das 11h às 12h pela Rádio Farol FM 90,7 com sede no município de Catende. Além das enchentes ocorridas no município de Palmares durante o mês de junho de 2010, a mudança para outra emissora foi justificada por dificuldades financeiras.

O programa Rádio Mulher é veiculado também no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Embora os enfoques sejam os mesmos, o programa na cidade do Cabo difere-se pelo seu alcance reduzido – pouco mais de 1 Km –, uma vez que é transmitido pela Rádio Comunitária Calheta 98,5 FM, das 8h às 9h.

¹ Por meio de uma parceria com o Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

² Projeto aprovado pelo programa Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (Gral), da Fundação Carlos Chagas, em parceria com a Fundação MacArthur e o Instituto SOS Corpo. Objetivou o desenvolvimento de oficinas que primaram pela inclusão digital de líderes dos grupos de mulheres da Zona da Mata Sul/PE, sob a coordenação da diretora do Rádio Mulher (VELOSO, 2005, p. 118).

Para analisar a importância dos meios de comunicação como veículo promotor do desenvolvimento rural, a pesquisa traz uma revisão bibliográfica que envolve a relevância da informação para alcançar a liberdade e a importância dessa na impulsionamento do desenvolvimento. Assim, a literatura é construída com o intuito de formar uma engrenagem onde “informação - liberdade - desenvolvimento” são, ao mesmo tempo, causa e consequência entre si.

Na construção deste referencial teórico, o estudo começa investigando o próprio termo desenvolvimento e sua relação com a liberdade³.

Assim, no capítulo 1, busca-se trazer à luz os pensamentos e as formulações que envolvem o desenvolvimento com ênfase no aspecto humano e social. Trata do conceito de desenvolvimento desde sua associação com o progresso e o crescimento econômico até sua utilização mais ampla, como forma de expansão das liberdades substantivas. Em seguida, o termo rural é apresentado conceitualmente e depois somado ao termo desenvolvimento. Neste ponto, o rural mostra-se como complemento do urbano, e não como sua negação, podendo o desenvolvimento rural ser analisado como um complemento do desenvolvimento urbano e vice-versa. As duas regiões são classificadas como interdependentes, precisando desta conexão para que, até mesmo separadamente, possam se desenvolver.

Procura-se abordar, também, o conceito de liberdade, destacando que “a proposta libertária tem de ser complementada passando-se a caracterizar a distribuição de direitos entre as pessoas envolvidas” (SEN, 2008, p.53). Assim, trazendo para a questão de gênero, o capítulo finaliza abordando a condição de agente das mulheres e a mudança social que pode ser fruto dessa liberdade. As mulheres deixam de ser “receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar” e assumem o papel de “agentes ativos de mudança” (SEN, 2000, p.220). Só

³ O termo liberdade é tratado com um caráter de reflexão filosófica por estar relacionado a uma abstração de sentimento. No entanto, Kant, em sua obra *Crítica da Razão Pura*, fez da liberdade a peça chave do seu pensamento. Para ele, a razão pura se opõe a qualquer determinação patológica, paixão ou interesse, uma vez que seguir pela razão é seguir livre. Ela escapa do determinismo, libertando aquele que a segue. Para os iluministas como Montesquieu, a liberdade é o poder de fazer tudo o que as leis permitem.

Rousseau, em *Contrato Social*, afirma que o homem nasce livre e, por isso, a liberdade é a principal característica da essência humana. Em sua teoria, a liberdade coloca-se como foco das relações humanas, em que o indivíduo na sociedade deve permanecer tão livre quanto em sua essência. Nos princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” da Revolução Francesa, o primeiro termo está associado à política, na qual o povo livre é aquele que não é governado por um déspota ou tirano. Neste estudo, a liberdade é abordada como o conjunto de direitos concedido ao indivíduo para que ele exerça sua vontade de acordo com seu entendimento de valor supremo e dentro dos limites da lei.

assim elas tornam-se responsáveis pelas transformações que alteram suas vidas e a sociedade.

O capítulo 2 inicia-se revisando a literatura sobre o estudo da informação, considerando-a, simultaneamente, produto e produtora do processo de disseminação do conhecimento. Assim, a informação pode ser entendida como fruto do conhecimento e, ao mesmo tempo, semente para a produção deste.

Alguns conceitos de comunicação são apresentados, e os estudos de Barreto, Berlo, Breton e Charaudeau possibilitam a análise da comunicação enquanto processo. Pode-se sintetizar que a comunicação é o veículo utilizado para transportar a informação ou, segundo Meyriat (1993, p.10), “a comunicação é um processo cuja informação é o conteúdo; portanto, uma não pode ser entendida sem a outra, o estudo de uma e de outra fazem uma coisa só”. Embora exista uma unidade no estudo de ambas, pode-se afirmar que a comunicação é inerente ao ser humano, enquanto a informação pode ser entendida como uma especialização humana.

São apresentados, ainda no capítulo 2, os modelos dos elementos constitutivos da comunicação e o esquema representando a situação de comunicação para Charaudeau. Após conceituar e analisar o papel que cada um possui no processo comunicativo, passa-se a estudar o conhecimento adquirido por meio da informação, considerando-o como a elucidação da realidade e decorrente de um “esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda” (MATOS, 2003). Assim, é apresentado o fluxo que se desenha entre o nascimento da informação e sua transformação em saber.

Ao retomar o termo liberdade, inicia-se uma discussão sobre esta e sua ligação com o conhecimento. Segundo Almino, citado por Araújo (1992, p.74), “a aquisição e distribuição da informação e a representação dessa aquisição e distribuição tem implicações do ponto de vista do poder”. Esta política de dominação por meio da desinformação – ou privação do conhecimento – leva a sociedade a conhecer somente pedaços de liberdade.

Assim, a partir deste ponto, o capítulo trata da informação como a base para uma visão global com objetivos prospectivos de liberdade. Neste aspecto, o conceito de cidadania é apresentado, considerando-a uma conquista do indivíduo e um meio capaz de fazer com que a sociedade conceba seu próprio processo de desenvolvimento.

O capítulo 3 reforça os conceitos já trabalhados e aborda a eficiência do rádio na construção do conhecimento. Assim, inicia situando o rádio historicamente no mundo e no Brasil e segue apontando suas características, vantagens e desvantagens em relação aos outros meios de comunicação.

Após apresentar o rádio por meio dos trabalhos de Caparelli, Mcleish e Oliveira, o veículo passa a ser analisado do ponto de vista da persuasão, onde são expostas duas situações em que o rádio mostrou-se uma ferramenta de construção de um pensamento uno: o mundo em guerra, quando o uso do rádio pelo Ministro da Informação da Alemanha, Joseph Goebbels, objetivou alienar a população; e Guerra dos Mundos, livro de George Wells, adaptado para o rádio pelo cineasta Orson Welles, e que gerou pânico nos norte-americanos devido às propriedades radiofônicas capazes de transmitir emoções e credibilidade.

Se o veículo é capaz de mudar hábitos, gerar conhecimento e promover a formação ideológica, é válido destacar que direcionamento está sendo dado ao rádio para que sua finalidade seja em prol da liberdade e do desenvolvimento. Assim, valendo-se dos pensamentos de Brecht e de Bolaño e Brittos, o capítulo 3 segue analisando o uso da radiodifusão na vida pública, de forma democrática e visando a promoção da cidadania. Em seguida, aponta a relação existente entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o acesso aos meios de comunicação, além de confrontar a penetração do rádio e da televisão nas áreas rurais.

Concluindo a revisão da literatura, o capítulo 4 inicia retomando alguns conceitos sobre o direito à comunicação e liberdade de expressão por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os veículos de comunicação independentes são destacados como um meio de democratização da informação pela sua importância na construção da cidadania.

Seguindo este pensamento de formação de indivíduos ativos, os movimentos sociais feministas, com sua defesa pela igualdade na comunicação, surgem no discurso criando uma via de acesso para a apresentação do Rádio Mulher. Os pensamentos de Arendt, Assis, Beauvoir, Foucault e Pierucci fornecem a base conceitual necessária para formar a estrutura teórica do capítulo.

Em seguida, é apresentado o histórico do Rádio Mulher, além de suas características, objetivos e temas mais relevantes. Neste ponto, o estudo de Veloso é utilizado como fonte de dados e suporte teórico. É abordada a relevância da penetração do programa na zona rural, ponto que, segundo Veloso, é de suma

importância para que as ideias e pensamentos do movimento feminista cheguem até as trabalhadoras rurais, “uma vez que, antes do Rádio Mulher, os debates eram restritos a pequenas rodas de discussão nos grupos situados na zona urbana” (VELOSO, 2005, p.107).

Tendo apresentado o programa Rádio Mulher, o capítulo segue analisando o conteúdo das entrevistas com as integrantes do Rádio Mulher e sua relação com a promoção da liberdade e da condição de agente da mulher rural na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Esta última parte dedica-se à interpretação dos dados obtidos na pesquisa, uma vez que busca compreender de que forma o programa contribui para o desenvolvimento da mulher. Foi analisada de que forma as mensagens levam as ouvintes a questionarem as convenções sociais impostas pela sociedade machista e patriarcal na qual estão inseridas. A base de estudo desse capítulo é, portanto, a análise da situação da trabalhadora rural na Zona da Mata Sul e a contribuição do programa Rádio Mulher na expansão de suas liberdades.

A relevância do estudo apresentado encontra-se no ineditismo de seu conteúdo. Embora muito se tenha dissertado sobre o caráter informativo da radiodifusão ou sobre seu amplo alcance na zona rural, não foi encontrado nenhum estudo que traçasse um paralelo entre o uso dos meios de comunicação como forma de expansão das liberdades dos indivíduos e sua relação direta com o desenvolvimento. O estudo objetiva também servir de aparato teórico para estimular a produção de projetos que visem à democratização da informação.

“La libertad, Sancho, es uno de los más preciosos dones que a los hombres dieron los cielos; [...] por la libertad, así como por la honra, se puede y debe aventurar la vida; y, por el contrario, el cautiverio es el mayor mal que puede venir a los hombres”⁴.
Don Quijote de la Mancha, Capítulo LVIII
Miguel de Cervantes (2008, p. 211)

1 – LIBERDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

1.1 – No princípio era o progresso

Caso seja realizada uma pesquisa sobre palavras usadas corriqueiramente no século XXI, talvez uma se sobressaia de maneira espantosa: desenvolvimento. Mesmo tendo partido esta suposição de uma abstração pessoal, seja na linguagem comum ou na literatura econômica, o termo assumiu um caráter ideológico que ultrapassa as diretrizes iniciais propostas pelo progresso.

Foi por meio do liberalismo⁵ que “o termo desenvolvimento substituiu a noção de progresso, que vigorou de forma dominante até a década de 1930, associada à outra ideia de crescimento” (ALMEIDA, 2009, p. 34).

Segundo Almeida (2009, p. 34), a noção de progresso, princípio fundante do espírito dos enciclopedistas franceses do século 18 e do positivismo no século 19, era entendida como um movimento evolucionista, na direção do crescimento e da ampliação de conhecimentos. Buscava-se ainda a expansão territorial e populacional e a elevação da produção de bens.

Assim, a ideia de progresso estava ligada ao avanço, às benfeitorias vindas das ciências (econômicas ou sociais) e que, em consequente resposta a este avanço, acabaria por apontar para um melhoramento da qualidade de vida e das liberdades⁶. Passando por uma modificação ideológica que partiu da *evolução* e

⁴ A liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos dons concedidos aos homens pelos céus; [...] pela liberdade, assim como pela honra, se pode e se deve aventurar a vida; e, por outro lado, o cativo é o maior mal que pode acontecer aos homens.

⁵ Segundo o Dicionário Social do Século XX, a definição de liberalismo pode variar de acordo com seu nível de abstração, ao longo dos anos ou de país para país. Para Pereira (2004, p. 134), liberalismo é “a afirmação dos direitos civis, da liberdade individual e dos direitos de propriedade, da tolerância e do pluralismo”. Segundo Barretto (2006, p. 4), a essência filosófica do liberalismo “conferiu uma prioridade à liberdade individual na sociedade. [...] A estabilidade e progresso da sociedade dependiam da expansão crescente da liberdade individual”.

⁶ O termo “liberdades” faz referência às liberdades instrumentais destacadas por Amartya Sen (2000, p. 55) e abordadas posteriormente neste capítulo. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

chegou ao *crescimento*, a convicção de que o progresso traz melhoramentos não pode ser generalizada para todos os membros de uma sociedade.

Não se pode afirmar, por exemplo, que determinado progresso trouxe benefícios a todos os integrantes de uma comunidade, “pois as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, ‘ganhadores’ e ‘perdedores’” (ALMEIDA, 2009, p. 35).

Após os anos 50, o progresso deixou de ser visto como uma meta a ser alcançada pelos países menos industrializados e foi se revelando tão somente como um momento experimentado pelos países industriais. Passou-se, então, a aplicar os termos *crescimento* e *modernização* como uma forma de traduzir o aumento de indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (PIB), renda per capita e avanços tecnológicos. Buscava-se, assim, o crescimento das riquezas e o fortalecimento econômico.

Por meio das ideias de modernização, os países ditos do “terceiro mundo” são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Para Almeida (2009, p. 37), este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”.

A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; a segunda se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um processo e o desenvolvimento uma política (ALMEIDA, 2009, p. 37).

Embora o crescimento ainda seja considerado um termo relevante na literatura, a noção de desenvolvimento infere de modo mais completo os aspectos econômicos, sociais e culturais de uma sociedade.

1.2 – Desenvolvimento: uma ideologia

Na década de 1960, a via de desenvolvimento proposta ao “terceiro mundo” foi tomada de empréstimo daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje

consideradas “ricas” ou “avançadas” industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também ricos e avançados, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. As teorias foram muitas e a aplicação com real eficácia foi nenhuma (ALMEIDA, 2009, p. 36). Isto porque, para ascender na classificação, todas as nações deveriam tomar para si o mesmo modelo padrão de crescimento que, acreditava-se, seria universal.

O desenvolvimento, com seu caráter mais humanista, passa a carregar em si ideias que há muito já eram defendidas. Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, já questionava o “bom” desenvolvimento com base na felicidade, e sua ética buscava apontar o modo que devemos agir para alcançar tal objetivo. Segundo Aristóteles (2009, p. 22), “a riqueza [coisas cujo valor é mensurável pelo dinheiro] não é, obviamente, o bem que estamos procurando: trata-se de uma coisa útil, nada mais, e desejada no interesse de outra coisa”.

A ideia de desenvolvimento, com seus objetivos humanistas, pode ser entendida como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). Assim, seu estudo vai além da análise do acúmulo da riqueza de um país (PIB) ou de um indivíduo (renda per capita): está também relacionado aos aspectos sociais e culturais.

[...] o termo desenvolvimento assimilou uma conotação positiva, de prejulgamento favorável: ele seria em si um bem, pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor. Aqui, a analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos aparece claramente: se desenvolver é crescer, difundir potencialidades para atingir a maturidade (ALMEIDA, 2009, p. 36-37).

Esta mudança ao pousar o olhar sobre o desenvolvimento – considerando o PIB um índice de medida insuficiente para classificar os países – começou intensamente nos anos 90, quando da publicação do Relatório sobre Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O índice que surgiu como uma espécie de auxiliar do PIB para mensurar o desenvolvimento foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Embora o enfoque essencialmente humano tenha ganhado força nos anos 90, os decênios do desenvolvimento das Nações Unidas passaram por diversas etapas, as quais tiveram início na década de 1960.

Nesse primeiro período, mirava-se o rápido crescimento econômico e a industrialização dos países pós-independentes, “o que beneficiaria todas as

populações”, uma vez que o *trickle down*⁷ não havia acontecido. Já durante o segundo decênio, o foco passou para o desenvolvimento das pessoas como força geradora do crescimento econômico.

A ideia era ir para além do mero investimento de capital no sentido do investimento nos ‘recursos humanos’ sob a forma de distribuição equitativa da riqueza, dos rendimentos, da justiça social, e melhoria das instalações para a educação, a saúde, a segurança social, etc., como representações evidentes. [...] A era da preocupação com a equidade e as Necessidades Básicas teve, porém, uma vida curta à luz dos desenvolvimentos que se operaram dentro da economia global. A ‘crise’ do petróleo em 1973, o crescimento lento dos mercados de exportação, [...] conduziram a uma crise de endividamento (BRAIDOTTI, 2000, p. 42).

Com este cenário economicamente negativo, o desenvolvimento humano que havia sido proposto pelo segundo decênio precisou ser “adiado”. Ao longo da década de 1980, seguiram-se várias tentativas econômicas de ajustar o desequilíbrio e adequar a estrutura socioeconômica dos países do sul. Para Braidotti (2000, p. 44), os anos 80 são, portanto, “denominados frequentemente como o decênio perdido”.

Como já mencionado, só a partir dos anos de 1990 pode-se começar a perceber algumas mudanças no sentido da incorporação de reais preocupações com o desenvolvimento humano por meio do PNUD e do novo índice de mensuração do desenvolvimento.

Em seu processo de medida, o IDH considera que o desenvolvimento humano abarca não só o aumento de renda e riqueza, mas também “inclui outros bens e valores, nem sempre materiais, que fazem parte das aspirações das pessoas. Por isto, o desenvolvimento humano consiste no processo de ampliação das escolhas das pessoas” (KAGEYAMA, 2004, p. 380).

Embora as aspirações sejam pessoais e não se possa facilmente generalizar se esta ou aquela escolha individual representa o desejo coletivo, pode-se afirmar que, para alcançar qualquer meta – individual ou coletiva –, faz-se necessária, primeiro, a expansão da liberdade.

Para o indiano Nobel de economia, Amartya Sen (2000, p. 17-18), entender o desenvolvimento como uma forma de “expansão de liberdades substantivas dirige a

⁷ Segundo Aghion e Bolton (1997, p. 151-152), o termo refere-se a uma teoria que defende um sistema cujo acúmulo de riqueza é centralizado nos mais ricos. Parte do princípio de que, se os países ricos estiverem economicamente fortes, os benefícios “trickle down” para os demais, ou seja, a riqueza iria verter dos países que já a detinham para os mais pobres.

atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo”. Desta forma, o desenvolvimento está ligado, principalmente, às oportunidades que a sociedade possui para fazer suas escolhas, colocando seus indivíduos na condição de cidadãos.

Não só por meio de pesquisas, mas também por razões lógicas, está claro que a aquisição de riquezas é de grande relevância como um meio de expansão das liberdades, mas “as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas [por exemplo, os serviços de educação e saúde] e os direitos civis [por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas]” (SEN, 2000, p. 17). Garantir as liberdades substantivas é, portanto, o sumo do desenvolvimento.

Embora muitas privações de liberdades substantivas sejam relacionadas a privações econômicas – como a liberdade de obter alimentação, vestimenta e medicação adequada para cada situação –, em alguns casos, a ausência de liberdade é oriunda de uma carência de serviços públicos – como educação, assistência médica e garantia da ordem pública.

Há, ainda, a violação da liberdade, que resulta “diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade” (SEN, 2000, p. 18).

Sob esta perspectiva, o sentido do termo desenvolvimento ganha maior clareza e foge do conceito de “elefante” dado pela economista inglesa Joan Robinson (2009, p. 2) para distinguir ideologia e ciência: é difícil definir um elefante, porém, é fácil reconhecer quando se vê um⁸.

Portanto, para compreender o desenvolvimento, é necessário associá-lo à ampliação das “possibilidades de escolha, sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not least* – liberdade” (VEIGA, 2001, p. 104).

1.3 – O rural e o desenvolvimento (rural)

⁸ But how to define an elephant? The man had the right idea who said: I cannot define an elephant but i know one when I see it (2009, p. 2).

Quando se começa a adentrar no universo que se abre ao estudar o desenvolvimento, faz-se necessária – por afinidade com o presente estudo – uma análise do “rural” dentro desse processo de desenvolvimento. Para Veiga (2000, p. 102), não existe o *desenvolvimento rural* como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano, uma vez que o desenvolvimento é um processo complexo. Assim, pode-se estudar *o lado rural do desenvolvimento*.

1.3.1 – O que é rural?

De maneira breve e superficial, o espaço rural muitas vezes é definido simplesmente como a negação do espaço urbano. Nestes casos, quando a conceituação não provém de um estudo mais profundo, os critérios de definição do meio rural apoiam-se mais sobre características como localização e população, deixando de lado os processos econômicos e sociais que ocorrem na região classificando-a.

A Sociologia Rural, no início do século 20, distinguia rural e urbano,

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis, [...] os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos (BAPTISTA citado por KAGEYAMA, 2004, p. 381).

Os elementos utilizados para caracterizar o espaço rural – ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social – foram, e ainda o são, constantemente modificados.

Para Kageyama (2004, p. 381), “a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades e a própria indústria penetrou nos espaços rurais”. Todas essas modificações fizeram reduzir as diferenças entre os espaços urbano e rural que antes se mostravam marcantes.

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia

diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA por KAGEYAMA, 2004, p. 381).

Segundo Abramovay (2003, p. 6), em seu estudo sobre o futuro das regiões rurais, a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e possui três aspectos básicos que a caracterizam: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e menos dos grandes centros urbanos mais afastados.

Na demarcação das áreas territoriais, os critérios utilizados são geralmente arcaicos, pois não levam em consideração as mudanças ocorridas com o desenvolvimento territorial. A visão do “novo rural”, por exemplo – que surge com a urbanização das áreas rurais –, criou novos espaços entre as duas regiões difíceis de serem classificados. Esta demarcação aponta, assim, um afastamento entre os resultados obtidos e a realidade. Para Veiga, o caso brasileiro torna a classificação ainda mais grave, uma vez que “se baseia numa definição de ‘cidade’ – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características” (VEIGA por KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Embora os vários estudos sobre rural apontem para definições diferentes, vale salientar que alguns pontos são comuns em todos os resultados:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados e rural exclusive aglomerados. A própria definição do IBGE coloca a extensão urbana no plano de frente. Assim, definido o urbano como polo principal, o resto (secundário) pode ser denominado rural.

Por esta falta de esclarecimento quanto à sua definição, no Brasil as áreas rurais geralmente estão associadas a atraso, ausência de serviços públicos e

isolamento. Segundo Abramovay (2000, p. 2), o acesso a infraestruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista, de maneira distorcida, como “urbanização do campo”.

Quanto ao termo urbanização, é preciso moderar seu uso ao estudar o meio rural de forma que o desenvolvimento deste não seja visto como uma transformação “do rural para o urbano” ou “do atrasado para o moderno”. Erroneamente, fala-se de desenvolvimento rural como um processo para tornar urbana uma região. A relação campo-cidade vai muito além da visão que mostra o meio rural como agrícola e o meio urbano como industrializado. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura.

Ainda que a agricultura seja a base da geração de emprego e renda nas áreas rurais, é preferível, a título de estudo, não chegar à definição de rural por meio do seu caráter agrícola.

Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem também empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial (ABRAMOVAY, 2000, p. 6).

Portanto, ao invés de utilizar como unidade de análise os sistemas agrários ou os sistemas alimentares, deve-se atentar para as economias regionais. Para Abramovay (2000, p. 27), desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. O essencial, porém, mesmo sob o ângulo quantitativo, é que se abandone a identificação automática entre rural e áreas destinadas ao esvaziamento social, cultural e demográfico. Para servir de base conceitual no presente estudo, deve-se considerar a compilação de definições feitas por Abramovay. Em seu estudo, o autor examina as convencionais definições do termo rural e as três utilizadas nos Estados Unidos, na França e na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como resultado, foram encontradas diferentes visões com preocupações basais muito próximas, sendo resumidas da seguinte forma:

- a) o importante é a definição espacial e não setorial de ruralidade;

- b) não existe fatalismo demográfico capaz de condenar as áreas não densamente povoadas ao abandono constante; ao contrário, em muitos casos há um nítido fenômeno de “renascimento rural”;
- c) para sua compreensão, é fundamental o papel dos centros urbanos na dinamização das regiões rurais;
- d) nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de cidade. É importantíssimo o papel das cidades rurais no desenvolvimento territorial; e
- e) embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade.

Assim, pode-se extrair que, embora as definições e os métodos de classificação sejam diversos, a conceituação de rural deve ter sua importância dividida com a necessidade de abolir os preconceitos que o termo carrega. O olhar deve estar voltado para que o meio rural não seja visto como a sobra do que é considerado urbano. Somente desta forma lhe serão direcionadas políticas adequadas de desenvolvimento. Antes mesmo de mensurá-lo, é preciso perceber a sua dinâmica e identificar suas capacidades produtivas.

1.3.2 – O desenvolvimento (rural)

Após exposição conceitual do termo rural, propõe-se sua ligação com a breve noção de desenvolvimento explanada anteriormente (e que será mais bem detalhada a seguir).

Sabendo que o desenvolvimento vai além do simples crescimento econômico, ou da modernização industrial e da elevação da produção, pode-se concluir que desenvolver-se é um complexo de atividades que, conjuntamente, rumam em direção ao “sumo bem”⁹.

Assim, pode-se afirmar que, ao buscar o desenvolvimento, é preciso satisfazer as necessidades dos indivíduos de forma a expandir suas liberdades. Considerando sua complexidade – social, cultural e econômica –, não se pode separar, pelo menos não de forma extrema e literal, o desenvolvimento rural do desenvolvimento urbano. Ambos fazem parte de um processo maior que os tornam

⁹ Para Aristóteles (2009, p. 36), o bem supremo parece, trivialmente, ser a felicidade, que é definida como “uma atividade da alma conforme à virtude perfeita”.

interaliados, conferindo ao lado rural do desenvolvimento um papel maior que aquele abordado em muitas literaturas e que se resumem à participação agropecuária.

Para Abramovay (2000, p. 26), a noção de desenvolvimento rural é certamente normativa, mas sua utopia apoia-se na ideia de que a emancipação das populações rurais passa pela intensificação dos processos migratórios. Além de perverso, tal pensamento subestima o valor do meio rural para o desenvolvimento e restringe a possibilidade de renovação das ideias de ruralidade.

[...] outro grande obstáculos é a poderosíssima, embora anacrônica, confusão que continua a se fazer neste país entre economia rural e economia agrícola, ou agropecuária. É assustador perceber quanto [...] têm dificuldade de entender que no espaço rural também existem os setores secundário e terciário. Há mesmo quem tache de urbanas todas as atividades extra-agropecuárias, mesmo que ocorram em zonas classificadas como rurais até pelo extremado critério estadonovista (VEIGA, 2001, p. 102).

Embora a baixa densidade populacional e a distância dos grandes centros urbanos sejam características que definam o meio rural, o espírito empreendedor que algumas regiões possuem comprova que tais traços de ruralidade não impedem a geração de emprego e renda.

Segundo Veiga, a experiência mostra que os obstáculos geográficos podem ser ultrapassados. Para as regiões rurais atrasadas, as regiões rurais dinâmicas representam um modelo de desenvolvimento mais realista que as regiões urbanizadas.

Mesmo sabendo do caráter uno do desenvolvimento, pode-se abordar o desenvolvimento rural isoladamente como um processo estimulador para regiões cujo “progresso” ou ocorreu tardiamente, ou ainda não se fez presente por meio de resultados socioeconômicos.

Assim, no que se refere à disposição do desenvolvimento (rural)¹⁰, Terluin (2002, p. 66), a partir da revisão de teorias sobre o desenvolvimento econômico das regiões rurais (adquiridas da geografia e planejamento rural, economia agrícola e da sociologia rural), revela três abordagens possíveis para o desenvolvimento rural: a abordagem exógena, a endógena e a combinação de ambas.

Esses três enfoques, além de atribuírem características, refletem uma espécie de sequência na conceituação de desenvolvimento rural ao longo do tempo. Os conceitos oferecem diferentes papéis para os atores locais e para as políticas de

¹⁰ Devido à visão global do desenvolvimento, alguns autores usam parênteses quando se referem ao lado rural do desenvolvimento – ou desenvolvimento (rural).

desenvolvimento. Para Terluin (2002, p. 66-67), o enfoque é *exógeno* quando o desenvolvimento rural é determinado por forças motivadoras externas e é implantado em regiões específicas.

Os benefícios do desenvolvimento tendem a ser exportados para fora da área rural e partem da visão anacrônica de que, na divisão econômica dos papéis entre o urbano e o rural, este é responsável pela agricultura oferecendo alimento e matéria-prima, e ao primeiro fica imputada a tarefa de ofertar indústria e serviços. Em suma, o meio rural pode atingir o crescimento ao fornecer subsídios para garantir o desenvolvimento urbano.

Esta abordagem assegurou o desenvolvimento rural durante os anos 70. Segundo Terluin (2002, p. 67), ela foi refletida em uma política direcionada para a modernização do setor agrícola, o que acabou por se revelar insuficiente para estabilizar a economia rural.

A abordagem *endógena* deve ser entendida como o desenvolvimento local produzido, principalmente, por impulsos locais e utilizando, em grande parte, os recursos locais. Em contraposição à perspectiva anterior de desenvolvimento rural, os benefícios resultantes deste modelo tendem a ser retidos na área rural, uma vez que são oferecidos apoios e iniciativas às empresas da região e é estimulada a participação dos atores locais no processo. Os distritos industriais são modelos deste tipo de abordagem.

Já a *combinação de ambos* (exógena e endógena) descarta a centralização das abordagens de desenvolvimento rural anteriores e sugere uma proposta que tem como base a interação entre as forças locais e externas. Esta abordagem considera o desenvolvimento rural dentro de um processo de globalização, principalmente devido às rápidas mudanças no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Neste contexto de mudança global, os atores nas regiões rurais estão envolvidos em ambas as redes (locais e externas), mas, o tamanho, a direção e a intensidade das redes variam entre as regiões. Assim, nessa abordagem de desenvolvimento rural, deve-se levar em consideração a existência de uma malha complexa de redes em que os recursos são mobilizados e cujo controle do processo consiste em uma interação entre as forças locais e externas (Terluin, 2002, p. 68)¹¹.

¹¹ In this changing global context, actors in rural regions are involved in both local networks and external networks, but the size, direction and intensity of networks vary among regions. Hence, in this approach rural development is considered as a complex mesh of networks in which resources are mobilized and in which the control of the process consists of an interplay between local and external

Pode-se analisar o desenvolvimento rural como um complemento do desenvolvimento urbano e vice-versa. As duas regiões são interdependentes e precisam desta conexão para que, até mesmo separadamente, possam se desenvolver.

Nas áreas rurais onde predominam as grandes plantações, por exemplo, “quase não existe a mobilidade e a articulação social que engendram a criação das redes [...]. Também não existe essa organização espacial que permite evitar uma fratura entre cidade e campo” (VEIGA, 2001, p. 107).

Para que o desenvolvimento seja vivido nas pequenas ou grandes concentrações rurais, é necessário que estejam de posse das condições que se mostram favoráveis para o êxito de uma ação continuada. Assim, além destas articulações em forma de redes – que incluem também a comunicação e a renovação de informações –, é fundamental garantir aos indivíduos um processo de expansão das liberdades reais. Somente por meio da liberdade se é possível alcançar o cerne do desenvolvimento.

Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos. Ambas as coisas são relevantes para a avaliação da liberdade dos membros da sociedade e, portanto, cruciais para a avaliação do desenvolvimento da sociedade (SEN, 2000, p. 33).

1.4 – Liberdade para desenvolvimento (para liberdade)

Apesar da repetição presente no título acima parecer um equívoco, ela surge como forma de enfatizar os papéis constitutivo e instrumental da liberdade.

Antes, porém, convém destacar o conceito de liberdade tratado por Paul Evdokimov em seu livro “A mulher e a salvação do mundo”. Nesta obra, onde o autor retrata a “guerra” entre o masculino e o feminino ao longo da história, a liberdade é tratada como indispensável para que o indivíduo possa se desenvolver em sua verdadeira natureza humana. “A existência consiste no exercício de um ato de liberdade que, quando não se produz, reduz nosso ser à condição de coisa” (LAVELLE citado por EVDOKIMOV, 1986, p. 55-56). Assim, a liberdade faz com que

forces (Terluin, 2002, p. 68).

o indivíduo possa conhecer a si mesmo, e com isso, realizar-se em seus atos construindo seu destino.

Não se trata de “liberdade de escolha” onde duas ou mais opções são oferecidas. Fala-se aqui de espírito de discernimento, quando o sujeito pode decidir pelo que é verdadeiro para ele de acordo com seus valores e suas descobertas pessoais. Assim, a liberdade está onde não há opções, há sim, um caminho único e verdadeiro para o indivíduo. A sua verdade é a sua liberdade. “Eu não conheço de fato a verdade até que ela se torna vida em mim¹²” (KIERKEGAARD citado por ANTIER, 2010, p. 133).

São Máximo vê a imperfeição justamente na necessidade de escolher; o livre arbítrio é consequência inevitável da queda; de intuitiva, a vontade torna-se discursiva; em contrapartida, o perfeito segue o bem imediatamente, situa-se além da opção (EVDOKIMOV, 1986, p. 55).

Deve-se atentar para a diferença que há entre a vontade (termo psicológico) e a liberdade (termo metafísico). “A vontade está ainda ligada à natureza, submete-se às necessidades e aos fitos imediatos. A liberdade decorre da pessoa. Quando atinge seu ponto máximo, só deseja, livremente, a verdade e o bem” (EVDOKIMOV, 1986, p. 57). Assim, utilizando-se dos pensamentos do filósofo dinamarquês, Evdokimov conclui que “a subjetividade é a verdade [...] A consciência cria, a partir de si, o que é verdadeiro, e chega àquela espantosa identificação: a verdade é o ato de liberdade” (EVDOKIMOV, 1986, p. 57-58).

Assim, a construção do indivíduo depende do uso de sua liberdade, sendo o desenvolvimento um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas usufruem. Seguindo a perspectiva de Sen, a expansão da liberdade pode ser considerada como (1) o *fim primordial* e (2) o *principal meio* do desenvolvimento.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana [...] como ter condições de evitar a fome [...], saber ler, ter participação política e liberdade de expressão (SEN, 2000, p. 52).

Embora o papel constitutivo da liberdade preze pela valorização da vida do indivíduo, a sua relação com a liberdade vai além da capacidade de efetuar realizações. Entre ambas existe a influência exercida pelas oportunidades econômicas, políticas e sociais, além das questões habilitadoras como saúde, educação e estímulo à pró-atividade.

¹² Je ne connais en vérité la vérité que lorsqu'elle devient vie en moi (Søren Kierkegaard, L'école du Christianisme, 1950, p. 182)

As disposições institucionais que proporcionam as oportunidades são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p.19).

A inter-relação entre as oportunidades é tão notável a ponto de a privação de uma levar à privação da outra. Quando negada a liberdade, por exemplo, tira-se também a oportunidade econômica, uma vez que é podada do indivíduo a capacidade de agir de acordo com seus interesses e vontades. Por esta razão, as oportunidades sociais precisam ganhar mais destaque na abordagem do desenvolvimento. A partir do momento em que são apreciados os pontos socioculturais, faz-se necessária a intervenção de instituições situadas além da esfera econômica como o sistema educacional e os meios de comunicação.

Há duas razões que fazem da liberdade um fator fundamental para o desenvolvimento: a razão avaliatória, que serve para mensurar o nível de progresso de acordo com o aumento das liberdades; e a razão da eficácia, que relaciona o desenvolvimento com a *condição de agente*¹³ das pessoas.

Mesmo sendo muitos os instrumentos que promovem a liberdade global, nesta “nova” perspectiva de desenvolvimento merecem destaque cinco tipos diferentes de liberdade instrumental. Para Sen (2000, p. 55), elas atuam complementarmente, auxiliando na promoção da capacidade geral do indivíduo. São elas as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

A interrelação que as liberdades instrumentais exercem pode ser entendida pela própria concepção do desenvolvimento como um processo global, em que diversos fatores são fundamentais para o seu desenlace. A concessão de oportunidades sociais, por exemplo, pode refletir positivamente no crescimento econômico. Este, por sua vez, irá incidir sobre as políticas de segurança protetora. Para melhor compreensão, torna-se inevitável um breve detalhamento de cada tipo de liberdade instrumental.

Segundo Sen (2000, p. 55-58), as *liberdades políticas* estão ligadas ao direito do indivíduo de expressar-se politicamente por meio do voto ou da voz ativa. Deve-se incluir o exercício da democracia e a liberdade de imprensa. As *facilidades*

¹³ Embora o termo “condição de agente” seja utilizado na literatura econômica referindo-se a quem realiza ações por ordem de outra pessoa, o autor utiliza o termo para fazer referência a quem age de acordo com suas próprias concepções provocando algum tipo de mudança.

econômicas estão ligadas aos recursos financeiros dos indivíduos e ao seu poder de consumo.

As *oportunidades sociais* são referentes às condições do ser humano de viver bem, destacando-se a saúde e a educação. São, portanto, as oportunidades oferecidas para que o indivíduo possa conduzir sua vida em direção ao bem-estar.

As *garantias de transparência* tratam da certeza de sinceridade e da garantia de clareza, necessárias em todas as relações sociais. Por fim, a *segurança protetora* aborda as precauções e medidas necessárias para manter a segurança social, incluindo-se benefícios aos desempregados e indigentes e afastamento da miséria.

Desta forma, afirma-se que o desenvolvimento com base na garantia das liberdades pode, metaforicamente, ser visto como uma rede, na qual o entrelaçamento dos instrumentos de liberdade assegura a solidez do processo. Nesta interrelação, o fato de um indivíduo ter negada a oportunidade social da educação, por exemplo, pode privar-lhe também de suas liberdades políticas, uma vez que seu acesso a informações relativas ao assunto se torna restrito pela sua limitação de leitura.

O desenvolvimento deixa assim de pertencer somente à esfera econômica e passa a fazer parte de uma estrutura maior, na qual a liberdade é o *meio* para alcançá-lo e o *fim* ao qual se propõe. Sob esta ótica, busca-se então a qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, a “satisfação das suas necessidades e daquilo que não lhes é recusado nas ocasiões propícias à sua realização e à sua felicidade” (COUVREUR, 2001, p. 43). É preciso que seja reduzido o conflito entre as expectativas e as experiências vividas por cada indivíduo, uma vez que a qualidade de vida possui a característica de ser subjetiva e deve ser capaz de traduzir a sensação de bem-estar pessoal.

Para muitas finalidades avaliatórias, o ‘espaço’ apropriado não é o das utilidades [...] nem o dos bens primários [...], mas o das liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar (SEN, 2000, p. 94).

Este enfoque na qualidade de vida e nas liberdades parece apontar para uma abordagem sobre o desenvolvimento que caminha em direção oposta aos pensamentos tradicionais da economia. No entanto, além da asserção aristotélica sobre busca da felicidade como sumo bem, este enfoque mais humanitário tem “fortes conexões também com a análise de Adam Smith sobre as ‘necessidades’ e as condições de vida” (SEN, 2000, p. 40).

Diante do exposto, o desenvolvimento com enfoque nas perspectivas de liberdades exige dos indivíduos uma postura ativa e consciente, na qual é preciso conhecer as necessidades, avaliar os instrumentos necessários para a mudança e realizá-la.

Tal conclusão, mesmo parecendo de caráter individualista, baseia-se no modo como “diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [entitlements] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral, e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 54). Isto porque, quanto maior a liberdade e o bem-estar individuais, maior a oportunidade de se obter resultados globais eficientes.

Ao dicotomizar esta questão entre individual e coletivo (social), passa-se a atribuir aos membros da sociedade a responsabilidade única de influenciar suas próprias vidas.

Parece claro que diversos são os casos em que os indivíduos têm podadas suas possibilidades de realizações. Para citar alguns, há quem sobreviva no limite da pobreza, quem seja destituído de educação básica, quem não seja beneficiado pela seguridade pública, quem conviva diariamente com a fome coletiva, que sofra preconceito racial e/ou sexual e há quem exerça uma atividade de trabalho forçado¹⁴.

Na maior parte dos casos encontrados na sociedade onde é possível identificar a ausência de realizações dos indivíduos, pode-se observar que há então a privação de uma ou mais liberdades instrumentais, tirando das pessoas a possibilidade de assumir a responsabilidade por sua vida. Ao tirar de alguém o direito de cuidar dos seus interesses, colocando-os sob a responsabilidade de outros, “pode acarretar a perda de vários aspectos importantes como motivação, envolvimento e autoconhecimento” (SEN, 2000, p. 321).

Não há, portanto, como falar em responsabilidade social (coletividade) sem abordar a prática da responsabilidade individual. Da mesma forma – já que é preciso a noção de responsabilidade para chegar ao desenvolvimento – não se deve tratar

¹⁴ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho forçado traduz-se na coerção de um indivíduo para que realize uma atividade em caráter de pena caso a mesma não seja cumprida. Manifesta-se de várias formas, como o tráfico de pessoas, escravidão por dívidas ou, em alguns casos, pode adquirir as mesmas características da escravidão vivida em tempos passados. Uma prática de escravidão por dívida pode ser observada em algumas áreas rurais onde prenomina grandes propriedades de terra. Esse tipo de trabalho encontra na pobreza e na falta de informação uma maneira de se fazer perdurar.

do desenvolvimento da sociedade dissociando-o do desenvolvimento individual. Nesta perspectiva,

as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Aqueles indivíduos que têm algum instrumento de liberdade negado – educação, assistência social, saúde, alimentação, segurança etc. – não possuirão as qualidades que se apresentam como fundamentais para desempenhar uma vida responsável. Observa-se, assim, não somente uma lacuna no bem-estar individual, mas também a ausência da responsabilidade capaz de promover o desenvolvimento.

Desta forma, ao expandir as liberdades das pessoas, está se estimulando nelas a noção de responsabilidades individuais. Só desta forma elas passam a refletir não somente na necessidade de mudança, mas na possibilidade de promover qualquer tipo de alteração em sua realidade.

Trata-se de uma relação sequencial como mostrada na figura 1. Os fatores são interdependentes e a ausência de qualquer um deles pode levar a um resultado ineficiente ou a uma ausência de resultado.



Figura 1 – Relação entre liberdade e desenvolvimento

FONTE: Autor

1.5 – Desenvolvimento e participação das mulheres

Sendo o desenvolvimento um processo global e dependente da capacidade de transformação dos indivíduos, faz-se necessária a participação de todos os integrantes da sociedade. Independente de etnia, sexo e posição social – ou qualquer outro fator discriminatório –, só agindo de acordo com os interesses individuais é possível chegar ao interesse maior para a sociedade. Não se deve, no entanto, confundir a abordagem do individualismo tratado aqui com o egoísmo (uma de suas aplicações enquanto substantivo).

Se o desenvolvimento individual leva ao desenvolvimento da sociedade, aquele que tem tolhida sua participação neste processo irá apenas vivenciar o desenvolvimento que, na verdade, ocorreu pensado para outro. Se as mulheres, por exemplo, não são parte integrante do processo de desenvolvimento, a possibilidade de que sua voz seja diminuída no futuro é grande.

A título de simples ilustração, se for traçado um comparativo entre o processo de desenvolvimento e alguma vivência pessoal – como uma reunião de condomínio, por exemplo –, chega-se à importância de buscar sempre a condição de agente. Da mesma forma que só poderá participar aquele que estiver com o pagamento em dia e os faltantes deverão aceitar as decisões tomadas em sua ausência, no desenvolvimento, só aqueles que possuem o exercício de suas liberdades participam do processo e, quanto aos demais, estes acabam por vivenciar as deliberações que outros julgaram ideais. Estas geralmente só favorecem àqueles que participam ativamente.

Sob este aspecto, ao abordar as questões de gênero como o papel da mulher na sociedade patriarcal, as privações de suas liberdades ou a ausência da mulher nas políticas públicas, pode-se perceber que a mudança deste quadro de exclusão depende do estímulo à condição de agente das mulheres. Por meio da autonomia de suas ideias, a mulher pode promover importantes mudanças socioculturais e econômicas.

Os movimentos de gênero têm assumido um papel de grande valor nestas mudanças. Enquanto no início buscava-se a igualdade e um tratamento mais justo e

menos discriminatório, vê-se hoje uma evolução nas causas desses movimentos sociais. Foi incorporada a luta pela condição de agente das mulheres, que já não se encaixam mais no papel de receptoras passivas de auxílios, mas sim, assumem uma postura ativa no processo de transformações sociais beneficiando a vida de outras mulheres e dos homens.

Quando o movimento feminista surgiu, nos moldes de manifestação social no século XIX, a luta almejava a participação da mulher no voto e na educação. “Centrou-se na conquista de espaços sociais e direitos políticos, na busca da independência econômica, com o direito e o livre acesso ao trabalho” (CARVALHO, 2006, p. 203).

Quando a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) expressou a exclusão da mulher no cenário político ao declarar que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei” (Art.70), foi entendido que o voto não era direito das mulheres. O movimento foi então adquirindo força por meio da criação do Partido Republicano Feminino, em 1910 e da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919. Porém, só em 1932 as mulheres conquistaram o direito de voto no Brasil.

Assim, ampliadas as possibilidades de participação da mulher no poder como forma de exercício de sua cidadania política, nos idos de 1970, o movimento feminista voltou-se a outras e novas questões, desta vez intimamente relacionadas com a sua sexualidade e ao corpo feminino [...]. A mulher começou a se libertar da histórica função de reprodutora na sociedade, passando a controlar o momento de sua reprodução e a se libertar para o sexo como forma de prazer. [...] O processo constituinte de 1988 [...] assegurou a igualdade de direitos e obrigações das mulheres e homens e uma maior paridade na sociedade conjugal, reconhecendo e garantindo novos direitos às mulheres, tais como planejamento familiar, proteção contra a violência no âmbito das relações familiares, ampliação da noção de família, não-discriminação dos filhos havidos fora do casamento; licença paternidade, creches e pré-escolas e proteção ao mercado de trabalho da mulher, entre outros. (CARVALHO, 2006, p. 203-204).

Embora o sexismo ainda esteja presente na dinâmica do tecido social por meio de traços patriarcais, a inserção da busca pela condição de agente nas causas dos movimentos pode ser considerada um marco na evolução das lutas pelos direitos das mulheres.

Isto porque, ao mudar a posição das mulheres na sociedade, o olhar que se lhes repousa passa a adquirir um caráter de mais equidade, garantindo o

empoderamento e o bem-estar feminino. Nada pode resultar mais eficiente se não a própria mulher conquistar ativamente seus direitos. Neste caso, vê-se um mesmo indivíduo como *agente* e *paciente* de uma ação, o que não significa que as responsabilidades inerentes à condição de agente serão afetadas pela de paciente e vice-versa. Segundo Sen,

ver os indivíduos como entidades que sentem e têm bem-estar é um reconhecimento importante, mas ficar só nisso implica uma concepção muito restrita da mulher como pessoa. Portanto, compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis: nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro. Assim, nós – mulheres e homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas (SEN, 2000, p. 221).

Observa-se que a extensão das causas dos movimentos para uma visão mais ampla das necessidades das mulheres resultou em um somatório de duas abordagens que se apinham em função de um bem maior: o bem-estar e a condição de agente, as quais se amparam entre si e formam o empoderamento da mulher. De acordo com Keleher (2007, p. 120), o empoderamento é o responsável por oferecer as duas funções centrais de condição de agente e de expansão das capacidades.

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do 'desenvolvimento como liberdade' (SEN, 2000, p. 235).

Percebe-se, assim, que é urgente a necessidade de incentivar medidas que tornem sólida a posição da mulher como agente transformadora da sociedade. O caminho para este empoderamento parece estar na expansão do potencial da mulher para gerar renda independente, no direito à propriedade, na alfabetização, na assistência à saúde, na participação da mulher nas diversas esferas sociais e no trabalho fora de casa.

Esta mudança de pensamento patriarcal nas sociedades é responsável por transformações econômicas não só entre as mulheres, mas para os demais membros da sociedade. O impedimento de a mulher trabalhar fora de casa pode ilustrar, por exemplo, uma proibição expressa, o poder das convenções sociais, da resignação ou do medo de desrespeitar uma tradição. Porém, a partir do momento

que a mulher pode ter ao seu alcance as oportunidades econômicas, as influências que elas exercem são decisivas para uma mudança sobre o funcionamento da economia.

Esta transformação pode vir expressa, também, na redução da mortalidade infantil. Essa relação atua “por meio da importância que normalmente as mães dão ao bem-estar dos filhos e da oportunidade que têm – quando sua condição de agente é respeitada e fortalecida – de influenciar as decisões familiares” (SEN, 2000, p. 227). Da mesma forma, o empoderamento das mulheres pode reduzir o preconceito vivido pelas futuras crianças do sexo feminino no que se refere à equidade de oportunidades.

Da mesma forma que o desenvolvimento não tem como fim o acúmulo de riquezas, a condição de agente não busca só a geração de renda, mas a mudança na posição da mulher dentro da sociedade. Esta transformação positiva sobre o respeito à mulher – que nada mais é do que o próprio desenvolvimento em atividade – está ligada à informação, precisando desta para se alastrar e alcançar espaços onde a cultura patriarcal ainda está enraizada.

Assim, sabendo que para promover o desenvolvimento é preciso expandir as liberdades de mulheres e homens, faz-se necessário o uso de uma ferramenta para propagar e fazer ecoar a necessidade de transformação por meio do conhecimento. Neste momento, a comunicação surge como força multiplicadora de informação.

Para Fachinelli e Satie (2000, p. 223), “conhecer a si mesmo, os outros e o ambiente permite o direcionamento adequado das ações com maiores possibilidades de resultados positivos”. Assim, o uso da comunicação aparece como um meio de alcançar maior liberdade de ação.

Segundo Fayard citado por Fachinelli e Satie (2000, p. 224), “o princípio da liberdade de ação é a capacidade [...] de aumentar as margens de manobra no espaço e no tempo”. Portanto, o uso da comunicação é a alternativa adequada para levar à sociedade o fruto da informação: conhecimento.

“Yes, the constructivist model is promising, but it provides only bricks and mortar [...] The tower is unfinished because it was built with stones, we are not stones. [...] We do not live like animals, our cities are different from anthills or termitaries, our towers are not beehives. We construct with concepts, with ideas, we build with illusions, the imaginary, sudden awarenesses, representations and even recently via information”¹⁵.

Genesis

Michel Serres (2005, p. 125)

2 – INFORMAÇÃO PARA LIBERDADE

Quando Schramm (1976, p. 19) alertou que “o subdesenvolvimento não é apenas um conjunto de índices e taxas, mas também uma postura mental”, o autor afirmava que o desenvolvimento poderia ser o reflexo de mudanças na população – mudanças estas de ordem psicológica e em favor das liberdades. Se o que se pretende alcançar com uma mudança na sociedade é a “preservação e a busca constante de equilíbrio” (FREITAS, 1992, p. 15), onde se deve buscar o suporte necessário para chegar a este objetivo, senão na informação, fruto da comunicação?

O uso da comunicação com estes fins prospectivos mostra-se a ferramenta mais eficiente – e talvez única – de promover o desenvolvimento da sociedade. Segundo Josaphat (2006, p. 14), “a linguagem da mídia atinge, penetra e vai embecendo todo o ser humano. Os sentidos, a inteligência, a afetividade, a imaginação, sobretudo sua capacidade de amar e sonhar”.

Seja por meio da leitura, da presença da luz ou das ondas sonoras das mídias, a sociedade vai se modificando. Aos poucos os indivíduos vão adquirindo consciências transformadoras, quando as suas realidades são confrontadas com suas necessidades, seus direitos e deveres são questionados, suas liberdades são desejadas e a mudança surge como única saída possível para o desenvolvimento.

2.1 – Complexo ato de comunicar

¹⁵ Sim, o modelo construtivista é promissor, mas oferece apenas tijolos e argamassa [...] A torre está inacabada, pois foi construída com pedras, e nós não somos pedras [...] Nós não vivemos como os animais, as nossas cidades são diferentes dos formigueiros ou cupinzeiros, nossas torres não são colmeias. Construímos com conceitos, com ideias, criamos com ilusões, imaginário, percepções, representações e, mais recentemente, com informação.

Muitas são as vezes em que se vê o termo comunicação sendo empregado. Seja no meio acadêmico ou empresarial, tudo não parece passar de uma questão de comunicação. Se os resultados de uma empresa apontam para o esperado, foi por causa de uma eficiente comunicação entre líder e funcionários; se a relação entre países apresenta desacordos, é um problema de comunicação; para que haja harmonia numa relação qualquer, é preciso que haja uma boa comunicação. O termo já se popularizou a tal ponto que passou a abarcar diversos conceitos.

Ao se questionar sobre a verdadeira definição, o objetivo e o processo que envolve a comunicação, David K. Berlo volta-se à primeira definição do termo, quando estudado por Aristóteles. Este abordava a comunicação – em verdade a *retórica* – como a procura de todos os meios disponíveis de persuasão. Embora tenha discutido sobre os possíveis objetivos do enunciador, para Aristóteles a comunicação tinha como principal objetivo convencer os outros a pensarem de acordo com o seu ponto de vista.

Olhar a comunicação sob este ângulo foi aceito até o final do século XVIII, “embora a ênfase se tivesse deslocado dos métodos de persuasão para o que houvesse de ‘bom’ em quem fala” (BERLO, 2003, p. 8). Neste período, a retórica teve seu estudo dualizado para os campos da *mente* e da *alma*, cuja natureza era *cognitiva* ou *emocional*, respectivamente. Por este estudo,

[...] um dos objetivos da comunicação era informativo – um apelo à mente. O segundo era persuasivo – um apelo à alma, às emoções. O terceiro era o divertimento, e argumentava-se que poderíamos classificar as intenções do comunicador, e o material de apoio por ele usado, dentro dessas categorias (BERLO, 2003, p. 8).

Apesar de ser até certo ponto aceita a divisão do processo comunicativo por estas três intenções – informativa, persuasiva e de entretenimento –, deve-se atentar para o fato de que tais intenções não ocorrem somente de maneira isolada, pois, pode-se, por exemplo, divertir informando ou persuadir divertindo. Outra crítica a esta divisão das intenções aborda a natureza da linguagem.

Segundo Berlo (2003, p. 9), é preciso perceber que todo uso da linguagem tem um caráter persuasivo. De uma maneira ou de outra, a comunicação é uma tentativa de persuadir. A partir deste asserto volta-se à ideia de Aristóteles e a comunicação como a busca de meios de persuasão possíveis, na qual é estabelecido um processo com os seguintes elementos: *quem* (a pessoa que fala),

que (o discurso pronunciado) e quem (a pessoa que ouve). Segundo Freitas (1992, P. 14), “origina-se daí o esquema básico da comunicação: Emissor-Mensagem-Receptor”.

Ao dividir as intenções em informar-persuadir-divertir, tira-se o olhar sobre a complexa dinâmica que se estabelece na comunicação e passa a focar tão somente na mensagem, se o enunciado tem esta ou aquela função. Porém, “é difícil olhar um conjunto de palavras e determinar se é informativo ou persuasivo, que efeito terá sobre o receptor, qual a intenção da fonte ao produzi-lo” (BERLO, 2003, p. 10).

De acordo com o Dicionário de Comunicação, o termo pode ser aplicado de diversas maneiras, referindo-se à relação entre os seres humanos, entre estes e os animais e máquinas, entre as máquinas ou entre os animais. Destacam-se para o presente estudo as seguintes definições:

1. Conjunto dos conhecimentos (linguísticos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, cibernéticos etc.) relativos aos processos da comunicação.
2. Disciplina que envolve esse conjunto de conhecimentos e as técnicas adequadas à sua manipulação eficaz.
3. Atividade profissional voltada para a utilização desses conhecimentos e técnicas através dos diversos veículos (impressos, audiovisuais, eletrônicos etc.), ou para a pesquisa e o ensino desses processos. Neste sentido, a comunicação abrange diferentes especializações (jornalismo impresso, jornalismo audiovisual, publicidade e propaganda, marketing, relações públicas, editoração, cinema, televisão, teatro, rádio, internet etc.), que implicam funções, objetivos e métodos específicos (BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 155).

A palavra *comunicação* vem do latim *communi-care*, que significa "tornar comum", "partilhar", "repartir", "associar", "trocar opiniões", "conferenciar", ou seja, é a interação por meio da troca de informações, a emissão ou o recebimento de mensagens novas – caso não tenha resposta, não existe comunicação.

Algumas definições dão maior ênfase ao receptor, destacando a relação entre o estímulo e a resposta, “enquanto outras acentuam as intenções do emissor (fonte) e os estímulos produzidos por este; e assim por diante” (BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 156).

[Comunicação] é o estabelecimento de uma unidade social entre seres humanos, pelo uso de signos de linguagem. [...] Toda comunicação procede por meio de signos, com os quais um organismo afeta o comportamento do outro – ou, de modo mais geral, o estado do outro. [...] Comunicação não é a resposta em si mesma, mas é essencialmente a relação que se estabelece com a transmissão do estímulo e a evocação da resposta (CHERRY citado por BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 156).

Ruesch e Bateson também veem a comunicação além da simples transmissão de informação de um ponto a outro. Para eles, a comunicação não se resume à transmissão verbal e intencional das mensagens. O conceito abrange, acima de tudo, os processos pelos quais as pessoas exercem influência sobre as outras.

Esta perspectiva parte da premissa de que as ações que envolvem o processo possuem “aspectos comunicativos assim que são percebidos por um ser humano; implica, além disso, que tal percepção modifica a informação que o indivíduo possui e, por conseguinte, influencia esse indivíduo” (Ruesch e Bateson citado por BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 156). Segundo Bateson, o conceito de comunicação deveria incluir todos os processos através dos quais as pessoas se influenciam umas às outras (DEVÈZE, 2000, p. 27).

De acordo com o *Le Grand Robert*, comunicação é a ação de comunicar alguma coisa a alguém, podendo essa “alguma coisa” ser denominada informação, portanto, relaciona-se ao fato de estabelecer uma relação (DEVÈZE, 2000, p. 27).

Para o Dicionário de Comunicação, o homem só existe graças à comunicação que permeia toda a vida.

Em qualquer momento e lugar, onde existe vida humana, existe Comunicação. Imaginemos que os tijolos só conseguem sustentar a parede se houver a massa, de cimento ou barro, unindo-os firmemente. Se compararmos o mundo a uma imensa casa e as pessoas sendo os tijolos, então a massa que une esses tijolos é a Comunicação. De fato, o mundo que hoje conhecemos - cheio de problemas, mas também repleto de realizações para a vida - desenvolveu-se graças à Comunicação que ligou a humanidade (BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 157).

Este conceito coloca a comunicação como a responsável pela união entre os indivíduos. É a responsável por formar a sociedade coesa. Mesmo que a inteligência dê ao ser humano a capacidade de avançar nas diversas esferas do desenvolvimento, é na comunicação que se encontram os meios necessários para transmitir os conhecimentos. Segundo Schramm (1976, p. 101), durante o processo que envolve a comunicação, estabelece a estrutura de comunidade, na qual informações, ideias e conhecimentos são compartilhados.

Fugindo dos conceitos etimológicos e adentrando na esfera biológica que envolve o processo, a comunicação pode ser entendida como uma atividade no

campo sensorial e nervosa, responsável não só pela sobrevivência da espécie, mas também pela sua perpetuação. Para Schramm, essa atividade

inclui a coleta de informações de diferentes partes do ambiente e diferentes partes do corpo, a armazenagem e restabelecimento da informação, a disposição, processamento e avaliação que ocorre no processo de tomada de decisão, a circulação de informações para os centros de ação e, especialmente, o preparo de ordens que resultam no envio de mensagens para o ambiente (SCHRAMM, 1976, p. 107).

Do ponto de vista pedagógico, a comunicação está inserida no processo de transmissão de experiências, e, desta forma, pode ser entendida como

uma atividade preponderantemente educativa, porque pressupõe o intercâmbio de experiências entre pessoas de gerações diferentes, ou de uma mesma geração, assegurando a renovação constante das experiências individuais, que se transforma em patrimônio coletivo. Vivemos numa época em que a mídia assume um papel de educadora coletiva, podendo facilitar a difusão de conhecimentos capazes de orientar o comportamento dos cidadãos em todas as dimensões (BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 158).

No campo histórico, a comunicação “funciona como instrumento de equilíbrio, permitindo o entendimento entre os homens, neutralizando o poderio de forças contraditórias” (BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 158). Este equilíbrio dá à sociedade a oportunidade de sobrevivência social por meio da cooperação e da coexistência.

Já de acordo com a abordagem sociológica, Barbosa e Rabaça destacam que o principal papel da comunicação é o de transmitir significados no “processo de inserção e integração do indivíduo na organização social [...] como instrumento das relações sociais e determinante da própria interação, constituindo uma necessidade social, básica nos dias de hoje” (2001, p. 159).

De acordo com o conceito do *agir comunicativo*, faz-se necessário que a sociologia estude as redes de interação estabelecidas em uma sociedade por meio das relações comunicativas, a “união na Comunicação de sujeitos opostos”.

A comunicação visa à intercompreensão e ao consenso. A crise da democracia se dá devido ao fato de que os dispositivos sociais, que deveriam facilitar as trocas e o desenvolvimento da racionalidade comunicativa, ganham autonomia ao serem administrados como ‘abstrações reais’, fazendo realmente circular a informação, mas entretendo as relações comunicativas, isto é, as atividades de interpretação dos indivíduos e grupos sociais (Habermas citado por BARSOSA e RABAÇA, 2001, p. 159).

Bakhtin, seguindo o pensamento de Saussure, “parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades de comunicação”

(BRANDÃO, 2002, p. 9). Nessa visão, o processo de comunicação encontra na linguagem a ferramenta necessária para promover a interação social, na qual “o Outro desempenha papel fundamental na constituição de significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social” (BRANDÃO, 2002, p. 10).

Embora esse processo de significação seja aberto, não implica que ele esteja sem uma regência (norteadores).

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2000, p. 53).

Segundo Orlandi (2000, p. 52), o fato de existir uma abertura para interação de vários elementos (língua, fatos, experiência, memória), acaba por determinar e cristalizar o processo, promovendo sua estabilização.

Essa visão da comunicação como um processo de interação social derruba a “teoria hipodérmica¹⁶” fruto das premissas behavioristas, na qual o conceito do processo comunicativo está no estímulo-resposta. O receptor não está mais na passividade e o emissor, ao lançar seu enunciado, tem o direito de escolher os elementos (entre tentos disponíveis na língua) que irão compor seu enunciado. Essa escolha é baseada em fatores como contexto, necessidade e receptor.

Embora o sistema linguístico ofereça os elementos necessários para que seja estabelecido o processo de comunicação, “é também a partir dos fatores externos que o falante deverá proceder para determinar suas escolhas. Cada indivíduo faz parte de um grupo social e usa a língua em situações variadas para atingir diferentes objetivos” (MODESTO, 2006, p. 40).

Nessa perspectiva, Halliday considera o ato comunicativo como um processo dinâmico, cuja linguagem manifesta-se de forma multifuncional: representando experiências (ideacional), expressando relações pessoais e sociais (interpessoal) e elaborando o discurso em si (textual).

¹⁶ O termo refere-se ao efeito que alguns objetos pontiagudos têm sobre a pele (hipoderme). A analogia dessa teoria com uma bala de revólver entrando na pele, por exemplo, está no pensamento de que a mídia lança uma mensagem e, sem encontrar barreiras, a mensagem penetra no receptor que não a questiona, mas sim, aceita-a (estímulo-resposta).

A relação existente entre essas três macrofunções é responsável por formar uma estrutura de comunicação: representação e realidade (ideacional), interação (interpessoal) e mensagem (textual).

Após a extração do conceito de comunicação em diversas áreas, pode-se perceber que a ideia central valorizada por todos é que, sem o processo comunicativo, não há como transferir informação, gerar conhecimento, estabelecer cultura e modificar comportamento.

Portanto, não há como atingir o desenvolvimento com eficiência senão por meio da comunicação. De acordo com o pensamento de Daniel Bougnoux, “em nenhum lugar e nem para ninguém existe A comunicação. Esse termo abrange práticas demais, necessariamente díspares, indefinidamente abertas e incontáveis”¹⁷ (2002, p. 7).

Parece prudente, então, seguir a sugestão de Devèze e considerar, para além das definições, que o objetivo maior do termo comunicação é, talvez, o de “construir o argumento do artigo XI da Declaração dos direitos do homem e do cidadão: a livre comunicação dos pensamentos e da opinião é um dos direitos mais precisos do homem” (2000, p. 29).

2.1.1 – Comunicação enquanto processo

Segundo o Houaiss eletrônico (2009), a palavra processo pode ser definida como uma “1. realização contínua e prolongada de alguma atividade [...] 2. sequência contínua de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento, marcha”.

Tal conceituação coloca o processo como algo dinâmico e sempre em evolução, não existindo, portanto, um ponto de partida e um ponto de chegada. Por não serem estáticos, os elementos influenciam-se entre si, fazendo do processo uma ação continuada.

Na teoria da comunicação, esse ponto de vista é utilizado como base para explicar sua estrutura. O teórico da comunicação rejeita a hipótese de que na natureza os acontecimentos e ingredientes ocorram separados dos demais acontecimentos. Alega que “não se pode falar em o começo ou o fim da

¹⁷ Nulle part ni pour personne n'existe LA communication. Ce terme recouvre trop de pratiques, nécessairement dispartes, indéfiniment ouvertes et non dénombrables.

comunicação, nem dizer que determinada ideia veio de uma fonte específica, que a comunicação ocorre apenas numa direção” (BERLO, 2003, p. 24).

Ao afirmar que a novela influencia a sociedade, por exemplo, esquece-se de considerar o quanto a sociedade modifica a prosa literária que constrói a novela.

Para descrever esse processo interativo que ocorre durante a comunicação, é preciso extrair-lhe o movimento por meio de uma fotografia. Da mesma forma que o que está impresso na foto não é o momento mas sim a representação do momento, o que define o processo da comunicação é a paralização da dinâmica da ação.

Considerando o quadro que se desenha do processo de comunicação, podem-se analisar os elementos que o compõem. Surgem então alguns questionamentos básicos sobre esses elementos constitutivos da comunicação: *quem* está comunicando *o que* a *quem*? *Por que* está comunicando e *onde*? *Como é tratado* aquilo que se transmite?

A partir daí, modelos dos processos de comunicação são desenhados de forma que nenhum pode ser considerado certo ou errado. Pode-se, sim, considerar uns mais completos que outros ou, ainda, mais adequados, sendo que a maioria usa como base a retórica aristotélica já introduzida no começo do capítulo.

Um dos modelos contemporâneos mais usados foi elaborado em 1948, quando não se pensava na comunicação humana. O matemático Claude Shannon e o engenheiro eletricitista Warren Weaver tratavam da comunicação eletrônica quando afirmaram que a comunicação é composta pelos seguintes elementos: a fonte, o transmissor, o sinal, o receptor e o destinatário.

Para Berlo (2003, p. 30), ao traduzir a fonte como a pessoa que fala, o sinal como o discurso pronunciado e o destinatário como a pessoa que ouve, tem-se o modelo aristotélico acrescido de dois ingredientes: o transmissor, que envia a mensagem da fonte, e o receptor, que capta a mensagem para o destinatário.

Este modelo foi sofrendo alterações ao longo dos anos, principalmente quanto às terminologias, à adição de alguns elementos e a subtração de outros. Partindo do princípio de que toda comunicação precisa de uma fonte, a qual tem o objetivo de transmitir uma mensagem, é preciso o uso de um codificador para juntar as ideias e pô-las em código. A mensagem codificada chega ao receptor por meio de um canal, porém, para que haja comunicação, é preciso que o receptor decodifique a mensagem.

Neste processo, têm-se seis ingredientes na seguinte sequência: fonte, codificador, mensagem, canal, decodificador e receptor (Figura 2).

[...] na comunicação de pessoa para pessoa, o codificador seria o conjunto de habilidades motoras da fonte. Assim também, podemos considerar o decodificador como o conjunto de habilidades sensórias do receptor (BERLO, 2003, p. 32).



Figura 2 – Modelos dos elementos constitutivos da comunicação

Fonte: BERLO, 2003, p. 74

Para que a fonte possa executar seu papel no processo, é preciso que ela seja dotada de habilidades comunicadoras, atitudes, nível de conhecimento e sistema sociocultural. “Estes quatro fatores agem sobre o codificador-fonte influenciando seu comportamento comunicativo, seu objetivo e sua mensagem” (BERLO, 2003, p. 51).

O segundo ingrediente pode ser considerado o elo mais relevante no processo de comunicação. Se a mensagem não atinge o receptor, o processo não teve utilidade efetiva. Por este motivo, “um dos pontos de maior importância na teoria da comunicação é a preocupação com a pessoa que está na outra ponta da cadeia de comunicação: o receptor” (BERLO, 2003, p. 53).

Dessa forma, quando a fonte codifica sua mensagem, deve fazê-la de modo que o receptor consiga decodificá-la. Deve também construir a mensagem com base em um conteúdo que tenha significação para quem irá recebê-lo.

A mensagem, produto físico real gerado pela fonte, é elaborada através de códigos, definidos como “qualquer grupo de símbolos capazes de serem estruturados de maneira a ter significação” (BERLO, 2003, p. 58). Tais produtos surgem como informação para o receptor seguindo uma “certa organização semiodiscursiva feita de combinações de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual” (CHARAUDEAU, 2009, p. 27).

Independente da formatação assumida em seu estado final, a informação deve ser estruturada de modo que o sentido não seja fruto apenas daquilo que foi intencionado pela fonte, mas também pelo receptor. A informação apresenta-se, desta forma, como fruto de uma cointencionalidade.

Charaudeau (2008, p. 77), ao elaborar uma “situação de comunicação”, traz um esquema onde são apresentados os sujeitos envolvidos no ato comunicativo (Figura 3). Nesse modelo, onde os espaços externo e interno representam ambientes de produção e interpretação reais e imaginários, o autor propõe que, embora existam um locutor e um receptor reais (EUc e TUi, respectivamente), a situação de comunicação faz surgir mais um enunciador e um destinatário imaginários (EUe e TUd, respectivamente).

O locutor EUc (real) fabrica TUd, um destinatário ideal e adequado ao seu ato de enunciação já que, enquanto sujeito comunicante, EUc tem total domínio e é o iniciador do processo de produção. Já o receptor TUi (real) cria uma imagem de quem seria o enunciador, como uma hipótese no processo de interpretação em função de suas experiências pessoais, construindo assim o enunciador EUe. Existe, assim, uma situação criada, pensada pelos sujeitos envolvidos antes mesmo da projeção da fala.

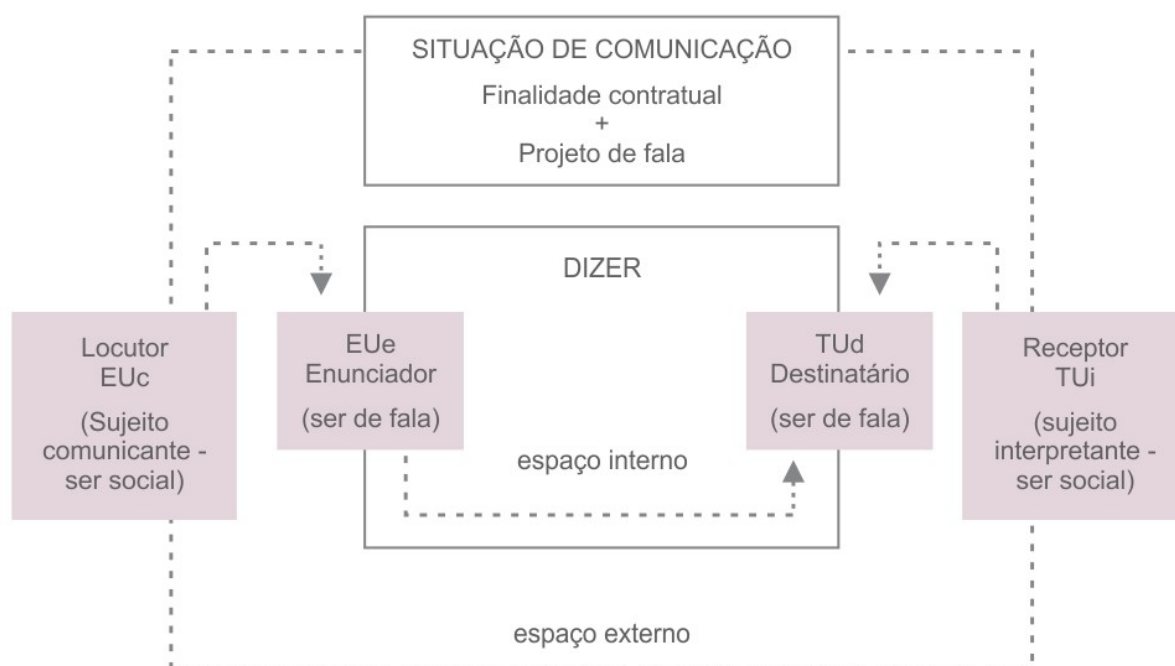


Figura 3 – Representação do dispositivo da encenação da linguagem

Fonte: CHARAUDEAU, 2008, p. 77

Para Bakhtin, a questão da intencionalidade como resultado final da compreensão da informação pelo receptor só terá êxito se a informação for percebida completamente. Para isso,

em cada enunciado [...] abrangemos, interpretamos, sentimos a intenção discursiva de discurso ou a vontade discursiva do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante quer dizer, e com essa ideia verbalizada [...] é que medimos a conclusibilidade do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 281).

Assim, para que a comunicação seja concretizada, é preciso que todos os elementos envolvidos no processo sejam retirados do campo da passividade e passem a ser analisados de acordo com sua relevância.

2.1.2 – Comunicação e informação

Antes de iniciar o estudo sobre a informação, abre-se aqui um breve espaço para tratar da relação comunicação-informação. Enquanto alguns autores tratam os dois termos como opostos e atribuem valores comparativos, outros abordam a comunicação e a informação de forma unificada, complementar.

Ao analisar o tratamento dado aos dois termos, Devèze (2000) chega a dois discursos diferentes nos quais ambos atribuem valores de superioridade-

inferioridade. O primeiro coloca o polo da comunicação em vantagem sobre a informação, sintetizado pelo pensamento de que “a comunicação tranquiliza e a informação incomoda” (Debray citado por DEVÈZE, 2000, p. 35). O segundo pensamento coloca a comunicação em posição inferior ao afirmar que o desenvolvimento da comunicação é inversamente proporcional ao da ética. Neste artigo, o autor afirma que o jornalista “se dirige ao cidadão, o comunicador, ao consumidor [...] O primeiro obedece à lógica da informação; o segundo, à da propaganda publicitária” (Miot citado por DEVÈZE, 2000, p. 35).

Embora os defensores de uma oposição entre a informação e a comunicação sejam muitos e diversos, para Devéze (2000, p. 35), “seus discursos têm contrariado de maneira duradoura o dos fundadores”.

Tais pensamentos não tratam de uma visão paradoxal, apenas fazem uma outra abordagem sobre a comunicação, a qual retira o seu produto e coloca-o como antagonista. Assim, retomando os conceitos abordados no Capítulo 1, ver a informação como superior ou inferior à comunicação é o mesmo que dizer que ter capacidades é melhor que ter liberdades. Ambos fazem parte de um processo e, por isso, não devem se dissociados. Embora deva existir uma unidade no estudo de ambas, pode-se afirmar que a comunicação é inerente ao ser humano, enquanto a informação pode ser entendida como uma especialização humana.

Desta forma, para o presente estudo, prefere-se tratar a comunicação e a informação de acordo com o pensamento de Meyriat, para quem

[...] toda atividade da mente tem a informação como matéria-prima, todo processo que compromete várias pessoas supõe uma comunicação entre elas; todas as ciências sociais, portanto, encontram necessariamente a informação e a comunicação como elementos constitutivos da sociedade (Mayriat citado por DEVÈZE, 2000, p. 36).

Ao isolar a informação do processo comunicativo, pode-se encontrar fragmentos de mensagens soltas a vagar inutilmente. Da mesma forma que a comunicação só ocorre com a presença da informação, esta só existe se transportada, comunicada. Assim, a comunicação pode ser vista simplificada como um processo no qual a informação é o conteúdo, portanto “uma não pode ser entendida sem a outra, o estudo de uma e de outra fazem uma coisa só. A conjunção ‘e’ tem um sentido forte” (Mayriat citado por DEVÈZE, 2000, p. 36).

2.2 – Informação: produto e produtora

Partindo da premissa de que a comunicação é um processo e a informação é seu produto, constata-se que ela é, portanto, o terceiro ingrediente do ato de comunicar. Na retórica aristotélica, a informação é o *que*, o discurso pronunciado.

Assim, para Devèze, a informação pode ser entendida como um conhecimento inscrito numa forma escrita, oral ou audiovisual, incluindo um elemento de sentido a ser apreendido pelo receptor. “É um significado transmitido para um ser consciente através de uma mensagem inscrita num suporte espaço-temporal” (DEVÈZE, 2000, p. 25).

Se a mensagem inscrita é a responsável por transmitir o significado, deve-se atentar para a importância da análise estrutural da mensagem na comunicação. Para Freitas (1992, p. 25-26), esta preocupação tornou-se imperiosa graças à mudança de perspectiva em relação à linguagem, que não é mais considerada apenas um meio, mas sim a forma possível de “descrever as significações das palavras” e compreender “o que se passa nos pensamentos, uma vez que as palavras só foram inventadas para fazê-los conhecer”. Desta forma, para a comunicação, o foco passou do ato em si para aquilo que se é comunicado: o papel da língua na comunicação.

Neste aspecto, a linguística “se instaura com um papel privilegiado no estudo das mensagens trocadas no circuito social” (FREITAS, 1992, p. 34)

[...] pode-se conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social: ele seria parte da psicologia social e consequentemente da psicologia geral: nós a denominaremos *semiologia* (o grego *semeîon*, ‘signo’). Ela nos ensinaria em que consistem os signos e quais as leis que os regem. Uma vez que ela não existe ainda, não se pode dizer o que será; mas ela tem direito à existência, seu lugar já está determinado por antecipação (Saussure citado por FREITAS, 1992, p. 34).

Este estudo a que se refere Saussure é a semiologia presente na linguística, e cuja importância para a comunicação está no estudo dos sistemas de signos, da linguagem e conteúdo que compõem as mensagens que levam informação ao receptor. Somente o estudo da língua não define ou retrata o objetivo da linguística. É preciso, acima de tudo, basear-se na articulação do linguístico e do social, “buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de

significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa” (BRANDÃO, 2002, p. 9).

A informação não adquire sua forma senão por meio da atuação do ser humano. Ela não é como objetos materiais, que existem independentemente da ação do indivíduo, bastando para estes o simples olhar para que lhes sejam dadas suas significações.

A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento (CHARAUDEAU, 2009, p. 36).

Se a comunicação possui três intenções que podem agir isoladas ou em conjunto (informar, persuadir e entreter), considera-se que a informação é a “matéria-prima e o produto do processo de produção do conhecimento [...] porque ela é utilizada em todos os momentos do processo de produção e disseminação” (ARAÚJO, 1992, p.73).

Nestes dois momentos – criação e assimilação da informação – acontece o que Barreto (2002, p. 71) intitula de *desenrolar ritualístico* e constitui a essência da transferência da informação: “a (in)tensão da passagem e a solidão fundamental”. Na emissão da informação para o receptor,

o momento da intencionalidade aparece como o atributo de uma mensagem de informação ao ser propositadamente direcionada, de ser arbitrária para atingir seu destino; esse direcionamento intenso produz tensão, que é criada pela interação de competências distintas existentes nos diferentes mundos: o mundo do emissor da mensagem e o mundo de referências do receptor, colocado em sua realidade de convivência e para onde o conhecimento se destina (BARRETO, 2002, p. 71).

No segundo momento, percebe-se a solidão fundamental, que expressa a condição do sujeito em relação a sua experiência vivenciada.

Quando se vive uma vida pensante – que é o local onde se projeta a criação da informação antes de codificá-la –, isto acontece na mais escondida privacidade. Essa é a solidão fundamental de todos os que criam uma informação. É por meio da informação produzida, com a ajuda de um sistema de signos, que o homem procura relatar sua experiência vivenciada para outras pessoas; espalhar a outros sua experiência, que foi experimentada só por ele; que se processou no âmago de sua condição privada de criação individual e que se desloca para a esfera pública de uma significação, que se deseja, seja coletiva (BARRETO, 2002, p. 71).

De acordo com estes dois momentos listados por Barreto, ao adquirir o conhecimento fruto do conteúdo informativo, ambas as partes (emissor e receptor), vivenciam uma passagem simbólica de solidão em mundos diferentes. Tem-se a solidão do emissor codificando sua informação e, da outra ponta, vê-se o receptor, também em sua solidão, decodificando a mensagem que lhe foi enviada e transformando-a em conhecimento.

Durante esse percurso, a informação é considerada por Barreto uma cidadã de dois mundos. Durante estes momentos de passagem, vê-se o “fenômeno da informação apresentar sua característica mais bela, pois transcende ali a solidão fundamental do ser humano: o pensamento se faz informação e a informação se faz conhecimento” (2002, p. 71).

2.3 – Conhecimento

Sabendo que o conhecimento é adquirido por meio da informação – produto da comunicação –, pode-se considerá-lo como a “elucidação da realidade e decorre de um esforço de investigação para descobrir aquilo que está oculto, que não está compreendido ainda” (MATOS, 2003). Portanto, só depois de descoberta a significação de alguma informação é que ela pode tornar-se conhecimento. O conhecimento não está no acúmulo de informações, mas sim na utilização deste para descobrir algo novo o suficiente para fazê-lo avançar. “Quanto mais competente for o entendimento do mundo, mais satisfatória será a ação do sujeito que a detém” (MATOS, 2003).

Como a própria autora sugere, a consulta de uma palavra no dicionário pode ajudar a compreender melhor a definição de conhecimento e informação.

Quando consultamos uma palavra no dicionário, encontramos uma definição ou um sinônimo daquela palavra. Em nenhum dos casos, o dicionário simplesmente apresenta a ‘coisa’ mesma ou o ‘conceito’. A definição simplesmente nos remete para outras palavras, ou seja, para outros signos. [...] O dicionário, na maioria das vezes, atua como mediador de conceitos e nos direciona a compreender tais conceitos com base em outros que já conhecemos (MATOS, 2003).

Se para a informação engendrar conhecimento é preciso que sua significação seja clara, deve-se atentar não somente para o conteúdo da mensagem, mas também para a “escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é [...] escolha de *estratégia discursiva*” (CHARAUDEAU, 2009, p. 39). Esta preocupação é

fundamental para que o conhecimento seja proveniente de um processo sólido o suficiente para transformá-lo em saber.

Para Charaudeau, este processo – chamado de semiotização –, irá construir o sentido em suas etapas de *transformação* e de *transação* (Figura 4). O primeiro traduz-se na transformação do “mundo a significar” em “mundo significado”. O segundo ocorre quando o emissor atribui significação à sua ação (o ato de informar, por exemplo).

Existe ainda um terceiro processo, chamado *interpretação* e que “se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor” (CHARAUDEAU, 2009, p. 41-42).

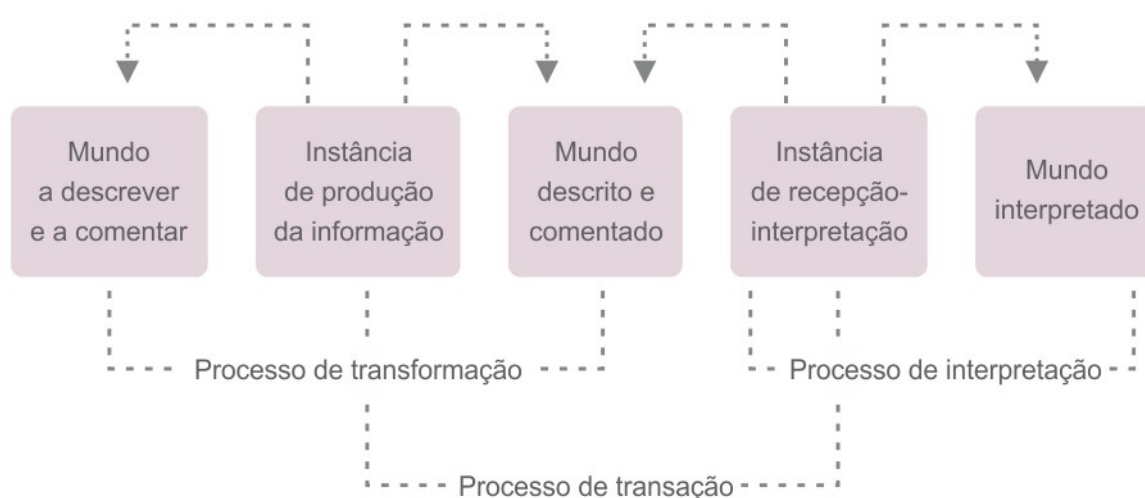


Figura 4 – Mecânica de construção do sentido

Fonte: CHARAUDEAU, 2009, p. 42

Para Barreto, ao assimilar uma informação, o indivíduo organiza estruturas mentais que geram o conhecimento. Desta forma, conhecer algo depende da interpretação individual dada às estruturas mentais construídas. A aquisição do conhecimento se dá pela reconstrução dessas estruturas mentais do indivíduo “realizado por meio de suas competências cognitivas, ou seja, é uma modificação em seu estoque mental de saber acumulado, resultante de uma interação com uma forma de informação” (BARRETO, 2002, p. 72).

Essa reconstrução das estruturas mentais gera conhecimento pelo aumento e acúmulo do saber, por ratificar um saber já conhecido ou por modificar um saber anterior.

Com a ênfase na relação da informação e do conhecimento, modificou-se a importância relativa da gestão dos estoques de informação passando-se a apreciar a ação de informação na coletividade. Se antes havia uma razão prática e uma premissa técnica e produtivista para a administração e o controle dos estoques [de saber], agora a reflexão, o ensino e a pesquisa passaram a considerar as condições da melhor forma de passagem da informação para a realidade dos receptores; a promessa do conhecimento teria que considerar o indivíduo, seu bem-estar e suas competências para assenhorear-se da informação. E a premissa transformou-se em promessa (BARRETO, 2002, p. 72).

Este fluxo que se desenha entre o nascimento da *informação* e sua transformação em *saber* (Figura 5) inicia-se na associação da sensibilidade ao estoque de ideias e fatos que, transformados em informação, são transmitidos com o objetivo de gerar conhecimento. Este último, por sua vez, assimila-se à vida do receptor e torna-se inteligência, a qual é estocada na forma de saber (um acervo pessoal).

Para Barreto, a inteligência é a assimilação de um conhecimento na realidade do receptor e pode ser caracterizada como uma ação social, política, econômica ou técnica.

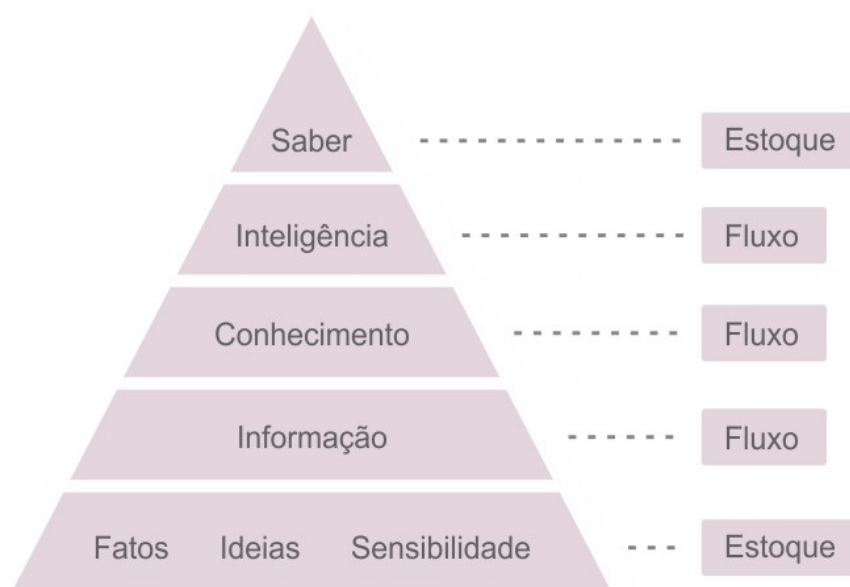


Figura 5 – Pirâmide de fluxos e estoques

Fonte: BARRETO, 2002, p. 68

De acordo com Charaudeau, pretende-se com a informação transportar o indivíduo de um estado para outro: da ignorância para o saber, do desconhecido

para o conhecido. O problema está no acesso a ela já que “não ter informação é não poder saber, logo, não poder informar” (2009, p. 33).

Levando a questão para a coletividade, pode-se afirmar que todo conhecimento é social, “pois é criação de um ser humano, histórico, fruto de determinada classe social, representante consciente ou inconsciente dos interesses provenientes da posição que o mesmo ocupa no processo produtivo” (ARAÚJO, 1992, p. 74).

Assim, a informação é também social e o conhecimento fruto desta informação é responsável por alimentar as relações de poder, uma vez que adquirir e distribuir informação não é respeitado como um direito de todos.

O propósito mais humano da comunicação social encontra-se entre duas ações que obedecem a lógicas particulares. Segundo Charaudeau (2009, p. 86), “uma visada de *fazer saber*, ou de informação propriamente dita; [...] uma visada de *fazer sentir* [...] que capta as massas para sobreviver à concorrência”. Esta última procura produzir o consumo seguindo uma lógica comercial. Já a visada de fazer saber busca formar o cidadão, levando-o a conhecer os fatos que ocorrem em sua vida social.

Os meios de comunicação realizam esta ação “através de dois tipos de atividade linguageira: a *descrição-narração*, para reportar os fatos do mundo; e a *explicação*, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências desses fatos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 87).

A partir do momento em que o indivíduo compreende a realidade que o cerca com base na informação que se lhe apresentam, ele adquire a conscientização essencial para promover qualquer mudança que se faça necessária. Por este motivo, os indivíduos que possuem o conhecimento verdadeiro de sua realidade não aceitam viver em condições subumanas, de opressão, de submissão e de privação de liberdades.

Para Araújo, a partir do momento que se adquire conhecimento de um estado de privação de liberdades, o indivíduo começa a buscar meios de promover a mudança. “O desejo de libertar-se de estruturas sociais, que não permitem viver uma vida verdadeiramente humana, é o passo principal no processo de conscientização do homem” (ARAÚJO, 1992, p. 67-68).

Esta conscientização só é construída por meio do conhecimento. Ela não surge somente a partir da existência de problemas. Muitos vivem em condições de

privação de liberdades sem ao menos se questionarem sobre suas realidades. É a falta de informação que leva à ausência de conhecimento e, conseqüentemente, também de conscientização.

Sob este aspecto, a sequência *opressão - conscientização - cidadania - liberdade* leva o indivíduo aos “passos fundamentais na caminhada em direção à conquista de condições humanas de vida. Estes passos implicam um processo de busca por direitos, ou seja, de busca pela cidadania” (ARAÚJO, 1992, p. 68).

2.4 – Informação e liberdade

Ao dar ênfase ao processo de comunicação sob o ângulo da informação para geração de conhecimento, encontra-se com as características que melhor definem sua natureza. Isto porque tais características estão associadas ao desenvolvimento do indivíduo e de suas liberdades.

Nesta perspectiva, a informação pode ser concebida como “instrumento modificador da consciência do homem. Quando adequadamente apropriada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo” (BARRETO, 2002, p. 70). Desta forma, a informação promove, além do bem-estar individual, o desenvolvimento da sociedade.

Como atingir o desenvolvimento se a sua matéria-prima lhe é negada ou omitida? A informação é a base para uma visão global com objetivos prospectivos, pois “conhecer a si mesmo, os outros e o ambiente permite o direcionamento adequado das ações com maiores possibilidades de resultados positivos [...] ou seja, maior liberdade de ação” (FACHINELLI e SATIE, 2000, p. 223).

Por outro lado, a ausência de informação pode ser considerada uma das piores formas de privação de liberdade e de ditadura. Conforme Araújo (1992, p. 74), a partir do momento que a população se encontra desinformada, torna-se fácil exercer sobre ela uma relação de dominação começando a “criar distorções em suas demandas de modo que ela começa a buscar o favorecimento, o apadrinhamento e a manipulação”.

O acesso e, principalmente, o direito à informação representam a síntese dos direitos sociais. A Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza isso ao destacar como fundamental o direito à informação, à comunicação e à liberdade de

expressão. Assim, afirma-se que o acesso à informação é um direito essencial para que o indivíduo tenha sua cidadania preservada.

Para melhor entender o significado e a grandeza do termo cidadania, percebe-se, na sua etimologia, que a palavra vem da noção de cidade. “Cidadão é o burguês, isto é, o habitante do burgo (cidade). Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é aquele que está capacitado a participar da vida do burgo (cidade) e, conseqüentemente, da sociedade” (ARAÚJO, 1992, p. 68).

Historicamente, o conceito concretiza-se com a revolução francesa (1789), através do princípio de liberdade, igualdade e fraternidade. Entretanto, este processo de concretização dos direitos do cidadão se dá junto ao advento do capitalismo que significou a constituição da sociedade burguesa, da sociedade cujo centro das decisões se localiza na cidade (ARAÚJO, 1992, p. 68).

No modelo proposto por Rousseau, a cidadania é vista como “um direito coletivo que favorece a individualidade e que pressupõe ação política, e sua socialização implica na aquisição de direitos e no cumprimento de deveres em sociedade” (BATISTA, 2007, p.5). Numa visão geral, a cidadania pode ser entendida como a expressão e o conjunto de direitos e deveres que os indivíduos possuem na sociedade.

Ao tratar de cidadania é preciso abranger a igualdade, a liberdade política e a democracia. Somente com estes três pilares solidificados pode-se abordar a cidadania em sua essência.

Compreendemos cidadania, assim, como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se *sujeito histórico consciente e organizado*, com capacidade de conceber e efetivar processo próprio. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização (DEMO, 1992, p.17).

Para inserir essa noção de cidadania, é preciso, primeiro, que os indivíduos tenham desenvolvido o conhecimento transformador. Caso contrário, tem-se o não-cidadão, o qual, “por estar coibido de tomar consciência crítica da manipulação que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto” (DEMO, 1995, p. 2).

Berti (2008, p. 230) aborda a necessidade de construção da cidadania pela promoção da autoestima, do poder e do senso de responsabilidade, sendo estes os pontos mais eficientes.

Peruzzo (2002) finaliza a questão da cidadania ressaltando cinco noções fundamentais.

Primeiro: o cidadão tem direitos e deveres. A participação política, a responsabilidade pelo conjunto da coletividade, o cumprimento das normas de interesse público são deveres, por exemplo. Segundo: a cidadania é histórica. Varia no tempo e no espaço, varia conforme o período histórico e o contexto vivido. Portanto, cabe sempre perguntar quem pode exercer plenamente a cidadania. Terceiro: a cidadania é sempre uma conquista do povo. A ampliação dos direitos de cidadania depende da “capacidade política” dos cidadãos, da qualidade participativa desenvolvida. Quarto: as formas de participação decorrem do tipo de sociedade política em que se vive. Quinto: a cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos (PERUZZO, 2002).

A desigualdade na distribuição de informação entre indivíduos provoca, de acordo com Batista (2007, p. 5), a concentração do poder nas mãos dos que detêm o conhecimento. “A conscientização e o reconhecimento dos direitos da pessoa como cidadão devem ser os primeiros passos nesse caminho de busca pela liberdade de escolhas e de oportunidades”.

Caso ao longo desse caminho o exercício da cidadania seja desviado pela desigualdade no acesso à informação, surgirá, conforme já citado por Demo, a marginalização, a sociedade como massa de manobra.

Aquele que desejar modelar essa massa conforme sua vontade o fará sem maiores esforços. Seja em proporções apocalípticas como Hitler modelou toda a Alemanha, ou em menor escala como a sociedade patriarcal modela as liberdades das mulheres nos pequenos vilarejos rurais. O poder conferido ao “possuidor da informação” e a consequente submissão do “desinformado” geram relações de desigualdade extrema. Estas não se referem somente à diferença no nível de conhecimento em si, mas também à desigualdade de todos os tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Um exemplo oposto ao de opressão – e por isso mesmo de expansão da liberdade por meio da informação – foi a importância da imprensa no desenrolar da Revolução Francesa, quando “movimentos e partidos liberais vão se empenhar em abrir os caminhos para a liberdade [...] Será a força motriz das diferentes liberdades, sobretudo de pensamento e de opinião” (JOSAPHAT, 2006, p. 54).

Assim, os meios de comunicação são vistos como os maiores responsáveis pela promoção da ideologia¹⁸ de liberdade, pela valorização da responsabilidade do agente e pela busca constante do bem comum. Por meio desse entrosamento de corresponsabilidade e liberdade que se processa durante o ato de comunicação, o indivíduo é promovido à categoria de sujeito. Para Freitas, “todo indivíduo humano, isto é, social, por sua vez, só tem existência histórica, só é agente de uma prática, sob a forma-sujeito que lhe é imposta pela ideologia”.

É preciso destacar que a informação midiática – para fins prospectivos de oferecer ferramentas para liberdade – deve transmitir ao indivíduo o material necessário para a construção do seu pensamento crítico e conversão em sujeito histórico, agente. Tais informações, embora pretendam convencer o receptor, precisam assumir uma postura opinativa “que não é uma crença sem consciência nem uma verdade pouco rigorosa, mas é a matéria de nossa vida cotidiana, o cimento de nossa adesão à vida e o fundamento de nossas escolhas essenciais” (BRETON, 2003, p. 14-15).

A argumentação, neste caso, mesmo servindo de meio para fazer uma opinião ser partilhada, “se afasta tanto do exercício da violência persuasiva quando do recurso à sedução ou à demonstração científica” (BRETON, 2003, p. 11). A informação cuja finalidade é gerar o saber e a liberdade deve ser dotada de argumentos que expressem a opinião do orador (verossímil) e localizam-se entre o *convencimento retórico* e o *científico* (Figura 6).

¹⁸ Com base nas análises de Freitas (1992, p. 88-92) sobre os pensamentos de Althusser, a ideologia é um elemento universal da existência histórica e representa a relação imaginária entre os indivíduos e suas condições reais de existência. Para Althusser, não há prática senão e por uma ideologia e não há ideologia senão por e para sujeitos. A Ideologia interpela os indivíduos constituindo-os como sujeitos.

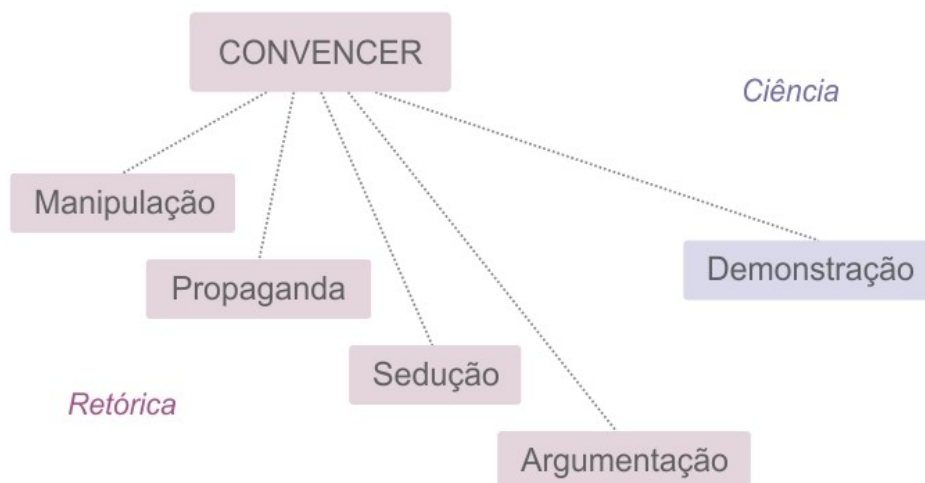


Figura 6 – Diferentes maneiras de convencer

FONTE: BRETON, 2003, p. 10

De acordo com Josaphat (2006, p. 46), a informação midiática “serve de referência à liberdade como valor regulador da vida social e [...] se afirma como cérebro e como voz da sociedade moderna”. Por isso, o poder que é conferido aos meios de comunicação pode sustentar a dinâmica de todas as outras esferas de poder ou pode ser usado como ferramenta de alienação que provoca o descarrilamento da máquina de poderes que sustenta a sociedade.

A liberdade é um valor em si, pois é a primeira qualidade do agir humano. Ela é a fonte dos outros valores, porque os membros da sociedade e essa própria sociedade sem a liberdade, especialmente sem a livre informação e a livre comunicação das ideias, não poderão exercer os outros direitos e praticar diferentes deveres pessoais e sociais (JOSAPHAT, 2006, p. 80).

De acordo com Araújo (1992, p. 68), por meio da conquista da cidadania e da liberdade a “sociedade torna-se consciente e organizada, com capacidade de conceber e efetivar um projeto próprio de desenvolvimento”. Sendo fundamental o direito à informação, a organização política e a “capacitação da população para o uso dos sistemas de informação através da alfabetização”.

“L'homme qui a quelque chose à dire se désole de ne pas trouver d'auditeurs, mais il est encore plus désolant pour des auditeurs de ne trouver personne qui ait quelque chose à leur dire”¹⁹.
Sur le Cinéma
Bertold Brecht (1970, p. 129)

3 – RÁDIO PARA INFORMAÇÃO

3.1 – História do rádio

Ao tratar da história do rádio, principalmente da sua criação e das primeiras transmissões, é fundamental ter em mente a ideia de que, para se chegar a uma invenção, vários caminhos foram anteriormente percorridos por outros estudiosos e cientistas. Tal lembrança faz-se necessária, pois, assim como a aviação, a eletricidade ou as telecomunicações, a invenção da radiodifusão também carrega em si um conjunto de criações e descobertas anteriores que levaram a uma evolução do que hoje é conhecido como rádio.

Cada cientista, físico ou pesquisador possui uma ligação que une seu trabalho a trabalhos anteriores. No caso do rádio, quando Guglielmo Marconi realizou a primeira emissão, fez uso de um telégrafo para concretizar seu experimento. Daí, para chegar ao formato atualmente conhecido do rádio, muitas colaborações foram feitas e estudos realizados para que o conceito idealizado por Marconi atingisse uma evolução em sua estrutura e no seu funcionamento.

Embora a invenção do rádio seja atribuída a Guglielmo no ano de 1896, alguns autores como Almeida e Ribeiro (2010) afirmam que o cientista italiano “inventou o telégrafo sem fios, ou seja, a transmissão de sinais em código Morse (conjunto de pontos e traços), e não o rádio tal como o conhecemos”.

Para Mancisidor, “Marconi não foi um pioneiro como são Morse na telegrafia e Bell na telefonia. Não descobriu os princípios do rádio, mas sim coordenou os princípios de outros, melhorando sua operatividade ao aplicar avanços de sua própria invenção” (MANCISIDOR citado por SOUSA, 2004, p. 49).

Por isso, na história da radiocomunicação, ainda é possível perceber uma controvérsia no que se refere ao verdadeiro “inventor” do rádio. Isto porque há

¹⁹ O homem que tem algo para dizer lamenta quando não encontra ouvintes, mas é ainda mais lamentável para os ouvintes que não encontram quem tenha algo para lhes dizer.

publicações sobre a invenção do rádio de cuja veracidade não se pode duvidar, embora suas justificabilidades não sejam inteiramente legítimas.

Segundo Nicolas Dachin (1969), em artigo da revista *Antenna*, “existe um evidente exagero ao se mencionar o nome de Guglielmo Marconi como o inventor, ‘o pai’ do rádio”. Tal crédito atribuído a Marconi provoca desacordo entre estudiosos em muitos países, inclusive no Brasil.

Para alguns pesquisadores, o Padre Roberto Landell de Moura – nascido em Porto Alegre e formado em Roma em física e química – é considerado o primeiro a transmitir som via ondas eletromagnéticas, em 1893. “Com o conhecimento teórico e a inquietude [...], transmitiu a voz humana à distância, sem fio, pela primeira vez no mundo. Foi também pioneiro ao projetar aparelhos para a transmissão de imagens (a TV) e textos (o teletipo)” (ALMEIDA e RIBEIRO, 2010).

Os autores acrescentam ainda que Landell diferencia-se de Marconi, pois este último não teria transmitido a voz, mas apenas enviado mensagens de sinais. Embora tenha realizado os primeiros testes em 1893, Landell só fez a primeira demonstração pública em 1900.

No domingo próximo passado, no Alto de Sant'ana, cidade de São Paulo, o padre Roberto Landell de Moura fez uma experiência particular com vários aparelhos de sua invenção, no intuito de demonstrar algumas leis por êle descobertas no estudo da propagação do som, da luz e da eletricidade através do espaço, da terra e do elemento aquoso, as quais foram coroadas de brilhante êxito. Estes aparelhos eminentemente práticos são como tantos corolários, deduzidos das leis supracitadas. Assistiram a esta prova, entre outras pessoas, o Sr. P.C.P.Lupton, representante do Governo Britânico, e sua família (Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1900).

Assim, embora o primeiro nome citado na literatura seja o do cientista italiano – “uma vez que em 1896, na Inglaterra, graças às demonstrações de seus experimentos, conseguiu a patente do telégrafo sem fio” (MANCISIDOR citado por SOUSA, 2004, p. 49) –, é preciso deixar claro que há estudos que comprovam divergências no aspecto histórico de criação do rádio.

A partir da “descoberta” ou, mais adequadamente, da “evolução” do rádio, o seu desenvolvimento só ganhou impulso a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a concorrência entre países se tornou mais acirrada. Além do fator de disputa por novos mercados, a necessidade da Marinha de garantir a segurança dos

navegadores no mar pode ser vista também como um fator que impulsionou o desenvolvimento e garantiu investimentos voltados para a evolução do rádio.

Somente com o aperfeiçoamento do veículo e sua produção em escala comercial pôde-se utilizá-lo nas residências com finalidades diversas, especialmente como representante do entretenimento da população. Para Brecht (2007, p. 228), esse papel de representante desempenhado pelo rádio em sua primeira fase – representante do teatro, da ópera, da audição musical, de palestras, do café-concerto, da imprensa local etc – fez com que o veículo imitasse “quase todas as instituições existentes que se relacionavam com a difusão do que era falado ou cantado”. Assim, confusão e atritos eram gerados “na construção de uma torre de Babel”.

Como não havia um padrão a seguir na exploração do rádio, nem regras para seu uso e aproveitamento, o novo veículo ganhou o mundo adquirindo formas diversas em cada país. Dependendo do seu uso, “o desenvolvimento da radiodifusão seguiu caminhos diversos, materializados nos variados sistemas implantados primeiramente nos países industrializados e, depois, nos outros países” (CAPARELLI, 1986, p. 75).

Assim, a variedade existente de sistemas de exploração do rádio depende da história vivida em cada nação e “dos objetivos que lhe deram os grupos no poder ou os que gravitavam ao seu redor, criando a radiodifusão controlada pelo Estado ou explorada comercialmente” (CAPARELLI, 1986, p. 75). O regime de monopólio caracteriza-se por ter no Estado a força controladora do veículo. O poder estatal detém o controle do rádio por meio de uma empresa pública ou privada mista (esta última somente com a concessão de exploração concedida pelo Estado. Já o sistema misto funciona com emissoras estatais e privadas coexistindo simultaneamente.

Alguns autores dividem os sistemas de exploração do rádio de acordo com o processo histórico do país, que podem seguir um modelo socialista, de responsabilidade social, liberal ou autoritário.

O regime soviético tem por principal objetivo contribuir para o sucesso e continuidade do sistema socialista. O sistema de responsabilidade social dá prioridade à informação, ao entretenimento e teria por função fazer com que os conflitos da sociedade viessem à tona, através de discussões públicas. O modelo liberal tem também a finalidade de informar, de entreter, impulsionar vendas, mas, em especial, descobrir a verdade. Este modelo se

explica melhor dentro do liberalismo como filosofia de vida. O autoritarismo é caracterizado por apoiar e fazer progredir a política do governante no poder e servir ao Estado (CAPARELLI, 1986, p. 76).

No Brasil, poucos anos após a instalação do primeiro estúdio em Nova Iorque em 1916, o rádio surgiu fazendo ecoar seu sinal com interferências e ruídos, porém encantador o suficiente para modificar a vida dos brasileiros.

A primeira transmissão radiofônica no país aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, durante a comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. O evento ocorreu no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Além de música, o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa pôde ser escutado nas estações de rádio instaladas no Corcovado e na Praia Vermelha. No ano seguinte, era inaugurada a primeira emissora do Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Na verdade, é que, durante a Exposição do Centenário da Independência, em 1922, muito pouca gente se interessou pelas demonstrações experimentais de radiotelegrafia então realizadas pelas companhias norte-americanas Westinghouse, na Estação do Corcovado, e Western Electric, na Praia Vermelha. Muito pouca gente se interessou. Creio que a causa principal desse desinteresse foram os alto-falantes instalados na exposição. Ouvindo discursos e músicas reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo roufenho, distorcido, arranhando os ouvidos. Era uma curiosidade sem maiores consequências (Depoimento de Edgard Roquette-Pinto à Rádio MEC, [195-?]).

Assim como há controvérsias sobre a criação do rádio no mundo, no Brasil a polêmica fica por conta da primeira transmissão. Embora a versão citada acima seja a mais aceita entre os historiadores, é pertinente destacar que, em 1919, a Rádio Clube de Pernambuco, fundada por Oscar Moreira Pinto, já realizava suas primeiras transmissões radiofônicas. Seja pela forte influência que a região sudeste exercia no país ou pela insuficiência de documentação precisa sobre o fato na época, a transmissão no Rio de Janeiro é considerada a primeira no Brasil.

Após a fase experimental, o rádio no Brasil passou a contar com iniciativas de clubes e sociedades para seu funcionamento. Porém, “a lei criada em 1932 permitiu a exploração de espaços comerciais” (OLIVEIRA, 2006, p. 21) e as emissoras passaram a adquirir um formato comercial. Assim, a presença do rádio constituiu um acontecimento fundamental para que a sociedade de consumo se alargasse pelo país.

Apesar de ter sido, inicialmente, usado pela elite que residia em grandes concentrações urbanas, o rádio refletiu “um novo campo para aplicação do capital e, em segundo lugar, um instrumento capaz de atingir camadas da população, independentes de serem alfabetizadas” (CAPARELLI, 1986, p. 80).

Em 1920, apenas 20% da população brasileira vivia em cidades, passando para 31,2% só em 1940. E essa distribuição da população indica que mais de 70% dos brasileiros viviam marginalizados do rádio pela deficiência de eletrificação rural (CAPARELLI, 1986, p. 80).

Desta forma, o rádio era pouco acessível à maioria da população, ficando praticamente restrito àqueles que dirigiam as emissoras por meio dos clubes e sociedades, o que lhes concedia um status de detentor da informação midiaticizada e fonte de transmissão de notícias. “Os aparelhos receptores eram poucos e o ouvinte tinha que pagar uma taxa de contribuição ao Estado pelo uso das ondas” (HOUSSEN, 2001, p. 23).

Segundo Oliveira, (2006, p. 28) os ouvintes escutavam uma transmissão de má qualidade e de tempo reduzido, uma vez que os transmissores à válvula só funcionavam por um curto período. À época, as transmissões se processavam durante parte da manhã ou ao meio-dia e só eram retomadas à noite. “Algumas estações só funcionavam à noite, principalmente por questões técnicas. Nesse horário, as transmissões ganham mais qualidade e amplitude de alcance” (OLIVEIRA, 2006, p. 28).

Nessa fase inicial, o novo veículo fazia do ato de escutar um momento de isolamento para o ouvinte, porém, nos anos 1930, com o somatório das caixas de som ao aparelho de rádio, sua função social passou a aproximar os indivíduos. Para Oliveira (2006, p. 29), a radiodifusão passou “a juntar a família e os vizinhos em torno do receptor”, além de estreitar as relações entre locutores e ouvintes.

Eu me lembro que era comum a gente ouvir o locutor anunciar uma música, em seguida agradecendo a um ouvinte ou comerciante que tinha doado ou emprestado o acetato para que fosse transmitido. Era uma época de muito improviso por parte de quem trabalhava no rádio. Sem recursos e sem número de pessoas suficiente, os pioneiros tinham que usar de muito ‘jogo de cintura’ para poder fazer a programação (CARVALHO citado por OLIVEIRA, 2006, p. 32).

Tal comportamento unificador, embora representasse uma mudança nas relações sociais, ainda era pouco expressivo para o poder que o rádio realmente dispõe quando o objetivo é socialização. Como os possuidores dos aparelhos eram

poucos e estavam localizados apenas nos centros urbanos desenvolvidos do país (poucos àquela época), a radiodifusão não foi logo de início utilizada como fonte de serviço para a sociedade, como desejava o professor, médico legista, cientista e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, fundador da primeira emissora de rádio do Brasil.

No começo, em 1923, desmontava-se a estação do Corcovado e a da Praia Vermelha ia seguir o mesmo destino se o Governo não a comprasse. O Brasil ia ficar sem rádio. Ora, eu vivia angustiado com essa história, porque já tinha convicção profunda do valor informativo e cultural do sistema desde que ouvira as transmissões do Corcovado alguns meses antes, conforme já narrei mais de uma vez. Mas uma andorinha não faz verão. Resolvi interessar no problema a Academia de Ciências. Era presidente o nosso querido mestre Henrique Morize, eu era secretário. E foi assim que nasceu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro a 20 de abril de 1923 (Depoimento de Edgard Roquette-Pinto à Rádio MEC, [195-?]).

O antropólogo via no rádio a possibilidade de difundir a cultura e a educação no país. Assim, mesmo após a permissão para explorar espaços comerciais, Roquette-Pinto manteve-se fiel à sua proposta e se negava a realizar a comercialização dos espaços publicitários. Desta forma, foi inevitável que as crises financeiras surgissem em uma rádio privada cujo capital para manutenção não contava com a publicidade.

O sonho de usar o rádio com o objetivo de educar e informar a sociedade demorou em mostrar sua real possibilidade, uma vez que a população que precisava ser “educada” e “informada” não tinha acesso ao veículo. De acordo com a vontade de Roquette-Pinto – para quem o rádio era “a escola de quem não tem escola” –, o novo meio de comunicação deveria se popularizar, voltando-se definitivamente para a massa.

Em visita às instalações da Rádio Sociedade, em 1925, para conhecer o projeto educativo de Roquette-Pinto, o cientista Albert Einstein destacou a importância da radiodifusão na divulgação do conhecimento para aqueles que vivem isolados.

Após minha visita a esta Rádio Sociedade, não posso deixar de, mais uma vez, admirar os esplêndidos resultados a que chegou a ciência aliada à técnica [sic], permitindo aos que vivem isolados os melhores frutos da civilização. [...] Esta é a grande obra da Rádio Sociedade (EINSTEIN citado por SARAIVA, 1925).

No entanto, o que se viu em sua fase inicial no Brasil foi uma radiodifusão com uma programação voltada para um público seletivo, quando óperas e palestras dirigidas às elites eram difundidas entre alguns poucos brasileiros.

Sem ter condições de dar continuidade ao seu projeto de rádio educativo e cultural, Roquette-Pinto, em 1936, doou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação. Assim, nasceu a Rádio MEC. Carlos Drummond de Andrade, em seu depoimento à emissora na comemoração dos seus 25 anos, relembra a importância e o pioneirismo de um projeto educacional via rádio.

Para mim, é muito agradável lembrar os tempos em que eu trabalhei na Rádio como cronista. Mais agradável ainda é lembrar uma cena muito antiga, na qual o grande educador Roquette-Pinto entregou, generosamente, ao Ministério da Educação, a rádio que constituía um trabalho admirável de iniciativa privada em favor da educação popular. Era um trabalho realmente pioneiro. Assisti com emoção Roquette-Pinto fazer essa entrega. Para mim, portanto, é com grande alegria e com certa emoção que eu lembro este aniversário da Rádio Ministério da Educação (Depoimento de Carlos Drummond de Andrade à rádio MEC, 1961).

Não demorou a chegar a popularização do rádio. Segundo Caparelli, o clima de otimismo foi generalizado quando o rádio foi adquirindo características mais massivas e alcançando a maioria da população. “Os Estados Unidos, por exemplo, tinham 400 mil aparelhos de rádio em 1922, 4 milhões em 1925, 13 milhões em 1930 e mais de 30 milhões cinco anos depois” (CAPARELLI, 1986, p. 74).

Somente no percurso da década de 30, as emissoras começaram a se popularizar. A programação foi sofrendo gradativas transformações na medida em que mais pessoas, inclusive as que ganhavam menos, começaram a ter condições de comprar os aparelhos. Começaram a surgir modelos mais modernos com alto falantes em que várias pessoas podiam ouvir ao mesmo tempo. Com isso, as pessoas que possuíam o rádio abriam as janelas para que as outras pessoas também ouvissem. Era comum formar uma aglomeração em torno da janela de uma casa para ouvir o som do rádio. Muitas cidades começaram a criar pontos coletivos para audição de rádio, algumas em salas, escolas, praças e até teatros. (CARVALHO citado por OLIVEIRA, 2006, p. 30)

Segundo Caparelli, (1986, p. 82), novas emissoras foram implantadas no país e, em 1940 já havia 76 emissoras de rádio. Em 1945 o número cresceu para 117 e, cinco anos depois, em 1950, o número dobrou para 243 emissoras. A radiodifusão “não se concentrava, como os jornais, nas grandes cidades. Pela primeira vez, surgia um meio de comunicação capaz de tratar de problemas regionais ou locais

[...]. Em 1947, já existiam no país mais de 3 milhões de aparelhos receptores” (CAPARELLI, 1986, p. 82).

O crescimento no período compreendido entre os anos 1940 e 1950 foi tão expressivo que, em 1º de janeiro de 1943, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro teve sua transmissão voltada para outros países. “Foram inauguradas cinco antenas de ondas curtas: duas voltadas para os Estados Unidos, duas para a Europa e uma para a Ásia” (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Nesta fase da radiodifusão, chamada de “era de ouro” pelo glamour que o rádio representava para os cantores e cantoras na época, as emissoras passaram a investir mais em tecnologia e começaram a repensar sua estrutura. Isto porque, embora a televisão tivesse surgido no Brasil em 1950, a partir de 1955 ela passou a representar uma concorrente na comercialização de espaços publicitários. Já nos anos 60, com a utilização do videoteipe na TV, as verbas de publicidade foram, indiscutivelmente deslocadas.

Nessa busca por nova estrutura, o radiojornalismo e os serviços de utilidade pública adquirem maior destaque na programação. Segundo Gisela Ortriwano, primeira doutora em rádio no país, “o rádio aprendeu a trocar os astros e estrelas por discos e fitas gravadas, as novelas pelas notícias e as brincadeiras de auditório pelos serviços de utilidade pública” (1985, p. 21). O caminho encontrado foi no sentido de atender às necessidades regionais no que diz respeito à informação.

Entre as décadas de 60 e 70, há uma inversão da população urbana e rural do país, com 66% dos habitantes passando a viver nas grandes cidades urbanas. Novos perfis de ouvintes vão surgindo além dessa fatia de marginalizados fruto do êxodo rural, que são “os estudantes secundaristas, vestibulandos e universitários [...], resultado do fenômeno representado pela ascensão da juventude ao status de categoria social” (FERRARETTO, 2009, p. 106). A partir desse ganho de um novo público, somado ao crescimento das rádios FM, o que se viu foi a retomada do crescimento e a estabilização do rádio nos anos 80 e 90 como indica a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução dos domicílios com rádio

Ano	N^{os} absolutos	Posse (%)	Ano	N^{os} absolutos	Posse (%)
1970	10.386.763	58,9%	1999	38.512.646	89,9%
1980	19.203.666	76,2%	2000	39.107.479	89,9%
1990	29.993.272	84,3%	2001	40.926.160	88,1%
1991	30.592.474	84,4%	2002	42.223.640	87,9%
1992	30.791.400	84,9%	2003	43.647.140	87,8%
1993	31.442.592	85,1%	2004	45.439.130	87,8%
1994	33.232.055	86,6%	2005	46.740.320	88,0%
1995	34.606.922	88,9%	2006	48.002.190	87,9%
1996	35.915.062	90,4%	2007	49.639.060	88,1%
1997	36.712.634	90,3%	2008	51.168.173	88,9%
1998	37.839.881	90,5%	2009	52.501.000	89,0%

FONTE: 1970, 1980 e 2000: Censo Demográfico IBGE; 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1999 e 2002 (Somente para total Brasil): PNAD, exclusivo domicílios da área rural da Região Norte. 2004 e 2009: Grupo de Mídia.

Vale ressaltar que o verdadeiro índice de penetração do rádio é mais expressivo que o indicado na tabela 1. No entanto, sua correta mensuração parece impossibilitada, uma vez que as pesquisas relacionadas não contam com a universalização da radiodifusão e sua convergência com outros meios como internet, receivers, media players, carros, celulares e demais tecnologias.

De acordo com Bolaño e Brittos (2007, p. 255), nos anos 90 pode-se perceber um período de expansão no mercado, “para o qual vale a ideia de multiplicidade da oferta [...] ocorrendo um aumento da quantidade de agentes, o que provoca maior concorrência e, por fim, acréscimo substancial da oferta de canais ao público”.

O mercado brasileiro de rádio passa atualmente por um período muito particular em relação à sua trajetória histórica. É uma etapa bem demarcada, que, de um lado, acentua sinais que, com menor ênfase, já vinham de momentos imediatamente anteriores e, de outro, apresenta traços totalmente novos, em nada lembrando a distante figura glamorosa dos anos 40 do século XX, quando a Rádio Nacional do Rio de Janeiro – e suas réplicas locais embalavam os sonhos dos radio-ouvintes (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 255).

3.2 – Um meio cego, porém estimulante

Desde que o rádio surgiu com sua fascinante mecânica de funcionamento, encantando os ouvintes em todo o mundo, além do seu poder de alcançar todas as classes sociais, diversos dos seus aspectos qualitativos fizeram dele um veículo poderoso e singular.

Segundo Caparelli (1986, p. 74), enquanto o jornal precisava de um público dotado de determinado grau de leitura e hábito cultural, a radiodifusão dependia

somente de um ouvinte atento. As informações transmitidas pelo rádio poderiam servir, inclusive, para promover uma mudança do nível cultural da população, elevando-o de diversas maneiras.

Se antes do surgimento do rádio, as peças de teatro, a música e a literatura ficavam restritas à minoria urbana, após sua popularização, estas formas de manifestação cultural saíram dos “espaços ocupados por uma elite privilegiada e tornaram-se um bem comum, delas participando todas as camadas sociais. Daí a razão do otimismo e das discussões que se multiplicavam por volta de 1930” (CAPARELLI, 1986, p. 74). Desta forma, o rádio foi dilatando sua área de abrangência rapidamente e tornou-se um meio de comunicação universal.

Para Mcleish (2001, p. 15), a radiofonia “traz esse mundo para aqueles que não sabem ler e ajuda a manter contato com os que não podem ver”. Além disso, ao intensificar a disseminação das informações entre líderes e liderados, o rádio torna conhecida “a mesma notícia, da mesma ideia política, declaração ou ameaça. Se conhecimento é poder, o rádio dá poder a todos nós, quer exercitemos ou não algum tipo de autoridade” (MCLEISH, 2001, p. 16).

3.2.1 – Características da radiodifusão

Dentre as várias características da radiodifusão, podem-se destacar algumas particularidades do veículo que o colocam em evidência entre os meios de comunicação.

Em sua simplicidade estrutural, o rádio “compreende uma pessoa com um gravador em vez de uma equipe com câmera, luzes e gravador de áudio. Isso torna mais fácil a participação do não profissional” (MCLEISH, 2001, p. 17). Esta qualidade proporciona maior participação do público nesse tipo de mídia.

Provavelmente também é verdade que enquanto na televisão ou não imprensa escrita qualquer perda de padrão técnico torna-se imediatamente óbvia e inaceitável, em relação ao rádio existe uma margem identificável entre o excelente e o suficiente. Isso não quer dizer que não se deve batalhar continuamente pelos mais altos padrões possíveis (MCLEISH, 2001, p. 17).

A busca pela qualidade vai além do esforço técnico pela qualidade de som difundido e os radialistas precisam também fazer com que o ouvinte reencontre com suas tradições orais por meio de adaptações da linguagem escrita.

Desta maneira, o rádio dirige-se diretamente para cada indivíduo fazendo com que este crie mentalmente o cenário narrado no áudio. De acordo com Mcleish, (2001, p. 16), a radiofonia atinge o ouvinte de maneira mais pessoal, porém, não se deve “abusar dessa natureza direta do meio e considerar o microfone uma entrada para um sistema de discurso público, mas, sim, um meio de falar diretamente com o ouvinte”.

Por possuir traços de um meio de comunicação efêmero, assim como a televisão, o rádio difere-se da mídia impressa pela necessidade de ter o ouvinte presente no momento exato para que a informação seja alcançada. Mesmo sendo um veículo que promove o debate nas comunidades, propagando assim o noticiado, a necessidade de uma disciplina de escuta ainda é uma das características que menos favorece o rádio.

Esta transitoriedade vai além da necessidade do “aqui e agora” e do hábito da escuta por parte do ouvinte. Ela passa também pela imprescindibilidade de que o público compreenda a mensagem da maneira mais clara possível. “O impacto e a inteligibilidade da palavra falada devem ocorrer no momento em que é ouvida – raramente há uma segunda chance” (MCLEISH, 2001, p. 18). A linguagem deve ser a mais direta e sucinta possível, já que o entendimento deve ser processado de imediato.

Outra característica que merece destaque na radiodifusão é a ausência de uma mensuração da importância daquilo que é difundido. Segundo Mcleish,

uma matéria pode ficar mais tempo no ar, mas isso necessariamente não é o mesmo que ‘maior’. Uma cobertura descrita como ‘detalhada’ talvez seja apenas “longa”. O campo de ação é limitado para indicar a diferença de importância entre uma crise econômica, um tema religioso, um assassinato, a chegada de uma banda pop, os preços do mercado e a previsão do tempo (MCLEISH, 2001, p. 19).

Já na mídia impressa e na televisão, a possibilidade de dar ênfase a determinadas informações não só é possível como também impõe ao público um predeterminado juízo de valor. Esta ausência de manobra, sob outro aspecto, proporciona ao ouvinte maior possibilidade de avaliar e julgar as informações de acordo com sua própria atribuição de valor, deixando valer o exercício da escolha.

3.2.2 – Comparativos

Mesmo procurando evitar comparações com outros meios de comunicação ao se falar do rádio – especialmente de suas características –, é inevitável não empregar frases do tipo: “o rádio, diferente da televisão...” ou “assim como a mídia impressa, a radiodifusão...”. Longe de querer trilhar um discurso que vai acabar em classificações de melhor ou pior veículo, o objetivo de abordar características de outros meios de comunicação paralelas às do rádio é o de facilitar a compreensão e situar o veículo entre os outros de função semelhante.

Assim, faz-se necessário frisar que, embora o rádio tenha características que o diferenciam positivamente de outras mídias, não se deve classificá-lo como superior, uma vez que cada meio possui uma ou mais particularidades que lhe concedem destaque.

Segundo Caparelli (1986, p. 86), o rádio talvez seja o meio de comunicação mais privilegiado em termos de potencialidades. Além de não necessitar que o ouvinte seja alfabetizado, a sua abrangência é maior que os demais veículos, já que não necessita de energia elétrica e o transistor faz com que o aparelho capte transmissões nos pontos mais distantes do país.

Esta característica faz do rádio um veículo de grande penetração nas áreas rurais e entre aqueles que vivem em regiões mais isoladas.

Em sua visita à Rádio Sociedade em 1925, Einstein frisou a característica do rádio como um veículo cuja necessidade de leitura é descartada e comentou a importância de que o veículo seja conduzido por pessoas qualificadas. Para o cientista, tanto o rádio quanto o livro levam conhecimento aos que vivem em regiões isoladas, no entanto, só o rádio faz com “a simplicidade e a segurança de uma exposição cuidada e ouvida de viva voz”.

O livro tem de ser escolhido pelo leitor, o que por vezes traz dificuldade. Na cultura levada pela radiotelefonia, desde que sejam pessoas autorizadas as que se encarregam das divulgações, quem ouve recebe, além de uma escolha judiciosa, opiniões pessoais e comentários que aplainam os caminhos e facilitam a compreensão (EINSTEIN citado por SARAIVA, 1925)

Quando se diz que a radiodifusão não exige de seu público o domínio da leitura, isso vem do fato de que o rádio é um meio cego. Embora esta característica pareça desfavorável para a construção de um veículo eficiente, de acordo com Mcleish (2001, p.15), o rádio “pode estimular a imaginação de modo que logo ao

ouvir a voz do locutor, o ouvinte tente visualizar o que ouve [...]. Naturalmente, um meio visual leva vantagem quando se demonstra um procedimento ou uma técnica”, já que parece evidente a assertiva de que uma só imagem vale por muitas palavras, facilitando o processo de descrição.

Tanto som quanto a imagem são suscetíveis a distorções de seletividade, e no noticiário cabe à integridade do indivíduo que está no local produzir um relato o mais justo, honesto e factual possível. No caso do rádio, sua grande capacidade de apelar diretamente à imaginação não deve permitir a interpretação individual de um evento factual, para não dizer o exagero deliberado desse evento por parte do radialista. [...] Quem faz textos e comentários para o rádio escolhe as palavras de modo a criar as devidas imagens na mente do ouvinte e, assim fazendo, torna o assunto inteligível e a ocasião memorável (MCLEISH, 2001, p. 15-16).

Além do estímulo à imaginação, por ser um veículo unicamente auditivo, o rádio beneficia-se do uso da voz humana, tornando-se capaz de transmitir mais sentimento do que no discurso escrito. Por possuir nuances e inflexões variadas, o som da voz é capaz de ditar momentos de ênfases e de pausas (reflexão) ao expor uma mensagem.

Por este motivo, é preciso destacar a importância de ouvir variados tipos de vozes, diferentes daquelas dos profissionais do rádio, que têm em si o poder de oratória. “As peculiaridades técnicas desse meio de comunicação não devem desencorajar a expressão natural e sincera de pessoas de todos os níveis sociais” (MCLEISH, 2001, p. 19).

Baseado no sistema criado pelo diretor teatral russo, Constantin Stanislavski, McLuhan destaca que a importância da voz humana no rádio está na capacidade de provocar no ouvinte a captação de diferentes sentimentos.

Não há muitas maneiras de se escrever ‘noite’, mas Stanislavsky costumava pedir aos seus atores que a pronunciassem em cinquenta modos e variantes diferentes, enquanto a audiência ia registrando os diferentes matizes de sentimentos e significados expressos por eles. Mais de uma página em prosa e mais de uma narrativa têm sido dedicadas a exprimir o que não é senão um soluço, um gemido, um riso ou um grifo lancinante. A palavra escrita desafia, em sequência, o que é imediato e implícito na palavra falada (MCLUHAN, 1996, p. 97).

Esta possibilidade de incitar o imaginário por meio de sentimentos faz com que o rádio transmita informações de forma diferente dos veículos impressos. Na radiodifusão, a informação chega ao ouvinte de forma mais espontânea e dialógica.

Se comparado aos outros meios, o rádio difere-se também pelo fato de que pode ser facilmente utilizado como uma espécie de pano de fundo. Para Mcleish (2001, p. 18), esta característica, que faz do veículo um acompanhamento para a realização de outras tarefas – tornando-o menos exigente quanto à atenção do público –, faz com que o rádio seja prejudicado por essa sua generosidade inerente.

Por outro lado, o rádio, entre os grandes veículos, é o mais barato. Tanto os custos de manutenção e produção de material por parte das emissoras quanto o custo de aquisição do aparelho de rádio pelos ouvintes são incomparavelmente inferiores aos da TV, por exemplo. Somando-se esta característica ao fato de que a radiodifusão é capaz de atribuir o papel de comunicador a qualquer um que tenha algo vultoso para comunicar, o rádio torna-se um meio surpreendentemente participativo.

Segundo Mcleish (2001, p. 17), “em meio a todos os tipos de métodos de participação do ouvinte, essa mídia é capaz de oferecer um papel de comunicador de mão dupla, particularmente na área de radiodifusão comunitária”.

Finalizando as características aqui delimitadas como um breve detalhamento do veículo – sem expor todas as propriedades que traçam o perfil do rádio, que são inúmeras –, pode-se citar ainda sua facilidade de deslocamento. Para Bolaño e Brittos (2007, p. 266), “entre os meios de comunicação de massa tradicionais, o rádio manteve uma característica que sempre o distinguiu dos demais: a portabilidade, viável desde a invenção do transistor, em 1947”.

Esta qualidade faz do rádio um veículo ideal para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, por exemplo. No campo, é comum observar homens e mulheres executando suas tarefas enquanto buscam informação ou descontração no rádio.

3.3 – Rádio e construção do pensamento uno

Enquanto todas as características citadas fazem do rádio um veículo com alto poder de alcance e, conseqüentemente, de persuasão, deve-se atentar, então, para o que a sociedade faz do rádio. Se um veículo possui a capacidade de arregimentar pessoas em torno de um pensamento uno, tem-se nas mãos uma poderosa arma de influência ideológica. Tal ferramenta, quando bem usada, pode levar ao

desenvolvimento do indivíduo, desde que os princípios de liberdade e igualdade e os ideais de cidadania sejam o foco ou, pelo menos, estejam implícitos nos discursos.

Exemplo disso foi o que aconteceu em 1932, quando, apesar de ser o número de receptores ainda muito pequeno no Brasil, no mês de maio, “a Rádio Record foi invadida pelos estudantes que queriam lançar um manifesto à população. Com o levante paulista, seus microfones foram utilizados para a mobilização popular” (CAPARELLI, 1986, p. 80-81).

Em qualquer sistema de exploração do rádio que realize uma aplicação contrária a este ideal de liberdade, tem-se um modelo autoritário, cujo propósito também é reunir a sociedade em torno de um pensamento uno. No entanto, o Estado encontra-se no centro desse objetivo e é visto como o ingrediente principal para o desenvolvimento de todos os indivíduos, os quais devem estar dependentes dele.

Segundo Caparelli (1986, p. 76-77), no modelo autoritário, geralmente os cidadãos “são tratados como idiotas ou imbecis, que precisam ser guiados pelo Estado para atingir a perfeição ou o progresso. O povo é considerado incapaz de entender problemas políticos. Por isso, as discussões em grupo são limitadas”.

Dessa forma, os meios de comunicação passam a sofrer um controle com o objetivo de evitar que a população sintasse com o direito de interferir nas decisões do governo.

De acordo com o levantamento realizado pelo Projeto Donos da Mídia, em 2008, no Brasil, 271 políticos eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Conforme a Figura 7, dos 271 políticos, a maioria é formada por prefeitos (54,24%), seguido de deputado estadual (20,3%), deputado federal (17,71%), senador (7,38%) e governador (0,37%).

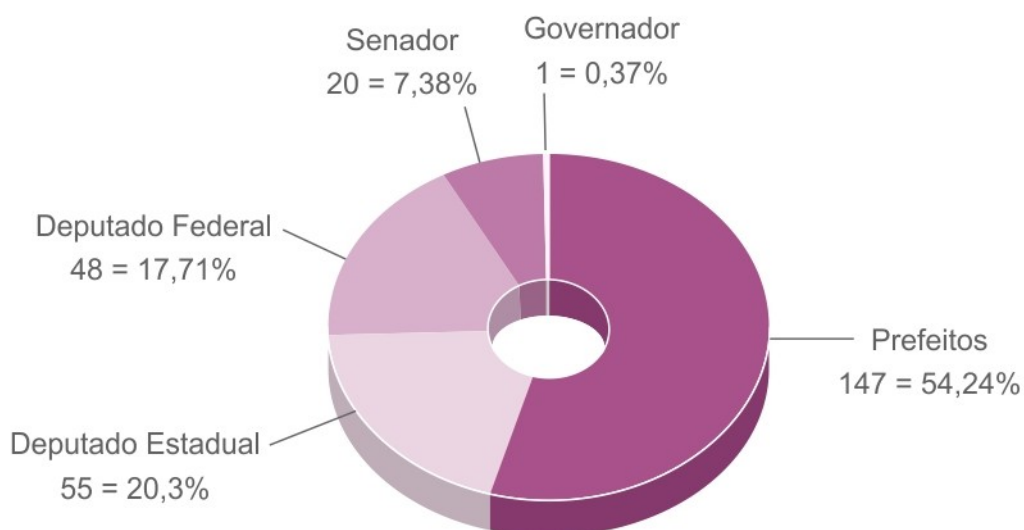


Figura 7 – Políticos donos de meios de comunicação por cargo

Fonte: Projeto Donos da Mídia 2008

Quanto aos veículos (Figura 8), dos 324 que estão submetidos aos políticos, 43,83% são rádios de ondas médias (OM), 36,11% são rádios de frequência modulada (FM), 9,57% são rádios comunitárias, 8,95% são televisões abertas, 1,23% de rádios de ondas tropicais (OT) e 0,31% de jornal.

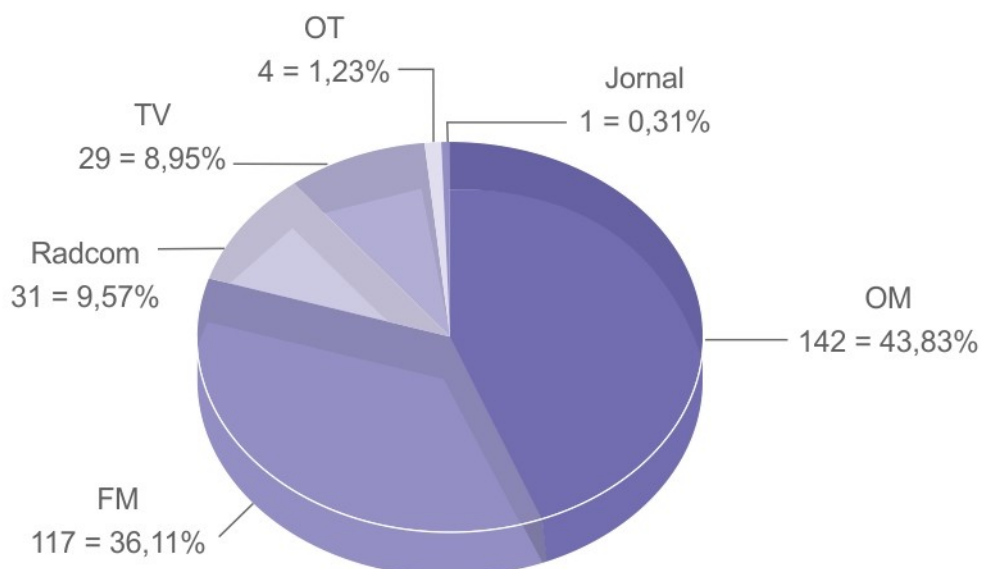


Figura 8 – Veículos de comunicação administrados por políticos

Fonte: Projeto Donos da Mídia 2008

Sabendo-se que o rádio possui grande importância na construção social e na construção do pensamento da sociedade – em especial nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento –, “o controle da informação [...] faz com que esse poderoso instrumento de comunicação se transforme numa ilha de entretenimento, cercada de jingles que chamam para um consumismo como filosofia de vida” (CAPARELLI, 1986, p. 86).

O primeiro a utilizar o rádio como uma verdadeira ferramenta de persuasão foi o presidente populista Getúlio Vargas. Ao aumentar para 42 o número de emissoras no país, ele iniciava a organização e controle da propaganda no Brasil, tornando-se o primeiro governante no país a fazer uso do rádio como uma ferramenta difusora do autoritarismo. Em sua mensagem ao Congresso Nacional no dia 1º de maio de 1937, Vargas deixa clara sua posição quanto à utilização do rádio.

“[...] o governo da união procurará entender-se, a propósito, com os Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radiorreceptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação [...]. A iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas as zonas do interior e a maioria dela dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelefonia está reservado o papel de interessar a todos por tudo o quanto se passa no Brasil” (VARGAS, citado por HAUSSEN, 2001, p. 40).

A descoberta da radiodifusão com fins alienadores fez com que os governantes com tal perfil se aprofundassem no estudo do rádio, a fim de usá-lo com maior precisão e eficácia no controle da opinião pública. As emissoras estavam sempre sob o controle do Estado e, em sua programação, as informações deveriam evitar a todo custo mostrar-se contra o governo.

3.3.1 – Mundo em guerra

Neste sentido de dominação, o maior exemplo de controle dos meios de comunicação ocorreu durante o governo de Hitler, na Alemanha, durante a II Guerra Mundial. Embora outros líderes, como Stalin, Perón, Roosevelt e Vargas, tenham encontrado no rádio um meio de fortalecer seus poderes sobre a população e uma forma de atingir seus objetivos, o ditador alemão viu na radiodifusão uma importante ferramenta bélica.

Ao utilizar a comunicação de massa como um instrumento de guerra, o segundo conflito diferencia-se do primeiro na medida em que o rádio serviu para gerar e “fortalecer a identidade dos habitantes dos países aliados em torno das justificativas para o conflito, assim como incentivar o ódio pelos grupos inimigos e ressaltar as causas a serem combatidas” (OLIVEIRA, 2006, p. 24)

Essa função do rádio na guerra iniciou antes do próprio conflito armado entre os países. Segundo Oliveira (2006, p. 24), sua ação começou invadindo as fronteiras inimigas por meio das ondas curtas. No momento em que as tropas ainda estavam distantes de iniciar o combate, as informações via rádio já configuravam uma guerra pelo ar.

Se na Alemanha as rádios eram controladas pelo sistema nazista, impedindo a população de ter acesso às informações externas, o ataque dos aliados pelas ondas do rádio acabava por quebrar esse bloqueio de censura que dominava a Alemanha.

Os Estados Unidos ou Inglaterra conseguiam entrar em território alemão por meio das ondas sonoras lançando informações à população que enfraqueciam e quebravam a rede ideológica formada por Hitler. Assim, a radiodifusão era um soldado que servia aos dois lados.

No regime alemão da II Guerra Mundial, as rádios sofriam uma dupla ação de censura e liberdade. A censura era relativa àquelas informações que não enaltescessem o nazismo, e a liberdade era concedida àquelas que exaltassem Hitler e suas ações.

Esta dupla ação exercida sobre o rádio ficava a cargo de Joseph Goebbels, Ministro da Informação, a quem se deve o total controle sobre a radiodifusão na Alemanha. Em seu diário, Goebbels retoma os conselhos do príncipe de Maquiavel e, no dia 23 de setembro de 1943, o ministro de Hitler escreve:

“a situação da Dalmácia piorou, em consequência do aumento de informações dos resistentes, graças aos desertores e às armas que lhes foram entregues pelos italianos. Não creio que consigamos dominar a crise. Só por meio da propaganda, mas teremos também que agir com energia. A espada deve complementar a propaganda, se queremos que ela dê frutos” (GOEBBELS citado por CAPARELLI, 1986, p. 78).

Em 9 de fevereiro de 1940, Joseph Goebbels comentou em seu diário sobre o efeito positivo do rádio na propaganda nazista:

Ontem: Um aviso de descongelamento. Graças a Deus! Mas a escassez do carvão ainda continua. Tenho Walter para falar no rádio. Na Holanda, os ânimos estão anti-Alemanha. Nossa propaganda naquele país está sob influência do Ministério de Relações Exteriores e é muito unilateralmente provocativa. Devemos estar fornecendo material mais concreto. Nossas transmissões de rádio estão tendo um bom efeito (GOEBBELS, 1983, p. 117).

Embora o período fosse de guerra, nos dias atuais – mesmo sabendo que esta situação não voltará a se repetir na mesma intensidade –, a influência do modelo autoritário na comunicação transforma-a numa ferramenta de divulgação do governo e alienação da população, vista como uma massa cuja trajetória precisa ser manobrada para atingir o desenvolvimento. Para Caparelli (1986, p. 78) “a comunicação é transformada em instrumento dos governantes para atingir objetivos predeterminados e, submetida à pressão de todos os tipos, tem sua função dirigida pelo poder”.

O modelo autoritário teme o exercício da liberdade nos meios de comunicação, uma vez que podem promover uma mudança na sociedade, que, certamente, levará a população a questionar e vigiar as ações do governo. A liberdade de agir conforme suas próprias vontades passaria do líder para o liderado. Segundo Caparelli (1986, p. 79), são ainda comuns na América Latina os casos de rádios “mantidos sob tutela e submetidos a todo tipo de pressão. O arsenal de controle do Estado vai da concessão de licença para exploração a título precário à censura total”.

3.3.2 – Guerra dos Mundos

Se o mundo estava em guerra e o rádio mostrou-se uma importante ferramenta bélica, na noite do dia 30 de outubro de 1938, o rádio serviu para divulgar uma guerra dos mundos, mas, desta vez, fictícia.

O cineasta Orson Welles adaptou para o rádio o livro do escritor inglês Herbert George Wells, *A Guerra dos Mundos*, e, do Radioteatro Mercury (Rádio CBS), despertou sobremaneira o imaginário dos ouvintes. Na véspera do Dia das Bruxas, o radialista Welles “transmitiu pânico à população americana [...]. Milhares de pessoas acreditaram que a terra estava sendo invadida por extraterrestres. Até então, o mundo ainda não sabia a total dimensão do poder do rádio” (OLIVEIRA, 2006, p. 23).

Segundo Spagnolo (2009, p. 78), o tumulto foi generalizado e o mundo pôde comprovar o poder e o alcance da informação transmitida pelo rádio. Os marcianos de Welles estavam invadindo Grover's Mill, interior dos Estados Unidos, e a estrutura montada no radioteatro foi capaz de conferir credibilidade ao fato. A associação do radioteatro (dramatização) com elementos do radiojornalismo (reportagens, depoimentos e opiniões de especialistas) garantiram material suficiente para despertar a imaginação dos ouvintes.

Todas as características do radiojornalismo usadas na época – às quais os ouvintes estavam habituados e nas quais acreditavam – se faziam presentes: reportagens externas, entrevistas com testemunhas que estariam vivenciando o acontecimento, opiniões de especialistas e autoridades, efeitos sonoros, sons ambientes, gritos, a emotividade dos envolvidos, inclusive dos pretensos repórteres e comentaristas, davam impressão de um fato, que estavam indo ao ar em edição extraordinária, interrompendo outro programa (ORTRIWANO citado por SPAGNOLO, 2009, p. 79).

O uso das propriedades radiofônicas capazes de transmitir emoções e credibilidade ao público promoveu o desespero nos norte-americanos que acompanhavam a adaptação de Orson Welles. Para ilustrar a narrativa, um dos boletins extraordinários dizia o seguinte:

Acabo de receber uma mensagem de Grover's Mill, por telefone. Um momento, por favor. Pelo menos 40 pessoas, seis delas patrulheiros, estão mortas num campo a leste de Grover's Mill. Os corpos estão queimados e deformados, irreconhecíveis (LENNON e EPSTEIN citados por SPAGNOLO, 2009, p. 79).

Caso essa adaptação tivesse sido transmitida pela televisão, certamente o resultado obtido não seria o mesmo, uma vez que o rádio possui uma estrutura capaz de despertar a imaginação do público enquanto a televisão limita-a com a presença da imagem. Segundo Ortriwano (1985, p. 80)

Na televisão, a decodificação das mensagens também se dá ao nível sensorial, só que a imaginação é limitada pela presença da imagem [...] O rádio realmente usa 'mil palavras' para criar cada imagem, que vão permitir que se criem muito mais do que 'mil imagens mentais' [...] Orson Welles e sua transmissão de *A Guerra dos Mundos*, realizada em 1938, já provaram isso concretamente.

Percebe-se, assim, que o poder da radiodifusão mostra-se eficiente tanto para uma guerra quanto para a criação imaginária de uma. Seja qual for a utilização do rádio, os dois exemplos servem para mensurar o quanto a formação de um pensamento uno pode ser fruto da força do rádio.

3.4 – Rádio para informação

Se o veículo é capaz de mudar hábitos, gerar conhecimento e promover a formação ideológica, é válido destacar que direcionamento está sendo dado ao rádio para que sua finalidade seja em prol da liberdade e do desenvolvimento.

É importante que um meio de comunicação tenha, antes de tudo, a função de ensinar, acrescentar algo para o indivíduo. Se o rádio exerce grande influência na criação de ideias, ele pode atuar na promoção da educação e da cidadania. “Ilustrando dramaticamente um evento histórico ou acompanhando o pensamento político atual, serve para veicular qualquer assunto que possa ser discutido, conduzindo o ouvinte num ritmo pré-determinado por um conjunto de informações” (MCLEISH, 2001, p. 19).

Com o intuito de deixar as pessoas bem informadas, o rádio, que possui a propriedade de servir em prol da cidadania, mantém com o ouvinte uma relação direta. Para Mcleish (2001, p. 24), “uma emissora bem-sucedida é mais do que a soma de seus programas; ela entende a natureza dessa amizade e seu papel de líder e prestador de serviços”.

Embora a maioria das emissoras brasileiras busque o lucro gerado pela comercialização de espaços publicitários, há também as que lançam propostas não comerciais, estas geralmente ligadas ao governo, a alguma fundação ou organização não governamental.

Em princípio, essas emissoras possuem uma programação informativa e de utilidade pública ou “apresentam conteúdos educativos, como no caso da Rádio MEC, ou mistos, voltados a debates de temáticas gerais de interesse da sociedade, como a Rádio Nacional” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 271).

Neste contexto, destacam-se também as rádios universitárias, que possuem uma programação voltada para a “formação de profissionais, a informação à comunidade acadêmica sobre os fatos nos *campi* e o debate a respeito de eventos externos impactantes sobre a universidade” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 271).

Em suas características, o rádio dirige-se ao indivíduo, porém, sua capacidade de promover a mudança reflete-se em toda a sociedade. Assim, ao recair diretamente sobre alguém, a radiodifusão age, direta ou indiretamente, como fonte de informação. Para Mcleish (2001, p. 20), individualmente, o rádio amplia a experiência pessoal, desperta o interesse por assuntos antes desconhecidos,

estimula a criatividade, “satisfaz as necessidades de educação formal e informal [e] contribui para o autoconhecimento e para a conscientização, oferecendo segurança e apoio. Permite que nos vejamos em relação a nós mesmos e aos outros”. Além disso, o rádio orienta o indivíduo, apontando padrões e modelos de identificação, sempre voltados para o exercício da liberdade de escolha.

Já em sociedade, a mudança é reflexo do efeito multiplicador do rádio na transmissão da informação, uma vez que, ao informar um indivíduo diretamente, está se informando tantos outros indiretamente. Nesse sentido, o rádio ajuda no desenvolvimento de objetivos comuns, possibilitando assim o debate de cunho social e político. Além de difundir ideias, “promovendo diversidade e mudanças, [...] reforçando valores tradicionais para ajudar a manter a ordem social por meio do *status quo*, [o rádio] facilita o diálogo entre indivíduos e grupos, promovendo a noção de comunidade” (MCLEISH, 2001, p. 20-21).

3.4.1 – As rádios comunitárias

Com fins de promover mudanças sociais, as rádios comunitárias surgem como uma promessa de informação e serviço para a sociedade. Trata-se de uma emissora administrada por um conselho formado por membros da comunidade, sem fins lucrativos, posição religiosa ou política. Para seu funcionamento, a emissora necessita de autorização do governo e deve operar em um raio menor ou igual a 3,5 km. Apesar desse pequeno raio de atuação e dos poucos recursos econômicos que dispõem – uma vez que não podem comercializar espaços publicitários –, quando as rádios comunitárias são “cercadas por gestão coletiva, participação plural e programação elaborada pela população, são instrumentos importantes para o exercício alternativo da cidadania” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 272).

Nesse modelo de rádio, em que a comunidade faz-se presente em suas vozes, a programação é realizada com a ajuda de todos os interessados e o conteúdo informativo é pensado por voluntários que, em sua maioria, não possuem formação acadêmica. Para Bolaño e Brittos (2007, p. 273), “essa deficiência deve ser compensada pela abordagem dos conteúdos com compromisso democrático”.

Sobre esse tema, cabe ressaltar que a luta pela democratização das emissoras radiofônicas começou com as rádios livres, canais que funcionam sem amparo legal e inicialmente apresentavam posicionamento político definido, marca que com o tempo foi dividida com outras propostas, como a de jovens desejosos de divulgar seu gênero musical preferido e demais opções culturais. As rádios livres

são emissoras que operam não legalizadas, o que inclui aquelas voltadas para pequenos grupos, bairros e categorias de trabalhadores, além de outras mais ligadas ao proselitismo místico e à comercialização em pequena escala (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 272).

Além das rádios comunitárias, universitárias e daquelas cuja proposta não comercial está ligada aos governos estadual ou federal, emissoras comerciais dedicam parte de sua programação na divulgação de informações para a população. Esta finalidade de prestar serviço tornou-se uma característica inerente ao rádio. Assim, o veículo toma para si a propriedade de promotora do conhecimento e da cidadania.

3.4.2 – O rádio de Brecht

Quando o assunto é rádio e, dentro dele, fala-se de informação, o alemão Bertold Brecht surge como referência, lançando uma proposta para expansão das liberdades dos indivíduos por meio da radiodifusão. Para ele, o rádio “poderia transformar-se num gigantesco sistema de canais que pusesse os homens em relação uns com os outros e não como forma de isolamento” (CAPARELLI, 1986, p. 74).

“O rádio deve ser transformado de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação. A radiodifusão poderia ser o mais gigantesco meio de comunicação imaginável na vida pública, um imenso sistema de canalização. Assim seria, caso não fosse, apenas capaz de emitir, mas igualmente de receber. Em outras palavras: se conseguisse que o ouvinte não só escutasse, mas também falasse, que não ficasse isolado, mas em relação” (BRECHT citado por CAPARELLI, 1986, p. 74).

O rádio deve, portanto, ser visto como um meio de comunicação entre o governo e a população, para que este último tivesse a possibilidade de se opor ao autoritarismo, expondo sua visão crítica, uma vez que todo receptor deveria ter a oportunidade de mostrar-se também como emissor.

Para Caparelli, (1986, p. 75), a radiodifusão idealizada por Brecht dá à sociedade civil a possibilidade de “transformar sua situação em perguntas e não como um grupo passivo, abúlico, manipulado, diante do espetáculo do rádio em que os autores se reduziram ao círculo restrito do poder”.

O desejo de ver no rádio a mudança social, colocando o indivíduo na condição de agente promotor do desenvolvimento, está fortemente relacionado ao

discurso de Brecht em seu artigo *O Rádio como aparato de comunicação: discurso sobre a função do rádio*. Para ele, trata-se de um veículo que foi inventado e, no entanto, ainda não havia justificado a sua existência. Sabendo-se que o texto foi escrito na década de 30, poucos anos após o surgimento do rádio, percebe-se que a preocupação de Brecht em utilizar a nova mídia como veículo para chegar à construção da cidadania era urgente, já que, para ele, estava evidente o poder de influência que a radiodifusão exercia na sociedade.

Em seu artigo, Brecht bem define o tipo de invenção que se tornou o rádio: um veículo em busca de uma função para existir. Não somente a música e as óperas iriam justificar a existência de um meio tão poderoso. A informação precisava aparecer nesse meio para que sua função ultrapassasse o entretenimento e ganhasse ares mais responsáveis e construtivos.

Estamos falando, em resumo, de invenções que não são encomendadas. Assim, a técnica pôde adiantar-se a tal ponto que engendrou o rádio numa época em que a sociedade não estava madura para acolhê-lo. Não era o público que aguardava o rádio, senão o rádio que aguardava o público, e para melhor caracterizar a situação do rádio: não era a matéria-prima que esperava pelos métodos de produção com base numa necessidade pública; eram os métodos de produção que procuravam ansiosamente pela matéria-prima (BRECHT, 2007, p. 227-228).

O que Brecht (2007, p. 228) chamava de “embelezamento da vida pública” era exatamente a função a que o rádio estava se propondo, mas que, para ele, já havia se mostrado pouco adequado, “como também a nossa vida pública mostra, infelizmente, pouca aptidão para ser embelezada”. Assim, ao invés de extrair uma função de entretenimento, deveria acrescentar, somar outra cara ao rádio: a informação. O rádio passaria de meio de distribuição para aparato de comunicação. Comunicação, no sentido citado no capítulo 2, como um processo dinâmico, no qual o emissor e o receptor merecem atenção especial. Retomando o conceito de Berlo (2003, p. 53), “um dos pontos de maior importância na teoria da comunicação é a preocupação com a pessoa que está na outra ponta da cadeia de comunicação: o receptor”.

Da mesma forma, para Brecht (2007, p. 228-229), o rádio pode ser o mais admirável aparato de comunicação, “um enorme sistema de canais; quer dizer, seria, caso ele se propusesse não somente a emitir, mas também a receber; ou, não apenas deixar o ouvinte escutar, mas fazê-lo falar; e não isolá-lo, mas colocá-lo numa relação”. Para isso, a radiodifusão deve colocar o ouvinte como fornecedor de

conteúdo. “São absolutamente positivos todos os esforços do rádio quanto a imprimir nos assuntos públicos um caráter realmente público” (BRECHT, 2007, p. 229).

Toda campanha com um programa definido, ou seja, toda campanha que intervém efetivamente na realidade, que tem por objetivo a mudança da realidade, mesmo que em pontos de menor importância, como a destinação que se deva dar aos prédios públicos, garantiria ao rádio uma atuação incomparavelmente mais eficaz e lhe conferiria um significado social totalmente diverso se comparado com a sua atual postura meramente decorativa. Permitir que o público não apenas seja ensinado, mas que ele também ensine (BRECHT, 2007, p. 229-231).

A proposta de Brecht no artigo é propor uma transformação para o rádio, tornando-o um veículo capaz de promover a comunicação na vida pública. Para ele, era imperativo destruir a base social do rádio e sua imagem de um meio que serve ao interesse de poucos.

Em seu segundo artigo sobre o assunto, intitulado *Teorias do Rádio*, Brecht (2003, p. 05-06) questiona as vantagens que o rádio pode oferecer se bem explorado. Para ele, a burguesia – que possui o domínio sobre o rádio – apenas examina as suas possibilidades, sem se preocupar com os resultados. “Restringem-se simplesmente às possibilidades”.

Como sugestão, ele aponta a utilização do rádio como um veículo realmente democrático. A participação das emissoras na vida pública surge como um evento urgente para Brecht nos anos de 1930.

Opino, pois, que vocês deveriam aproximar-se mais dos acontecimentos reais com os aparelhos e não se limitar à reprodução [...]. Têm de se aproximar de autênticas sessões do Reichstag e, acima de tudo, também dos grandes processos. Posto que isto representaria um grande passo adiante, haverá, seguramente, uma série de leis que tentam impedi-lo. Têm que se dirigir à opinião pública para suprimir essas leis. O medo que os deputados têm de ser ouvidos em todo território do Reich não pode ser menosprezado, já que é justificado, mas têm que vencê-lo, do mesmo modo que o medo que, creio, diversos tribunais mostrariam se tivessem que ditar sentenças diante de todo o povo (BRECHT, 2003, p. 07).

Observa-se, no artigo de Brecht, que a divulgação da informação surge à época como um caminho urgente para a democracia e exercício da cidadania. O rádio é apontado como o veículo capaz de promover essa mudança e, embora o “ver” fique eliminado e somente o “escutar” seja possível, “isso não quer dizer que

não se veja nada, mas precisamente que se vê tão bem que se vê uma infinidade de coisas, tantas ‘como se queira’” (BRECHT, 2003, p. 09).

3.5 – Rádio e desenvolvimento

Atualmente, embora o rádio já tenha assumido um papel mais informativo (conforme mostrado anteriormente), ainda são poucas as emissoras que cumprem a missão que Brecht “designou” para o rádio. Mesmo sendo em número reduzido, o efeito que exercem sobre a sociedade é grande, uma vez que a influência da radiodifusão na sociedade é inegável. Assim, pode-se analisar sua relação com o desenvolvimento de um município, estado ou país.

Buscando no IDH o valor necessário para classificar o desenvolvimento de um local e cruzando esses valores com a quantidade de emissoras de uma região, obtém-se uma relação de equivalência entre os dois dados. Quanto mais acesso à informação, maior o IDH do local (Tabela 2).

Tabela 2 – Relação entre IDH e rádio por região do Brasil

Região	Média IDH	Domicílios com rádio 2010 (%)
Sul	0,829	97,9
Sudeste	0,824	95,1
Centro-oeste	0,815	88,5
Norte	0,764	78,9
Nordeste	0,720	85,2

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH) e Mídia Dados Brasil 2010 (Grupo de Mídia)

Comparando a quantidade de rádio e televisão por estado brasileiro, percebe-se que, à medida que o IDH do estado aumenta, equilibra-se a diferença entre a porcentagem de domicílios que possuem rádio e a dos que possuem televisão (Tabela 3). Enquanto o estado das Alagoas, cujo IDH (0,677) é um dos mais baixos do país, possui mais residências com TV do que com Rádio (91,2% e 80%, respectivamente), o estado do Rio Grande do Sul, com uma das maiores taxas de IDH do Brasil (0,832), possui mais residências com rádio do que com TV (96,1 % e 95,7 %, respectivamente). Nos demais estados, a relação entre IDH, rádio e TV se dá da seguinte forma: nos estados com maiores índices de desenvolvimento

humano, a relação entre rádio e TV está equilibrada; já nos estados com menores IDH, a quantidade de domicílios com TV supera a quantidade de domicílios com rádio.

Tabela 3 – Relação entre rádio e TV com Estados com maiores e menores IDH no Brasil

Região	IDH	Quantidade de veículos	Domicílios com rádio (%)	Domicílios com TV (%)
Santa Catarina	0,840	372	95,2	97,2
São Paulo	0,833	2694	93,4	97,7
Rio Grande do Sul	0,832	661	96,1	95,7
Rio de Janeiro	0,832	407	94,2	98,1
Paraná	0,820	645	93,5	95,0
Ceará	0,723	313	84,8	92,4
Pernambuco	0,718	251	87,0	93,4
Paraíba	0,718	181	86,0	94,4
Piauí	0,703	139	82,1	85,4
Maranhão	0,683	174	68,6	86,3
Alagoas	0,677	90	80,0	91,2

Fontes: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH), PNAD/IBGE e Projeto Donos da Mídia 2008

Embora os dados considerem a pesquisa realizada pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, vale ressaltar que a taxa de penetração do rádio no Brasil (88,9%), quando comparada com a da televisão (95,1%), não deve ser subestimada, uma vez que o rádio é um veículo presente em diversos meios, tais como automóveis, computadores (*streaming*), celulares e *media players*. No entanto, a pesquisa considera somente os aparelhos de rádio no formato tradicional e nas residências. Os rádios instalados em veículos, por exemplo, cuja audiência atinge valores bem expressivos, ficam de fora das pesquisas. Mídias como o jornal, por exemplo, já avançaram nessa área e hoje a pesquisa considera separadamente as revistas e os jornais impressos e pela internet.

Já no que diz respeito à sua abrangência, o rádio, embora esteja presente em uma porcentagem menor de domicílios se comparado aos anos 90, por exemplo, continua sendo o maior representante da área rural do Brasil. Apesar da radiodifusão estar geralmente voltada para a reprodução dos valores urbanos, “a regionalização cada vez maior do rádio, em termos de conteúdo, seria uma das formas de impedir a destruição dos valores rurais e sua descaracterização cultural”

(CAPARELLI, 1986, p. 85). Nesta função de retratar um estilo de vida, provavelmente o rádio é o mais adequado para refletir os valores culturais nas áreas rurais no país. Segundo dados do PNAD/IBGE, no ano de 2008 havia mais domicílios com TV do que com rádio no Brasil (95,1% e 88,9%, respectivamente). No entanto, os valores invertiam se separados por situação de domicílio. O rádio supera a televisão em domicílios rurais (83,5% e 81,8% respectivamente).

Já em relação a classes de rendimento mensal (por salário mínimo), quanto menor o rendimento mensal por domicílio, maior a diferença que a televisão supera o rádio. À medida que a quantidade de salários mínimos aumenta, mais igualitária fica a relação entre rádio e TV nos domicílios (Figura 9). Segundo o PNAD/IBGE, até um salário mínimo, 4.408 milhões de domicílios possuíam TV em 2007, enquanto 3.789 milhões possuíam rádio. Já nos domicílios cuja renda é superior a 20 salários mínimos, 1.492 milhões possuíam TV e 1.479 milhões possuíam rádio.

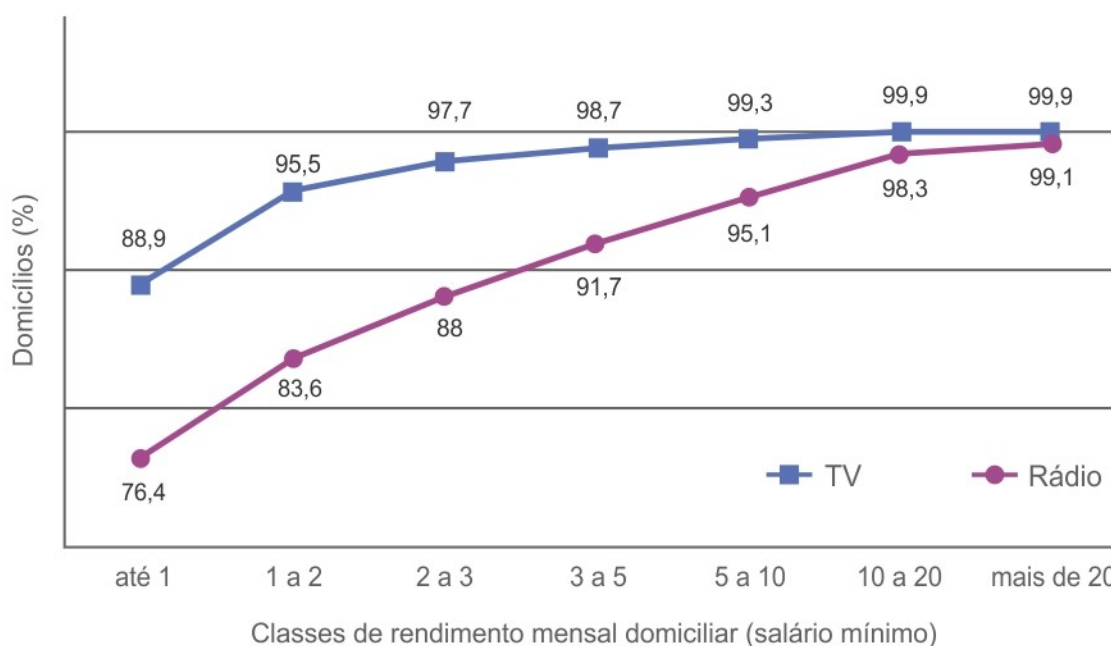


Figura 9 – Porcentagem de domicílios por classes de rendimento mensal domiciliar com TV e rádio

Fonte: Autor com base em dados do PNAD/IBGE 2007

Embora a televisão ainda seja a principal fonte de informação, a população considera o rádio e a internet os meios de informação mais confiáveis. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, em 2009, a TV é considerada a principal fonte de informação para 55,9% dos 2,5 mil entrevistados; os sites e blogs

de notícia representam a segunda fonte, com 20,4%, seguidos de jornais impressos e rádio, respectivamente com 10,5% e 7,8%. No entanto, quando a questão envolveu credibilidade da informação por meio da atribuição de notas de 1 a 10 no quesito confiabilidade, o rádio passou para primeiro lugar, com nota 8,21. Em seguida, seguem-se os sites e blogs de notícias, com 8,2; a TV, com 8,12; os jornais online com, 1,99; as revistas impressas, com 7,79, e 7,67 na versão online.

3.6 – Rádio Digital

Somente a título de informação, o estudo do rádio será finalizado com uma breve abordagem sobre a implantação da rádio digital, uma transformação nas comunicações modernas e que já promove mudanças na televisão.

No Brasil, a tecnologia ainda não foi instalada. Segundo Bolaño e Brittos, (2007, p. 258), os estudos para a passagem do rádio para a tecnologia digital serão aproveitados da televisão. Com a rádio digital, além da diminuição dos ruídos, as emissoras AM terão a mesma qualidade de som das FM, e estas, por sua vez, transmitirão com qualidade equivalente aos CDs.

Qualidade de som à parte, a principal mudança está na própria concepção do que é o rádio, pois, após a digitalização do veículo, passará a incluir imagens, textos e gráficos. De acordo com Bolaño e Brittos (2007, p. 259), o display do rádio digital “pode exibir várias informações complementares, como título de canções, nomes de intérpretes musicais, cotação do dólar, localização geográfica, previsão do tempo e informações de trânsito”. Além disso, ao agregar tecnologias (celular e internet), será possível trocar mensagens via rádio (e-radiomails).

A mudança para o rádio digital “dependerá de respostas do público, [...] sendo o rádio hoje uma mídia complementar, para a qual o investimento econômico é muito baixo, por parte do ouvinte, qualquer elevação substancial do valor do receptor poderá prejudicar o negócio” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 260).

Nos Estados Unidos, onde o rádio digital teve início no final de 2001, os resultados até o momento indicam que o novo serviço vem conquistando os ouvintes e implicou a valorização das ações das empresas radiofônicas. [...] Há canais de música (maioria), notícias, esportes, variedades etc. Na área musical, existe uma estação para cada década, começando em 1940, havendo um trabalho tão cuidadoso que até intervalos comerciais daquele tempo vão novamente ao ar (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 260).

A mudança para uma nova formatação do rádio não depende do interesse em oferecer mais recursos para a população, ampliando o poder do rádio ao transmitir mais informação. Depende, sim, de fatores mercadológicos. Isso ocorre porque os interessados na proposta informativa e cidadã do rádio “enfrentam graves dificuldades para serem competitivos” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 261-262). No caso das rádios comunitárias, a situação é mais complicada, uma vez que dependem da má vontade da maioria dos legisladores. “É por isso que a regulamentação das rádios comunitárias – ocorrida porque se tornou inevitável – também é tratada isoladamente, quando seria assunto para ser incluído numa lei que regulamentasse toda radiodifusão” (BOLAÑO e BRITTOS, 2007, p. 262).

Independente de ser digital ou analógica, a radiodifusão tem condições de cumprir seu papel enquanto formadora de agentes promotores de mudanças, sujeitos críticos e cidadãos. Se os caminhos são muitos, a trilha a seguir irá depender dos objetivos atribuídos. O rádio é somente um meio que precisa, como qualquer outro veículo, ser conduzido, direcionado em seus objetivos. Se as provas de seu poder de influência são muitas, resta apenas incentivar o direcionamento das emissoras no sentido de promover o exercício da cidadania por meio das informações.

*“L'appétit de savoir naît du doute.
Cesse de croire et instruis-toi”²⁰.
Les nouvelles nourritures
André Gide (1935, p. 149)*

4 – METODOLOGIA

Com o intuito de traçar um paralelo entre o uso do rádio como forma de expansão das liberdades das mulheres rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco e sua relação com o desenvolvimento, foi realizada uma pesquisa qualitativa com análise exploratória. A metodologia adotada permitiu coletar informações aprofundadas sobre os assuntos abordados e propôs um novo enfoque ao estudo dos meios informativos levando ao desenvolvimento via liberdade.

Se a análise exploratória foca o aperfeiçoamento de ideias, o presente trabalho assume esta postura ao sugerir que a liberdade pode ser estimulada pelo acesso à informação.

Após a realização da pesquisa bibliográfica – já citada ao detalhar os capítulos na introdução deste trabalho –, o processo exploratório teve prosseguimento por meio de entrevistas com integrantes do Rádio Mulher. Para obter dados necessários à análise das mudanças ocorridas na postura das mulheres rurais por meio do programa, a pesquisa exploratória buscou interpretar as entrevistas com integrantes do Rádio Mulher, assumindo assim características descritivo-analíticas.

Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres envolvidas na produção da rádio, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Catende, em Pernambuco. Foi realizada também a observação durante a reunião de produção do programa, além do acompanhamento de transmissão ao vivo. Nestes momentos, foram considerados os cuidados quanto à escolha do conteúdo informativo, a autonomia da construção da pauta, o processo de produção radiofônico e o uso adequado das ferramentas do rádio como possibilidade de transmitir emoção, de participação e de interação com a audiência. A participação das profissionais que fazem o Rádio Mulher foi de suma importância para o aprofundamento na história, no perfil e na técnica usada para construção do programa.

²⁰ O apetite de saber nasce da dúvida. Deixa de acreditar e instrui-te.

Embora o município do Cabo se Santo Agostinho esteja situado na Região Metropolitana, a inclusão das produtoras do Rádio Mulher no Cabo fez-se necessária por dois motivos especiais. Assim como a Zona da Mata Sul, o município do Cabo tem em sua história um desenvolvimento voltado para a monocultura da cana-de-açúcar, além disso, nas duas regiões, os papéis assumidos pelas produtoras do Rádio Mulher são de mútua cooperação.

Pode-se afirmar que as entrevistas com as produtoras do programa são capazes de levar a uma conclusão acerca dos objetivos da pesquisa e analisar se o Rádio Mulher funciona como um veículo promotor do desenvolvimento entre as mulheres rurais por meio da expansão de suas liberdades.

Esta assertiva baseia-se no fato de que o processo de comunicação não considera os momentos de emissão e recepção como fatores isolados, em que a mensagem nasce no emissor e finaliza no receptor. O próprio termo processo – realização contínua de uma atividade – coloca o ato comunicativo como algo dinâmico e sempre em evolução, não existindo, portanto, um ponto de partida e um ponto de chegada. Por não serem estáticos, os elementos influenciam-se entre si, fazendo do processo uma ação continuada. Segundo Berlo (2003, p. 24), “não se pode falar em o começo ou o fim da comunicação, nem dizer que determinada ideia veio de uma fonte específica, que a comunicação ocorre apenas numa direção”.

De acordo com a análise feita por Veloso, o grupo formado por líderes, integrantes da produção do Rádio Mulher e conselheiras compartilha de um universo próximo ao das demais mulheres da Zona da Mata Sul. No processo comunicativo, embora as produtoras assumam uma posição diferente das ouvintes do programa devido ao maior acesso a informações, “essas mulheres ainda carregam em sua experiência de vida e na bagagem cultural traços comuns ao restante da população local, pois foram socializadas em contato com os mesmos valores e costumes sexistas” (VELOSO, 2005, p.25).

“Tout sujet se pose concrètement à travers des projets comme une transcendance; il n’accomplit sa liberté que par son perpétuel dépassement vers d’autres libertés; il n’y a d’autre justification de l’existence présente que son expansion vers un avenir indéfiniment ouvert”²¹.
La Femme indépendante
Simone de Beauvoir (2008, p. 43)

5 – RÁDIO MULHER PARA O DESENVOLVIMENTO

5.1 – Comunicar e ser comunicada

Desde que foi assinada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui-se como um documento básico para assegurar os direitos que todos os indivíduos possuem. Entende-se como básico por considerar em seus 30 artigos aquilo que é a base para garantir uma vida digna a todos, o primordial. Em seu artigo XIX, é afirmado que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Lamentavelmente, em alguns países, esse direito é negado à população de forma mascarada. Por falta de informação, muitos desconhecem seus direitos, inclusive o que lhes garante o acesso à informação. Este fato forma um ciclo vicioso que alimenta o controle da comunicação nas mãos de poucos.

No Brasil, o Estado, por meio dos políticos, coloca-se na posição de dono da mídia. Dessa forma, os veículos são controlados com o fim de evitar que a população interfira nas decisões do governo, transmitindo basicamente as informações em favor do proprietário ou do partido político. Da mesma forma, se um grupo formado por um conglomerado de empresas é proprietário de um jornal, por exemplo, certamente as notícias transmitidas em suas páginas não conterão uma mensagem negativa sobre qualquer uma de suas empresas.

Quando as rádios comunitárias surgiram, nos anos 70, com o propósito de promover mudanças sociais, o governo se viu ameaçado pela possibilidade de ampliação do acesso à informação “descontrolada” nas classes de baixa renda.

²¹ Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma transcendência; não atinge sua liberdade senão pela sua permanente superação em vista de outras liberdades; não há outra justificativa da existência presente senão a sua expansão para um futuro indefinidamente aberto.

Aqueles que antes eram facilmente manipulados poderiam, agora, adquirir uma consciência contestadora. Com base na assertiva do filósofo inglês Francis Bacon de que "knowledge is power, not mere argument or ornament"²², pode-se concluir que a relação de poder só é mantida quando uma parte permanece desinformada.

A perpetuação das relações de poder por meio da lógica cultural e econômica que move a imprensa desfavorece a apropriação dos meios pela população, destituída de recursos para 'competir' com o poderio das grandes corporações. Nem mesmo as mídias independentes e comunitárias dispõem de recursos capazes de fazer frente ao conglomerado privado. Esses veículos, que deveriam estar abertos para a participação de qualquer pessoa, não contam com incentivos privados e ainda batalham para alcançar a regulamentação pelo Estado, como é o caso das emissoras comunitárias (VELOSO, 2005, p. 29).

Para Foucault (1995, p. 244), as relações de poder ocorrem num ambiente onde, por mais contraditório que pareça, os sujeitos mostram-se livres (no sentido de ter diante de si possibilidades de conduta, reação e comportamento). Não há, portanto, uma relação de exclusão entre poder e liberdade. Se o oposto do sujeito livre é o escravo, com este não se exerce nenhuma relação de poder, mas sim uma relação física de coação.

Usando como base o entendimento de Foucault (1995, p. 245-247) sobre a relação de poder, o controle das mídias independentes e a formação de oligopólios ocorrem por meio do sistema de diferenciação jurídica e de privilégio, mecanismos de controle e sistemas de vigilância. Assim, "o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados".

Mesmo com a marginalização sofrida pela constante vigilância por parte do Estado, os veículos de comunicação independentes são os meios mais adequados para transmitir as múltiplas vozes dos movimentos sociais. De acordo com Guareschi, citado por Veloso (2005, p. 30), "não se tem uma sociedade democrática na qual as pessoas podem exercer seu pleno direito de cidadania enquanto não houver a possibilidade concreta de as pessoas expressarem sua opinião, manifestar seu pensamento".

5.2 – Mulheres em ação

²² Conhecimento é poder, não um mero argumento ou ornamento.

Concentrando-se na necessidade de promover mudanças, os grupos que são privados de direitos equânimes na sociedade juntam-se com o intuito de agir, de alterar a realidade que os cercam. A ação desses grupos está ligada à capacidade de se posicionar como agente. De acordo com Canovan, citada por Assis (2006, p. 5), “pular em um rio para resgatar alguém é ação, ir para o trabalho normalmente não é”. Assim, o agir não está relacionado à rotina, ele revela-se no agente de uma maneira que o distingue de outros indivíduos.

[...] a ação é uma atividade humana que não pode ser desenvolvida solitariamente, em isolamento. [...] Dado o caráter interacional da ação, ela se encontra estreitamente ligada à fala, ao discurso, à comunicação, embora com esta não se confunda. [...] Sendo certo que o propósito da ação é a auto-expressão, ou seja, a revelação do agente para aqueles com quem ele interage, pode-se dizer que o resultado da ação é a política. A esfera pública se caracteriza como sendo o espaço da ação e da fala, do diálogo (ASSIS, 2006, p. 5).

Foi nesse sentido que, conscientes do direito do voto, as sufragistas iniciaram, entre os séculos XIX e XX, a primeira onda de um movimento que hoje abarca questões políticas, econômicas e sociais. As americanas, francesas e inglesas foram as primeiras mulheres a lutar pelo direito do voto. De outro lado, as socialistas encabeçadas por Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo organizavam-se em conferências e congressos, visando a emancipação da mulher operária. Embora as feministas socialistas vissem na bandeira levantada pelas sufragistas uma manifestação burguesa, ambas lutavam pela igualdade.

Assim, no início século XX, as mulheres, socialistas ou não, viram-se organizadas em prol de uma luta que acrescentaria força para um movimento posterior. Nesta primeira onda, as manifestações carregavam em seu discurso o sentido de igualdade de direitos. Segundo Pierucci (2008, p. 122-123), “a igualdade entre os sexos em termos legais, civis, políticos, sociais e até mesmo comportamentais foi, por décadas, ou quase um século, a grande reivindicação do feminismo”.

Em meio a esta luta das mulheres, ocorreu o que Cristina Buarque considera como tempos conservadores, frutos da intimidação nazista, stalinista e das guerras mundiais. Segundo Buarque (2010, p. 20),

[esses momentos] fizeram definhir o sentido político como o lugar dos diferentes. O cotidiano da vida de mulheres e homens sucumbiu à forma mais drástica da razão patriarcal: a governança totalitária.

Àquela em que as classes sociais se transformaram em massas e o centro do poder foi transferido para as armas. Naquela em que as populações femininas foram arremessadas brutalmente ao espaço imanente da reprodução e as masculinas adormeceram na violência, na falocracia e na valorização de um guerreiro, cuja característica era negar às mulheres a condição de indivíduos, sujeitos e cidadãs (BUARQUE, 2010, p. 20).

Neste momento, permeadas pela força da arma e pela imposição da figura masculina no poder, as conquistas das mulheres foram soterradas e suas lutas desmoralizadas. Enquanto às comunistas cabia o papel de ajudante de um marido revolucionário, às capitalistas restava o papel de esposa de um marido bem sucedido e responsável pela moral da família.

A retomada das causas feministas surge no fim dos anos 60 e início dos 70. Essa segunda onda nasce das diversas manifestações, fruto de uma geração irrequieta com os acontecimentos políticos à época. Segundo Buarque (2010, p. 22), as lutas feministas que haviam sido desmoralizadas renasciam junto às manifestações contra a Guerra do Vietnã e em favor dos direitos dos negros; ao Maio de Paris e os protestos estudantis; à presença dos hippies e beatniks; à primavera de Praga; à chegada do homem à lua; ao repúdio ao apartheid na África do Sul e à resistência aos regimes ditatoriais.

Em 7 de setembro de 1968, ocorreu o que até os dias atuais é considerado o ícone da luta feminista. Como um gesto de rejeição ao concurso de Miss América, feministas americanas expuseram, no chão do Centro de Convenções de Atlantic City, cílios postiços, maquiagens, espartilhos, revistas Playboy, Cosmopolitan e Ladies Home Journal e, também, sutiãs. Segundo relata Judith Duffett no jornal Voice of the Women's Liberation Movement (1968, p. 5), o “objetivo não era acabar com o Miss América, mas atacar o machismo, a comercialização da beleza, o racismo e a opressão das mulheres simbolizada pelo concurso”.

O fato é que o episódio conhecido como Bra-Burning funcionou como uma simbologia, uma representação da retomada do discurso feminista que estava acontecendo em várias partes do mundo. Essa segunda onda do movimento é marcada pelo enfoque na diferença feminina, opondo-se às lutas igualitárias anteriores. Segundo Linda Gordon, citada por Pierucci (2008, p. 122), “as feministas da ‘primeira onda’ não usavam a palavra *diferença*, empenhadas que estavam em transformar o sexismo, o discurso *misógino* convencional sobre a diferença entre os sexos, num discurso *andrógino*”.

Para Pierucci (2008, p. 123), a segunda onda representou um (re)nascimento teórico, “quando acadêmicas feministas fundaram a ‘história das mulheres’, que os círculos intelectuais aprenderam a falar em *diferença de gênero*”. Nesse momento os termos sexo e gênero ganharam uma nova significação, o que pode ser considerado um marco não só para os estudos feministas, mas para a sociologia e filosofia. Sexo pode ser considerado um fator biológico, enquanto gênero é um fator cultural.

Este passo tão grande para o movimento foi dado por Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo* de 1949. Embora o título sugerisse uma ordem na disposição dos sexos (de maneira proposital), o estudo de Simone serviu de base para a elaboração teórica dos estudos feministas do século XX.

A obra aponta que, historicamente, o homem encontra-se na posição de “sujeito”, enquanto a mulher surge como o “outro”, convidada a participar do mundo daquele.

Elas são mulheres em virtude de sua estrutura fisiológica; por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*. É, em parte, porque escapa ao caráter acidental do fator histórico que a alteridade aparece aqui como um absoluto (BEAUVOIR, 2009, p. 19).

Já no começo do livro, Simone incentiva as mulheres na retomada do movimento, convocando para que se coloquem na posição de sujeito.

Os proletários dizem ‘nós’. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em ‘outros’ os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem ‘nós’. Os homens dizem ‘as mulheres’ e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito (BEAUVOIR, 2009, p. 19 e 20).

A terceira onda do movimento feminista surge a partir dos anos 80 como fruto de uma autocrítica em torno de três questões:

1. crítica a um ‘etnocentrismo’ implícito no feminismo ocidental, branco, classe média;
2. perda da confiança no modelo sociológico de gênero e reafirmação da ‘diferença sexual’ (ressurgimento do instinto maternal e da definição implícita da mulher pela maternidade);
3. incorporação das ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas para a conceitualização dos projetos feministas e para a definição dos rumos da política feminista. O pós-feminismo pode, aí, ser inscrito como uma variante epistemológica e política de enfrentamento dessas questões (Michèle Barrett citada por Paiva (2006, p. 65).

Fato é que, independente de dividi-lo em ondas, etapas ou momentos, o movimento feminista é, hoje, responsável por fazer com que as mulheres revelem-se como agentes capazes de mudar uma realidade de opressão, preconceito e subordinação. Segundo Beauvoir (2009, p. 19), “se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno”.

Quanto a essa possibilidade de mudanças, Hannah Arendt, em sua ideia de natalidade, afirma que a possibilidade de um novo começo é inerente ao ser humano. A partir do momento que um indivíduo nasce, ele dá início a algo novo. Da mesma forma, em cada ação, abre-se a possibilidade de recomeçar, de retornar ao essencial sugerido por Beauvoir. De acordo com Assis, “a vida humana se desenrola por meio de uma série de nascimentos. A cada ação, os indivíduos, por meio de atos e palavras, se inserem novamente no mundo humano, revelando sua singularidade a seus pares” (ASSIS, 2006, p. 11).

Diante do exposto, o feminismo constrói o discurso ideal para promover a liberdade das mulheres e a equidade de gênero. E é nesse sentido que o movimento buscou, nos veículos de comunicação independentes, o meio ideal para se fazer ouvir e convocar todas a dizerem “nós, mulheres”.

Para isso, a democratização da informação fez-se presente nas lutas do movimento. A propagação do machismo e a deturpação do feminismo na mídia tornaram-se foco de combate constante.

A exposição das mulheres de forma estereotipada e depreciativa preocupou as militantes, que utilizaram veículos próprios, principalmente nos anos de 1980, como uma tentativa de popularizar a causa e convocar a classe feminina a se posicionar publicamente contra o sexismo nos meios de comunicação. As análises da época indicam que a imprensa geralmente retratava as feministas como mal amadas ou inimigas dos homens (VELOSO, 2005, p. 35).

O que se vê, ainda hoje, é a interpretação equivocada do ideal de emancipação das mulheres. As revistas direcionadas ao público feminino trazem, em suas editorias, assuntos sobre beleza, relacionamento amoroso, família, homens, culinária e saúde, esta última reduzida às dietas. Este tipo de material informativo é direcionado – com adaptações – às crianças e aos adolescentes que, em fase de construção do pensamento crítico, passam a acreditar que, quando adultas, seu universo de possibilidades será restrito e superficial.

5.3 – Rádio Mulher construindo agentes

Com o objetivo de por um fim na desfiguração da mulher na mídia, o movimento feminista usa as mesmas ferramentas em seu favor. São os meios de comunicação os instrumentos adequados para atingir o público, independente do sexo, e fazer ecoar na sociedade o discurso feminista correto, sem deturpações.

Atendendo a esse chamado, o Centro das Mulheres do Cabo (CMC), integrante da Rede de Mulheres no Rádio, junto com grupos de mulheres das cidades de Água Preta, Catende, Joaquim Nabuco e Palmares, viu no rádio a possibilidade de divulgar informações realmente relevantes para as mulheres, capazes de mudar a realidade que viviam na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Assim surgiu, em 1997, o programa Rádio Mulher, inicialmente veiculado pela Rádio Cultura AM, posteriormente, em 2001, pela Rádio Quilombo FM e, desde 2010, pela Rádio Farol FM.

Fruto de um plano apresentado à Fundação MacArthur, o programa de rádio foi idealizado para modificar a realidade observada por meio do projeto Menina, Mulher e Cidadania²³. À época, na Zona da Mata Sul, região canavieira de Pernambuco, as mulheres “representavam 20% da mão de obra empregada no corte da cana [...]. A feminilização da pobreza era notória, uma vez que muitos maridos haviam migrado para centros urbanos em busca de melhores condições de vida” (VELOSO, 2005, p. 79).

Como relata o estudo de Veloso, o quadro era de prostituição, caos na saúde pública e de violência sexista. As mulheres se encontravam em posição de subalternidade.

Com o passar dos primeiros dois anos do projeto Menina, Mulher e Cidadania, a organização das mulheres ganha mais fôlego. Estreantes nos embates travados na esfera pública, elas estavam se

²³ Iniciativa do Centro das Mulheres do Cabo, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de conhecer de perto a realidade das mulheres e das crianças locais, encontrar organizações femininas atuantes na região e investir na qualificação das mulheres para os embates de gênero, credenciando-as como sujeitos políticos na esfera pública. Acreditava-se que o fortalecimento das mulheres refletiria na sua entrada nos movimentos sociais e no engajamento nas reivindicações políticas para a Zona da Mata Sul. Mais do que isso: o olhar feminino precisava estar expresso em qualquer programa alternativo ao empobrecimento da região e ninguém melhor do que suas ativistas para fazer tal reivindicação. Na mesma época, o projeto diagnosticou como insuficientes as ações dos governos municipais e estadual nos campos da saúde e dos direitos reprodutivos e sexuais: eram altos os índices de câncer de colo uterino, de mama, além da mortalidade materna por abortos clandestinos, sobretudo entre as residentes na zona rural (VELOSO, 2005, p. 79-80).

fortalecendo, mas ainda não tinham direito à voz nos meios de comunicação. Isso aconteceu porque, apesar de as mulheres terem dado largos passos rumo à “politização da esfera privada”, a conquista da esfera pública ainda era um desafio para elas. (VELOSO, 2005, p. 80-81).

Inicialmente, o programa era transmitido em uma divulgadora, somente em caráter experimental. Pensando em ampliar sua abrangência, o Rádio Mulher passou a ser veiculado em uma rádio de maior alcance durante três dias por semana, das 11h às 12h. A experiência deu certo, e o programa passou a ser transmitido ao vivo de segunda a sexta na Rádio Quilombo FM, liderando a audiência das manhãs²⁴. O alcance era de 200 mil pessoas em 50 municípios da Mata Sul pernambucana e em parte do estado de Alagoas.

Ao serem convocadas para as reuniões com o objetivo de discutir questões de violência doméstica sexista, saúde e políticas públicas, o movimento de mulheres da Zona da Mata se fortaleceu e começou a organização e fortalecimento da articulação dessas mulheres.

Desde o final de 2010, o programa é transmitido pela Rádio Farol FM 90,7 com sede no município de Catende. Além das enchentes ocorridas no município de Palmares durante o mês de junho de 2010, a mudança para outra emissora foi justificada por dificuldades financeiras (não detalhadas pelas entrevistadas durante a pesquisa).

O programa Rádio Mulher é veiculado também no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Embora os enfoques sejam os mesmos e compartilhem da mesma coordenação de Ana Veloso²⁵, o programa na cidade do Cabo difere-se pelo seu alcance reduzido – pouco mais de 1 Km –, uma vez que é transmitido pela Rádio Comunitária Calheta 98,5 FM, das 8h às 9h.

²⁴ De acordo com uma pesquisa quantitativa realizada pela Promarketing, em 2002, o rádio aparece como o veículo de comunicação preferido por 65,48% dos 600 entrevistados residentes nas zonas urbana e rural dos municípios de Palmares, Joaquim Nabuco, Água Preta e Catende. A Rádio Quilombo FM foi considerada a mais ouvida por 49,92% dos pesquisados, seguida pela Cultura AM, com 31,3% da preferência. O Rádio Mulher figura na pergunta aberta como o terceiro programa mais ouvido entre as 8h e as 22h. Mais de 55% dos entrevistados dos quatro municípios admitiram ouvi-lo. Vale salientar, ainda, que um dos resultados mais importantes do levantamento foi o impacto das mensagens do Rádio Mulher entre o público feminino: 64,58% das mulheres ouvidas disseram que uma informação divulgada pelo programa havia sido importante para sua vida. Entre os homens, 38,52% reconheceram a importância das notícias apresentadas pelo Rádio Mulher (VELOSO, 2005, p. 90).

²⁵ Ana Veloso é jornalista, mestra em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professora do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e coordenadora da Política de Comunicação do Centro das Mulheres do Cabo.

O programa vem construindo mulheres protagonistas de sua história, fazendo deste objetivo um lema desde suas primeiras transmissões com temas sempre voltados para as mulheres. Assim, questões sobre saúde, educação, políticas públicas, violência e direitos das mulheres permeiam as matérias e vinhetas do programa, como confirma a produtora e locutora da Rádio Mulher do Cabo.

A gente trabalha muito as questões das políticas públicas, tanto a questão da violência, da Lei Maria da Penha, do controle social [...]. Aborto, sexualidade, mortalidade materna, na área de saúde da mulher. E a questão de política, economia, todos esses temas sempre com o recorte de gênero. (Produtora no Cabo)

Para passar informações pautadas na realidade das ouvintes, as produtoras do programa assumem espaços de controle social da cidade e do estado. Elas participam de conselhos, comitês e associações com o objetivo de coletar informações dessas fontes e devolvê-las de maneira mais apurada. Além desse contato direto com os movimentos de mulheres, as produtoras afirmaram pesquisar em revistas, jornais, secretarias e órgãos do governo, sites como SOS Corpo e Pulsar Brasil e demais meios de comunicação com enfoque de gênero.

Se recebemos uma informação, nós vamos atrás, coletamos dados, levamos para o programa para debater, apontar soluções, informar à população sobre isso. (Produtora no Cabo)

A gente usa a internet, usa jornais, usa revistas, usa também informações que são passadas das ONGs da região da Mata Sul. E quando é no caso da gente querer passar alguma informação, a gente busca da secretaria do governo, algo que seja social, alguma questão que ela [Secretaria da Mulher de Pernambuco] esteja fazendo do social. (Produtora na Zona da Mata)

Por vezes o programa foge do enfoque de gênero em seu discurso, prestando serviço à população de mulheres e homens da região. Durante entrevista ao vivo com a diretora-presidente do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), por exemplo, a locutora do programa fez perguntas sobre trânsito, estradas e sinalização. Além de conversar sobre o modelo de gestão adotado pela entrevistada, a locutora questionou a situação das vias públicas, destacando a responsabilidade do estado e do município. Embora o conteúdo da entrevista tenha saído da esfera de gênero, o discurso conduz, ao final da entrevista, para o fato de a entrevistada ser a primeira mulher à frente do DER. Dessa forma, além do caráter informativo de interesse geral para mulheres e homens, o programa visa mostrar, por meio da entrevista, o espaço que se abre para a mulher na política.

Desde que o DER foi criado, há 64 anos [ênfase], só homens haviam assumido o comando e agora, uma mulher à frente do Departamento de Estradas e Rodagens. Como disse, agora é a vez da mulher! (Produtora no Cabo)

Apesar de esse caráter informativo conferir ao Rádio Mulher o papel de veículo que possibilita a construção do conhecimento, é pela sua função de ensinar a cidadania e promover a expansão das liberdades das mulheres que o programa ganha um destaque especial no cenário da radiodifusão.

Fala-se na liberdade substantiva relacionada com a construção e enriquecimento da vida humana por meio das oportunidades que os indivíduos gozam. Nesse sentido, o programa busca levar informações que despertem nas mulheres a necessidade de promover mudanças na realidade opressora em que vivem.

Procuram o Rádio Mulher também pela busca pelos seus direitos. Da questão sindical, da questão trabalhista. Porque muitas das mulheres trabalham e acham que elas não têm direito. Às vezes tem aquela que é dona de casa, trabalha no roçado e elas acham que, porque trabalham no roçado, elas não trabalham, elas ajudam o marido. Então a gente mostra muito essa questão de dizer pra elas que ela é dona de casa, ela ajuda o marido e é trabalhadora rural da mesma forma. O que ela tem de diferente é que ela não tem um salário. E isso não implica que ela não é trabalhadora. A gente mostra esse lado, dizendo pra elas que, além disso, ela tem dupla jornada de trabalho. Que ela trabalha em casa, trabalha com o marido e ainda faz outras coisas além de tudo isso e ela não reconhece que ela é uma trabalhadora rural igual a qualquer outra que trabalha e tem o seu salário. (Produtora na Zona da Mata)

Embora sejam muitos os fatores que levem o indivíduo a alcançar sua liberdade global, de acordo com Amartya Sen, são cinco os tipos diferentes de liberdade instrumental que, atuando complementarmente, auxiliam na promoção da capacidade geral do indivíduo: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Ao analisar as entrevistas realizadas durante este trabalho, pode-se identificar que o programa Rádio Mulher trabalha, ao longo de sua programação, despertando nas ouvintes a necessidade de buscar todos esses instrumentos de conquista de sua liberdade. No que se refere às *liberdades políticas*, pôde-se observar, nos depoimentos, que o programa possibilita que as mulheres reivindiquem pelo direito de se expressarem politicamente, seja por meio do voto consciente ou da voz ativa.

Durante o período eleitoral, nós transmitimos a vinheta Rádio Mulher e o Voto Feminino, produzido pelo programa. Tinha uma repórter na

rua que apresentava qual era a intenção de voto das mulheres, se era homem, mulher, quais eram suas candidatas. [...] Veiculamos também a Vinheta Rede Mulher e Democracia, uma rede que conta com representações nos estados do nordeste. São cientistas políticas, mulheres populares, sindicais, de partidos políticos. Elas discutiam em seus estados as eleições e apresentavam para o programa Rádio Mulher qual era o quadro da participação feminina, ou melhor, da possibilidade de que as mulheres assumissem como governadora, se tinha alguma candidata do Estado para o senado, quais as mulheres deputadas e apresentava o quadro geral de qual era a intenção de voto naquele Estado. Foi pautado em todo período eleitoral. (Produtora no Cabo)

Quanto às *facilidades econômicas*, percebeu-se que o programa busca promover a consciência nas mulheres rurais quanto à posse de terra e a possibilidade de adquirir microcrédito, como afirma a produtora do programa no Cabo.

Abordamos questões de crédito e microcrédito para as trabalhadoras rurais. Convocamos também o MMTRNE, convocamos também a associação Aqui Pensa, que é uma associação de trabalhadoras rurais aqui do Cabo. Participamos do Conselho Municipal de Agricultura para levar as questões de gênero pra esse conselho e convidamos o conselho para discutir a questão da terra, da apropriação. (Produtora no Cabo)

Já sobre as *oportunidades sociais*, o Rádio Mulher parece ter uma constante preocupação em pautar assuntos sobre saúde e educação, o que pode ser considerado, segundo Amartya Sen, umas das condições necessárias ao ser humano para viver bem. São, portanto, as oportunidades oferecidas para que o indivíduo possa conduzir sua vida em direção ao bem-estar.

Nós temos um bloco de “Você Sabia?” que a gente pauta várias informações, né? Dizendo o que é aquele tema, como a gente deve buscar. Aí é um bloco que a gente pauta todos os dias com diferentes temas. Hoje a gente discutiu a questão da educação nas redes estaduais, já que a gente tá no início do ano de volta às aulas. (Produtora na Zona da Mata)

Os assuntos relacionados à saúde da mulher podem ser considerados os mais recorrentes na programação. Segundo as duas produtoras do Rádio Mulher na Zona da Mata, a quantidade de retorno que elas têm das ouvintes solicitando mais esclarecimentos sobre os assuntos que abordavam saúde é bastante relevante. Em seus depoimentos, elas afirmaram que as mulheres rurais são as que mais procuram o programa por este motivo.

Existe um serviço em Catende de prevenção que é encabeçado pelo movimento de mulheres, então, a maioria das mulheres que vão pra

lá fazer esse serviço são mulheres rurais. Elas tomam conhecimento desse serviço a partir do programa Rádio Mulher. (Produtora 2 na Zona da Mata)

Um dos pontos que mais enfocamos e que mais temos retorno é a questão do câncer de colo uterino e a busca pela prevenção. E aí a gente diagnosticou que aqui na nossa região [...] o índice dessa doença ainda é muito grande, né? E aí a gente detectou também que é por conta da falta de informação que elas às vezes não têm. O medo e às vezes o marido não deixa ela ir fazer esse exame. E dentro do programa Rádio Mulher a gente pauta isso muito fortemente e a gente tem casos de mulheres que foram fazer o exame após escutarem o programa. (Produtora na Zona da Mata)

Percebe-se que o rádio, por meio de seu papel informativo, consegue atingir as ouvintes convencendo-as da importância de realização do preventivo. Mesmo o assunto sendo permeado por medos e preconceitos, o programa busca utilizar a linguagem persuasiva através de conteúdos informativos para quebrar a visão machista em torno de assuntos como exame ginecológico e prevenção. Como confirma a produtora na Zona da Mata, os maridos dessas mulheres geralmente formam uma barreira, impedindo-as de realizar o exame.

Uma ouvinte falou que ela não fazia o exame de prevenção porque ela tinha medo e também porque o marido dela não deixava. E aí, escutando o programa Rádio Mulher, ela disse que criou coragem e foi fazer. Porque, assim, muitas pessoas diziam que assustava, que doía, que isso e que aquilo. E sem contar com a questão do marido, né? E aí ela procurou a gente lá na sede, lá em Palmares, e disse pra gente que fez e que foi agradecer. O bom é que elas escutam e elas vão lá e elas dizem pra gente. Elas ligam, quando elas podem ligar. Mas quando elas não podem, elas arrumam um jeito de ir no espaço onde a gente trabalha. (Produtora na Zona da Mata)

Outro tema tabu que é abordado pelo rádio é relacionado às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Um dos pontos também que a gente pauta é a questão do HIV, né? E aí a gente leva muita informação pra todo público, principalmente pra área rural, que é um público que tem difícil acesso à informação. Esse é um tema também que a gente tem bastante retorno. (Produtora na Zona da Mata)

Retomando a abordagem das cinco liberdades instrumentais retratadas no programa Rádio Mulher, as *garantias de transparência* surgem na linguagem utilizada pelas locutoras. O fato de ser um programa feito por mulheres cujo enfoque de gênero está sempre presente faz com que as ouvintes sintam-se inseridas nas informações e acolhidas pelo programa. Segundo Amartya Sen, essa certeza de sinceridade e da garantia de clareza são necessárias em todas as relações sociais.

O Rádio Mulher tem sido um canal de interlocução para as mulheres fazerem suas reivindicações, fazerem suas críticas ao poder público, fazer o diálogo entre comunidade e gestor. Tanto que elas falam que ter ido pro Rádio Mulher foi abrir portas para elas. A gente faz toda essa articulação das demandas das comunidades através do Rádio Mulher, as mulheres vão pra lá, colocam suas demandas, colocam suas reivindicações e o Rádio Mulher faz esse link, faz essa ponte. (Gestora de projetos do CMC)

Elas usam o Rádio Mulher como fonte de informação também de preparação, um espaço onde elas se fortalecem e saem de n situações, né? Muitas mulheres rurais procuram a gente para fazer exame de câncer de colo do útero pela primeira vez. [...] procuram a gente porque tá hoje despreparada. (Produtora 2 na Zona da Mata)

Por fim, a *segurança protetora* pode ser identificada nas medidas adotadas pelo programa Rádio Mulher para garantir a integridade física das ouvintes. Pôde-se identificar que, junto com a saúde, manter as mulheres fora do círculo de violência é uma das preocupações das integrantes do programa. A estrutura patriarcal e machista coloca as mulheres em posição de inferioridade, submetendo-as às diversas formas de violência sexista. O Rádio Mulher busca resgatar as vítimas, encaminhando-as para atendimento psicossocial.

Tem uma mulher que estava ouvindo o programa. O assunto do dia era violência doméstica contra as mulheres. Ela nos ligou, timidamente, dizendo que era vítima de violência durante anos. Nós encaminhamos para o atendimento no Centro. Aí ela não foi, não compareceu. E aí, na tentativa de resgatar esta mulher, no outro dia, fizemos novamente o programa. Claro, né, com outros olhares. Primeiro fizemos o que era as origens e consequências da violência. Ela não compareceu. Fizemos no outro dia o ciclo da violência doméstica: como acontece, como é que ele está sempre se driblando e tal. [...] Quando foi depois, uns dois dias depois, ela ligou de novo. Aí marcou conosco. Aí compareceu ao centro das mulheres. Ela tá em atendimento. Hoje a gente não faz mais atendimento, mas a gente encaminhou para a secretaria municipal que faz atendimento psicossocial e hoje está nesse processo com esse cara que denunciou. É uma senhora, inclusive, não é jovem. É uma senhora. (Produtora na Cabo)

A importância dessas liberdades instrumentais não está no acontecimento isolado delas, mas sim no conjunto destes instrumentos presentes na vida do indivíduo. Nesta inter-relação, o fato de um indivíduo ter negada a oportunidade social da educação, por exemplo, pode privar-lhe também de suas liberdades políticas, uma vez que seu acesso a informações relativas ao assunto se torna restrito pela sua limitação de leitura. Da mesma forma, se o programa trabalha

somente no sentido de desenvolver nas ouvintes um tipo de liberdade, outros tipos ficariam comprometidos, uma vez que se relacionam entre si.

Vale reafirmar que aqueles indivíduos que têm algum instrumento de liberdade negado – educação, assistência social, saúde, alimentação, segurança etc. –, não possuirão as qualidades que se apresentam como fundamentais para desempenhar uma vida responsável. Observa-se, assim, não somente uma lacuna no bem-estar individual, mas também a ausência da responsabilidade capaz de promover o desenvolvimento. Desta forma, ao proporcionar meios de expandir as liberdades das ouvintes, o Rádio Mulher está estimulando nelas a noção de responsabilidades individuais. Só desta forma elas passam a refletir não somente na necessidade de mudança, mas na possibilidade de promover o desenvolvimento da sociedade, uma vez que passam a se sentir integrantes.

Além de ter assegurados os seus instrumentos de expansão das liberdades, o desenvolvimento cujo enfoque está na perspectiva de liberdade exige que os indivíduos assumam uma postura ativa, conhecendo as suas necessidades e avaliando os instrumentos necessários à mudança para, enfim, realizá-la.

Isto ocorre porque, quanto maiores forem a liberdade e o bem-estar dos sujeitos, maiores serão as oportunidades de se obter resultados globais eficientes. Assim, atribui-se aos membros da sociedade a responsabilidade única de influenciar suas próprias vidas. Neste sentido, o Rádio Mulher pareceu estar consciente do papel de construção de agentes. Para as integrantes do programa, o rádio não deve promover assistencialismo. Elas buscam mudar a realidade em conjunto.

As nossas contribuições nem sempre são imediatas. Bem diferente de outros programas de rádio atualmente, a gente não presta assistencialismo. Por exemplo, liga alguém que precisa de uma cadeira de roda. Aí, vou ligar pra fulano pra conseguir uma cadeira de rodas? Não ligamos para conseguir uma cadeira de rodas. Aqui, a gente educa, a gente forma as pessoas para que compreendam que... Por exemplo, a Secretaria de Assistência Social, ela precisa dar todos os aparatos para as pessoas que necessitam, as pessoas com deficiência física, que precisam dessa cadeira de rodas. A gente não pode só contemplar a você, uma pessoa. A gente, não. Seu caso pode ser o caso de fulano, de beltrano, de cicrano. Então, assim, a gente pode pegar o teu contato e remeter direto para o departamento. Porque a gente sabe que encontrar esses departamentos dentro de uma estrutura de governo nem sempre é fácil. Tudo bem, isso a gente faz, encaminha, mas a gente não pede uma cadeira de rodas só pra uma pessoa. A gente tem que apresentar políticas do estado e município sobre a situação. (Produtora no Cabo)

Os depoimentos indicaram que o Rádio Mulher sempre busca chamar a ouvinte à responsabilidade. Segundo as integrantes, elas têm que se ver como ativamente envolvidas, o Rádio Mulher dá as oportunidades. Neste ponto, Sen (2000, p. 71) afirma que é preciso envolver-se com seu próprio destino, não apenas “como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda”.

A gente sempre diz: levem isso para os grupos, discutam o que a gente apresenta aqui nas escolas. Você também tem a responsabilidade de discutir isso na tua associação, onde você está, dentro de casa. (Produtora na Cabo)

Essa garantia da construção da mulher como agente está presente na fala da Coordenadora do CMC ao alertar sobre a ligação errônea entre o Rádio Mulher e a imagem de “mãe” das ouvintes.

A gente trabalha exatamente contra isso. O programa é mais um lugar onde as pessoas podem utilizar para acessar direitos. Se fosse uma mãe dava coisas assim, né? Mas, não. É a coisa de ouvir as pessoas e valorizar o que tá sendo ouvido, o que tá sendo dito. Dar uma amplitude desse dizer popular que nem sempre tem espaço na grande imprensa. Então, é um espaço que ali as pessoas sabem que podem falar das suas coisas, que vai ser ouvido e vai repercutir pra outros lugares. A figura da mãe é muito assim, mais maternal, de mulher. E não existe esse tipo de ação. Inclusive a gente faz o contrário. Dar força pra que as mulheres reassumam a fala, que um dos grandes interditos das mulheres realmente é a fala. Realmente as mulheres não têm muito espaço pra fala. As mulheres são mais caladas, né? E esse instrumento Rádio Mulher dá uma autoestima. Eu posso falar das coisas que eu sinto, do que eu vivo na vida, no mundo. Se sente mais à vontade, se sente mais acolhida, respeitada. Ela não vai ser nunca ridicularizada ali no Rádio Mulher, ela vai ser sempre valorizada. (Coordenadora do CMC)

Ao veicular informações com recorte de gênero, está-se buscando inserir, principalmente, as mulheres rurais, por estarem mais afastadas dos centros de informação. Desta forma, o programa lhe mostra a existência de um veículo onde ela poderá buscar informações para seu fortalecimento. Só acumulando informações ela poderá perceber que a mudança deste quadro de exclusão vai depender dela mesma, de sua condição de agente na sociedade.

Com seu conteúdo informativo, o programa vai fazendo com que as mulheres, pouco a pouco, adquiram consciências transformadoras. A partir do momento em que suas realidades são confrontadas com suas necessidades, seus direitos e

deveres são questionados e as suas liberdades são desejadas, a necessidade de mudança surge como única saída possível para o desenvolvimento.

De acordo com a Coordenadora do CMC, o rádio contribui para o desenvolvimento da região por levar até as mulheres informações sobre seus direitos e conscientizá-las das políticas públicas existentes.

[O Rádio Mulher] tem esse papel de divulgar políticas, de levar pras pessoas informações sobre direitos, de fazer controle social das grandes linhas de ação. Então ele contribui do ponto de vista de divulgar as informações corretas, né? Aproximar a população das informações e de interesse mais imediato, do ponto de vista das opções de trabalho pra mulheres e homens, o processo do desenvolvimento local. Então ele tem esse papel importante para essa construção. (Coordenadora do CMC)

Neste aspecto, também o Telecentro²⁶ desempenhava um papel de conscientização das mulheres.

Tínhamos 10 máquinas no Telecentro para que as mulheres pudessem se apoderar das novas tecnologias. A gente convocava as mulheres jovens ou não para participarem. Elas participavam, os conteúdos, eles não eram qualquer um. Elas produziam conteúdos assim: “como mexer no Word?” Aí elas iam no Word. “Vamos então denunciar uma situação que esteja acontecendo na sua comunidade”. “Pesquise aí sobre as questões da violência doméstica”. O centro demorou mais ou menos 8 anos. Era apoio da Fundação Banco do Brasil. A gente já não tinha mais verba pra pagar uma pessoa pra ficar lá. E depois da enchente, perdemos tudo e o centro foi fechado de vez. (Produtora do Cabo)

Sabendo que o conhecimento é adquirido por meio da informação, produto da comunicação, pode-se afirmar que o Rádio Mulher promove a elucidação da realidade. Isto ocorre a partir do momento em que, com o conhecimento, as mulheres passam a entender sua situação, aquilo que parecia oculto para elas passa a ganhar significado e a ser compreendido. Somente compreendendo a realidade a mulher terá embasamento suficiente para aceitá-la ou recusá-la.

O Rádio Mulher tem sido esses anos todos esse espaço. Ele tem uma confiança, as pessoas, as mulheres rurais têm confiança de que a informação que vem do Rádio Mulher, ela vai ter uma orientação de como chegar no serviço de saúde, de como acessar um direito. Então é uma coisa assim muito direta, né? Ela é sempre usada pras coisas imediatas da vida mesmo, de mandar um recado, coisas assim de encontrar alguém, mas, sobretudo, essa coisa da informação, de denunciar ao vivo de como é atendida nos serviços. E isso tem acontecido bastante. (Coordenadora do CMC)

²⁶ O Telecentro foi instalado em Palmares com o apoio da Fundação Banco do Brasil. Funcionou durante oito anos e teve seu fim em junho de 2010, quando a enchente inundou a sala, destruindo todos os equipamentos de informática.

Em seu depoimento, a Coordenadora do Centro de Mulheres do Cabo destaca a importância do programa como fonte de educação, denúncia direta e de informação transformadora em longo prazo.

Tem duas coisas importantes. Uma é que na zona rural, nos municípios menores, há uma utilização por parte das educadoras e escolas em reeditar o programa pra sala de aula, e isso é importante, né? Principalmente naqueles temas mais polêmicos sobre sexualidade e tal. E do ponto de vista da relação com as trabalhadoras rurais é trabalhar a questão da violência, a questão da Lei Maria da Penha. Então é uma interação muito perto. E falar sobre questões atuais da relação homem e mulher. Tem uma pesquisa, a pesquisa de 2002, já encontrava esse tipo de interação concreta assim com as pessoas. Questão até de mudar de opinião, de atitude, de comportamentos. Quer dizer, contribui na mudança disso. Claro que o rádio pelo rádio, por si só ele não faz muita diferença, mas, como um elemento dessa relação, de outras informações de outros canais, ele tem essa importância. Até porque tem uma oralidade muito grande nas pessoas, as pessoas se comunicam muito no falar, no dizer. Então é um instrumento de comunicação perfeito pra essas populações que estão mais longe dos centros informativos. (Coordenadora do CMC)

A escolha do rádio como ferramenta para propagar e fazer ecoar a necessidade de transformação por meio do conhecimento foi justificada pela produtora do Rádio Mulher de acordo com as características radiofônicas citadas no capítulo 3. Segundo ela, a própria história do projeto está nas características do rádio.

O Rádio Mulher surgiu assim: o Centro das Mulheres já tinha uma atuação política na Zona da Mata, que era através do desenvolvimento de projetos, trabalhando essa questão de desenvolvimento local, sustentabilidade, agroecologia. E aí éramos sempre as animadoras dessa organização de mulheres da Zona da Mata. Foi quando se percebeu que as oficinas, os cursos, precisavam sair daquela estrutura apenas. Vamos, então, tudo que a gente produzir com aquelas mulheres, vamos jogar isso no mundo através de um meio de comunicação. Aí se pensou em rádio, se pensou em televisão. Mas, como, televisão? Se hoje já é ruim as mulheres acessarem televisão, imagina naquela época, ainda com a questão de energia. Revista? Mas a gente tem um índice de analfabetismo muito grande aqui, como é que a gente vai desenvolver? Então chegou o rádio. Além de ser mais barato, a gente consegue com que as mulheres vão cortar sua cana, cuidar da sua terra e levar o rádio, que pode ser ouvido por conta da pilha. (Produtora no Cabo)

Assim, percebe-se que, durante a idealização do programa, pensou-se na facilidade de transporte do rádio e sua utilização como pano de fundo para as

trabalhadoras rurais; no custo de produção e do aparelho em si; e na possibilidade de alcançar pessoas com qualquer nível de escolaridade. Este último fator advém da forte oralidade presente na radiodifusão, que é suficiente para atribuir o papel de comunicador a qualquer um que tenha algo vultoso para comunicar. O Rádio Mulher é, portanto, um meio surpreendentemente participativo, oferecendo um papel de comunicador de mão dupla.

O Rádio Mulher é uma ferramenta muito importante pois favoreceu a interiorização, por levar toda proposta política e articular com outras mulheres, possibilitar que essas experiências fortalecessem a organização de mulheres da Zona da Mata. E sobre a questão da fala pública das mulheres, que culturalmente têm essa dificuldade da fala pública, o Rádio Mulher é o local que as mulheres sentem-se à vontade. Elas até esquecem que aquilo ali é um instrumento tão temido de poder. Ficam muito à vontade porque antes das mulheres chegarem lá existe uma intimidade entre nós, então o rádio passa a ser – essa coisa de instrumento do rádio e tal – passa a ser um detalhe já menor nesse sentido da resistência da barreira que a gente tem pra fala pública. O rádio contribui muito para quebrar essas barreiras. (Gestora de projetos do CMC)

O Rádio Mulher pra mim foi uma lição de vida. É um espaço de formação realmente, de comunicação. E ali você tá falando pra um público que você não conhece, de vários municípios da área rural e você tem que ir e falar não com a fala técnica, mas com a voz que as pessoas, elas entendam. A Rádio Mulher também é muito isso. A gente sempre diz: a gente não precisa de uma locutora que seja formada e que tenha uma boa dicção, a gente precisa de alguém que fale, mas fale pras pessoas entenderem. Principalmente as mulheres. E aí a gente percebe que o público dos homens, ele é muito presente também no programa Rádio Mulher. Quando ligam, quando parabenizam, quando eles se identificam isso é muito bom, né? (Produtora na Zona da Mata)

De acordo com a base teórica construída ao longo do trabalho, o rádio é um veículo capaz de mudar hábitos, gerar conhecimento e promover a formação ideológica. Assim, as integrantes do Rádio Mulher parecem ter consciência desta função e direcionam o trabalho com esta finalidade, em prol da mulher, da liberdade e do desenvolvimento.

Em 2010, o Rádio Mulher conseguiu promover uma mesa redonda para discutir a saúde pública na região rural. Estavam presentes no estúdio do programa algumas integrantes da associação de Engenho Serra e o Secretário de Saúde do município do Cabo de Santo Agostinho.

Esse ano a gente teve um desdobramento importante, que foi uma comunidade rural que estava sem acesso ao programa Saúde da Família e o processo foi esse, foi trazer as mulheres da associação

pra colocarem suas demandas, suas reivindicações. O Secretário de Saúde foi chamado para um debate, uma mesa redonda ao vivo [ênfase] com as mulheres. E depois disso o secretário foi pra comunidade, na associação, e lá foi feita toda negociação e ele reativou o posto de saúde na comunidade do Engenho Serra. A gente trabalha fazendo uma ação de desenvolvimento da comunidade e uma das ações nessa área é exatamente fortalecer o movimento social de mulheres para fazer o controle social das políticas públicas. A luta pelos direitos. (Gestora de projetos do CMC)

A gente chamou a líder, que é Dona Santina, que é da comunidade de Engenho Serra. Ela fez documentos, a gente ajudou a redigir, chamou o secretário, chamou a comunidade, chamou as mulheres rurais da comunidade. E desde então [...] conseguiu se instalar um posto de saúde com um atendimento médico, prevenção, com atendimento básico. (Produtora no Cabo)

No período de execução do programa do Governo do Estado, chamado Chapéu de Palha, nosso contato com a trabalhadora rural é maior. Porque aí a gente facilita as oficinas do programa e aí a gente tem esse feedback, porque a gente pauta essas mulheres trabalhadoras rurais no programa de rádio. O que vocês estão aprendendo? Quais são as dificuldades no processo da entressafra? Nós entrevistamos, criamos as rodas de diálogo com essas trabalhadoras rurais. (Produtora no Cabo)

É importante que um meio de comunicação tenha, antes de tudo, a função de ensinar, acrescentar algo para o indivíduo. Esta compreensão está presente na fala das integrantes do programa. Além de informar, elas tentam quebrar o preconceito existente na sociedade patriarcal. Elas sentem que as mulheres estão abertas para aprender, mas encontram barreiras em casa e nos demais espaços da sociedade.

Existe um retorno das mulheres, mas ainda há uma omissão, dependendo dos assuntos. Ontem nós conversamos sobre os estupros corretivos na África do Sul. Mulheres que são lésbicas e que são estupradas, maltratadas por homens, para curar o lesbianismo. Então é um tabu ainda, primeiro conversar sobre orientação sexual, principalmente mulheres lésbicas, porque elas ainda são mais contidas para se revelar. E isso causa um certo tabu e afastamento para que não liguem. Mas estão ouvindo. Tanto que, quando nos encontramos em outros espaços, elas contam que estavam ouvindo. E por que não ligou? Com medo que alguém identifique, mesmo não sendo, mas tem medo de apresentar à população a possibilidade de ser. Porque se liga e defende ou coisa parecida, vão dizer: “tá vendo? Fulaninha é”. No final do programa a gente diz que isso não é uma apologia a nenhuma orientação sexual, mas é a bandeira do respeito às escolhas que as pessoas fazem na vida. A decisão religiosa, a decisão de ter um parceiro, a sexualidade. O respeito à diferença. (Produtora no Cabo)

O programa Rádio Mulher parece entender a proposta de radiodifusão feita por Brecht (2007, p. 228-229), para quem o rádio pode ser o mais admirável aparato de comunicação, desde que coloque o ouvinte como fornecedor de conteúdo.

A principal função do programa é o espaço político para as mulheres interagir com a sociedade sobre a questão dos direitos. Sobre os direitos, sobre as suas bandeiras de luta, a polêmica sobre a questão das mulheres, da cidadania. É um canal realmente direto com a sociedade pra discutir essas questões. É um espaço que as ouvintes têm pra falar das suas angústias, das suas questões de vida. Acho que ele tem essa questão política mesmo. (Coordenadora do CMC)

As informações devem ser de interesse do público a que se dirige para que elas se sintam inseridas no que está sendo dito. O programa busca orientar as ouvintes no sentido de conhecer seus direitos e mudar sua realidade.

A função do programa é tentar tirar as mulheres da situação de alienação mesmo. Porque a gente traz uma triagem de informação onde a gente busca mostrar para as mulheres que elas têm o direito com relação a, por exemplo, a trabalhadora rural: quais os direitos que elas têm dentro do trabalho que ela exerce? Uma parteira, qual a importância da parteira? Como é que ela se encontra dentro de uma situação de violência? Porque muitas mulheres às vezes vivem uma situação de violência e não sabe que está. Como é que essa mulher pode procurar melhor o serviço de saúde e deve ser bem atendida? Então o nosso papel é tá tirando as mulheres da situação, como é que eu posso dizer, a gente tá saindo da situação de vítima e começar a ser atrizes dentro do processo. (Produtora 2 na Zona da Mata)

Embora o programa tenha um enfoque em questões de gênero, quando surge um assunto de interesse da comunidade, elas buscam encontrar uma ligação com as mulheres ouvintes.

As notícias são sempre de interesse da comunidade, mas dando um recorte de gênero. Por exemplo: a questão da água é de interesse coletivo. Todo mundo precisa da água pra sobreviver. Mas quem sofre mais com a falta de água? São as domésticas, as mulheres que cuidam e precisam cuidar do lar. Elas que fazem a comida. Se faltar água, são as mulheres que precisam carregar água da cacimba. Então o programa aborda a água como um bem de todos, mas dando esse recorte de gênero. (Produtora no Cabo)

O exemplo de retorno das ouvintes que mais chamou à atenção foi o caso de uma trabalhadora rural que passou a trabalhar como produtora do programa. Segundo depoimento das produtoras do Rádio Mulher, ela conseguiu sair do círculo de violência em que vivia, alfabetizou-se e hoje trabalha como educadora.

A gente tem um dado importante, que é a segunda produtora do programa Rádio Mulher. Ela era trabalhadora rural e analfabeta e aí ela escutava o programa Rádio Mulher e aí passou a participar,

participar, participar. E logo então ela passou a frequentar a sede do Rádio Mulher e foi quando precisavam de uma produtora e ela voltou pra escola pra ler e escrever e assumiu a produção do Rádio Mulher. (Produtora no Cabo)

Uma das primeiras produtoras do programa Rádio Mulher foi uma trabalhadora rural, uma mulher rural. E hoje ela não tá mais na produção do programa, mas ela conseguiu se formar no colegial e hoje é educadora do Programa Paulo Freire. Ela era ouvinte, participou do primeiro processo do Rádio Mulher como produtora; hoje não tá mais, mas continua sendo ouvinte. E, assim, ela reconstruiu a vida dela a partir do programa Rádio Mulher, né? E ela era trabalhadora rural, uma mulher rural que vivia uma situação de violência e a partir do Rádio Mulher a situação dela mudou totalmente. (Produtora 2 na Zona da Mata)

Fornecer informação e suporte para que as mulheres saiam da situação de vítimas da violência doméstica é um dos maiores trabalhos do Rádio Mulher. Todas as entrevistadas citaram relatos de ouvintes que ligam ou vão à sede do programa em busca de mais informação e orientação. Este fato mostra o quanto o veículo é capaz de despertar no indivíduo passivo o conhecimento suficiente para querer assumir uma postura mais ativa.

Várias mulheres que escutam o Rádio Mulher saíram do círculo de violência. Isso é um dos temas que a gente mais discute e que a gente tem mais retorno. Inclusive no final do ano, no dia 31 de dezembro de 2010, eu recebi uma visita no programa, justamente pra ir agradecer e parabenizar. Porque ela, essa mulher, era de Marel e aí ela dizia que através do programa Rádio Mulher, de um bloco que nós temos que é o Você Sabia, ela conseguiu sair do círculo de violência. Tanto ela quanto a sobrinha. A sobrinha também escuta o programa. Ela escutava o programa e aí as duas moram na mesma casa. Por morarem na mesma casa, elas se fortaleceram, né? Se fortaleceram, elas duas, e conseguiram sair. Esse é um dos casos, mas nós temos vários outros casos de mulheres que denunciam no programa. De mulheres que buscam o programa pra se fortalecer e ter coragem de denunciar. Mulheres que procuram a gente no programa pra que a gente possa também encaminhar elas pra outros meios. (Produtora na Zona da Mata)

Tem muitas pessoas fazendo contato com a gente pra participar, pedir música, mas o que mais marca a gente são os retornos referentes à exploração da violência contra a mulher. De muita mulher ligar e procurarem a gente pessoalmente pra sair da situação de violência. A gente encaminha pra delegacia da mulher, encaminha pra secretaria da mulher, conversa com elas, tenta fazer elas saírem da situação, né? (Produtora 2 na Zona da Mata)

Além de promover a mudança das mulheres urbanas e, principalmente, rurais, o Rádio Mulher tem provocado uma mudança na própria equipe integrante do

programa. Essas mulheres vivem na mesma sociedade patriarcal e encontram no programa de rádio uma forma de entrar em contato com a informação.

Na verdade eu estou no movimento de mulheres faz uns 15 anos, né? E aí eu digo sempre que estar no Rádio Mulher hoje foi um desafio pra mim, foi um dos maiores desafios. Eu cheguei pra dar aula de informática naquele espaço [Telecentro] e aí eu fui me adaptando àquele lugar e fui também aprendendo e tomando também pra mim. E aí eu comecei também a fazer a locução com muito medo. Medo de verdade! Então por isso que eu digo que foi um desafio muito grande. Comecei a aprender a técnica. E aí eu já tinha curiosidade, já tinha vontade e fui aprendendo e hoje eu fiquei assumindo o Rádio Mulher. Hoje inclusive eu nem consegui fazer o programa todo, porque hoje é meu aniversário e foi uma surpresa muito grande. Minha filha fez uma homenagem ao vivo e aí as ouvintes começaram a ligar, falar ao vivo da importância do programa, da minha importância. (Produtora na Zona da Mata)

Da mesma forma que as ouvintes adquirem conhecimento e buscam melhores situações de vida, as integrantes passam por situação semelhante. Na entrevistas, as palavras-chave foram “empoderamento” e “fortalecimento”. Essas mulheres vêm no Rádio Mulher um espaço para assumir sua fala.

*Ela é a muralha que há milênios detém
as urgências brutais do homem para que
na sociedade possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.
[...] estrutura sólida e indestrutível da sociedade,
de todos os povos, de todos os tempos.
Mulher da Vida, minha irmã.*

*Poesia dedicada ao Ano Internacional da Mulher em 1975.
Cora Coralina (1983, p. 205-206)*

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o rádio como veículo promotor do desenvolvimento mostrou o quanto se pode alcançar com a utilização deste meio de comunicação. Sabendo que seu poder de alcance e persuasão são seu forte, deve-se atentar para o seu uso. Muito se fala nas mídias como um poder, uma arma. De fato os veículos podem surtir o mesmo efeito repressor.

No entanto, o que se buscou com o presente trabalho foi mostrar exatamente o contrário. Os veículos podem ser associados ao poder, sim, desde que estejam relacionados ao fortalecimento de indivíduos. O poder na mão do povo, da sociedade e não de poucos políticos e empresários.

O desenvolvimento surgiu nas linhas que se seguiram como um processo no qual as escolhas das pessoas são ampliadas. As aspirações pessoais devem estar no foco da atenção, pois, satisfeitas em suas aspirações, elas podem realizar projetos e desenvolver ações em prol da sociedade. Desta forma, o desenvolvimento abordado está relacionado, principalmente, às oportunidades que os indivíduos possuem para fazer suas escolhas.

Por razões que parecem estar claras há décadas, o crescimento econômico também é de grande importância para atingir o desenvolvimento. No entanto, o maior esforço foi abordar o desenvolvimento como fruto da expansão das liberdades instrumentais, entre as quais se incluem, também, as facilidades econômicas. O trabalho buscou mostrar que, embora as privações econômicas possam interferir na liberdade substantiva do indivíduo e, conseqüentemente, no desenvolvimento, outras privações podem ser consideradas a causa maior de uma estagnação.

A falta de uma alimentação adequada, de cuidados com a saúde ou a própria privação de liberdade podem ser o motivo principal de um processo de desenvolvimento que não acontece.

Embora nas áreas rurais sejam escassas as articulações e mobilizações sociais que visem à luta pelos direitos dos cidadãos, o presente estudo detalhou as ações realizadas pelo grupo de mulheres organizadas na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Por meio do programa radiofônico Rádio Mulher, elas vêm formando mulheres protagonistas de suas ações.

Elas transmitem a ideia de que as ouvintes devem sair da situação de receptoras de auxílio e comecem a se tornar agentes no processo de desenvolvimento. Tudo permeado por uma linha editorial que aborda questões como saúde da mulher, combate à violência doméstica, discussão de políticas públicas, direitos das mulheres, trabalho, economia e política, todas com enfoque de gênero.

Fazendo com que as mulheres conheçam a si mesmas, o programa Rádio Mulher está trabalhando a expansão das liberdades instrumentais de mulheres nas áreas urbanas e rurais do estado de Pernambuco. O recorte dado às mulheres rurais é especial pelo fato de elas estarem localizadas em áreas mais afastadas dos centros de informações. Para elas, o acesso às notícias e até mesmo a participação em articulações políticas ficam comprometidos pela distância em que se encontram.

Geralmente na área rural não há uma rede de televisão específica ou uma mídia impressa direcionada como jornal e revista informativos para as populações rurais. O que acontece com o Rádio Mulher é que o próprio veículo possui características que favorecem a penetração na área rural. Acrescenta-se ainda o baixo custo do rádio, a facilidade de locomoção e a forte oralidade, fato que dispensa a necessidade de ser alfabetizado para compreendê-lo.

Assim, o programa mostrou-se de grande utilidade para que as mulheres rurais tenham acesso às informações, acumulando conhecimento e buscando melhorias em sua realidade. Esta busca por uma vida mais satisfatória, embora pareça favorecer apenas na esfera individual, foi apontada neste estudo como a principal motivação para o desenvolvimento em uma esfera maior. Pessoas realizadas buscam melhorias que favorecem a si próprias e, inevitavelmente, à sociedade.

Ficou evidente que o Rádio Mulher prioriza a formação de mulheres ativas no processo de desenvolvimento. Elas devem ser responsáveis por suas escolhas. O programa entende que a sociedade em que estão inseridas é caracterizada por uma postura patriarcal e machista, no entanto, o programa oferece a ferramenta necessária para buscar o bem-estar: o conhecimento.

O programa não se posiciona de maneira assistencialista. As integrantes do movimento combatem esta atitude por acreditarem que a verdadeira mudança é fruto do crescimento do indivíduo, da busca por suas próprias conquistas. Para que isto ocorra, a expansão das liberdades dessas mulheres é trabalhada nas matérias, entrevistas e vinhetas que compõem o programa.

Além da estrutura composta por notícias e informações transmitidas, o Rádio Mulher conta com o suporte de centros de mulheres organizadas na Mata Sul e no Cabo de Santo Agostinho, que oferecem o suporte necessário para que o trabalho com as mulheres tenha resultados positivos.

Na área rural, o trabalho desenvolvido com as mulheres tem rendido frutos no combate à violência, no cuidado com a saúde e na discussão de políticas públicas. O estudo mostra que o Rádio Mulher não trabalha para tirar a mulher do círculo de violência, mas, sim, fazendo com que as mulheres rurais tomem consciência da realidade em que estão inseridas e busquem, elas próprias, sair dessa situação de agressão.

Elas vivem a violência, mas não possuem o conhecimento necessário para entender o que acontece. Sentem somente as marcas de atos violentos, mas não sabem que por trás daquilo há um fator histórico e cultural. Nesse sentido que o Rádio Mulher entra em cena, fornecendo a informação. A situação não é resolvida retirando o agressor ou a agredida, mas, sim, colocando o conhecimento em ação para que a mulher se fortifique para agir da maneira que lhe parecer adequada.

É através desta ação informativa que o Rádio Mulher promove o desenvolvimento da Zona da Mata Sul de Pernambuco. É agindo diretamente no desenvolvimento humano e na formação de cidadãs e agentes promotoras de mudanças. Desta forma, ao expandir as liberdades das mulheres rurais, está se estimulando nelas a noção de responsabilidades individuais. Só desta forma elas passam a refletir não somente na necessidade de mudança, mas na possibilidade de promover qualquer tipo de alteração em sua realidade e na sociedade.

O trabalho mostrou que o desenvolvimento é um processo global que depende da capacidade de transformação de todos os indivíduos. Independente de etnia, sexo e posição social – ou qualquer outro fator discriminatório –, somente por meio dos interesses individuais é possível chegar ao interesse maior para a sociedade.

Se um grupo não participar do processo de desenvolvimento, suas vivências futuras sofrerão com privações e subordinações. Somente estando inseridas nesta ação continuada é que as mulheres conquistarão a equidade tão abordada no discurso feminista.

O Rádio Mulher mostrou que vem assumido um papel de grande relevância no processo de desenvolvimento rural ao trabalhar no sentido de estimular a condição de agente das mulheres rurais. As ouvintes pouco a pouco vão deixando de se encaixar no papel de receptoras passivas e começam a assumir uma postura ativa nas transformações sociais, beneficiando outras mulheres e homens.

Um exemplo disso ocorreu com uma das primeiras produtoras do programa, que era trabalhadora rural. Após algum tempo como ouvinte, buscou o rádio para tentar se fortalecer e sair de uma situação de violência. Como não era alfabetizada, aprendeu a ler e escrever para participar da produção do Rádio Mulher. Atualmente, após sair da situação de vítima, ela trabalha como educadora do Projeto Paulo Freire. O exemplo mostra como a busca pela satisfação pessoal ajudou no desenvolvimento da região, isso porque, atualmente, ela trabalha fortalecendo e formando mais cidadãos.

Esse efeito multiplicador é fundamental para que o desenvolvimento seja alcançado em sua plenitude. Assim, percebe-se o quanto é urgente a necessidade de continuar incentivando ações que visam solidificar a posição da mulher rural como agente de transformação da sociedade. O caminho para o desenvolvimento rural começa no acesso à informação, segue com a solidificação do conhecimento, continua com a necessidade de mudanças, passa pela expansão das liberdades instrumentais, que segue para as realizações pessoais e transformações sociais.

Nesse sentido, o Rádio Mulher surge dando o impulso inicial às mulheres da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Uma informação feita por mulheres e passada às mulheres visando à libertação do gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: O Futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Hamilton e RIBEIRO, Eduardo. **O brasileiro que inventou o rádio**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1909201008.htm>>. Acessado em 22 set. 2010.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. Reconstituindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009. p. 33-55.

ANTIER, Guilhen. **L'origine qui vient: une eschatologie chrétienne pour le XXI siècle**. Genève: Labor et Fides, 2010.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **Informação, cidadania e sociedade no Brasil**. In: Informação e sociedade: Estudos. João Pessoa, v. 2, n. 1, 1992, p. 67-77.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ASSIS, Mariana Prandini. **Uma apreciação feminista da teoria arendtiana**. In: Em Tese: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, v. 3, n. 1, ago./dez. 2006. p.1-17

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, Aldo. **A condição da Informação**. In: Revista São Paulo em perspectiva. Fundação Seade. São Paulo, v.16, n.3, 2002, p.67 - 74.

BAROSA, Gustavo e RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BATISTA, Roseli Araújo. **O acesso à informação como requisito para o exercício da cidadania**. disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/agora/mapa_animadores_pesquisadores_roseli.pdf. Acesso em 6 set. 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **La Femme indépendante**. Paris: Gallimard, 2008.

_____. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERLO, David K. **O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERTI, Orlando. **A construção da cidadania rural pelas rádios comunitárias no sertão do nordeste brasileiro: o caso da FM comunitária terceiro milênio em Dom Expedito Lopes – PI**. In: FUSER, Bruno (org.). Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 227-245.

BOLAÑO, César e BRITTOS, Valério. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007.

BOUGNOUX, Daniel. **Introduction aux sciences de la communication**. Paris: La Découverte, 2002.

BRAIDOTTI, Rosi et al. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

BRECHT, Bertolt. **O rádio como aparato de comunicação**: discurso sobre a função do rádio. In: Estudos Avançados, vol 21, n. 60. São Paulo: ECA/USP, ago 2007. p.227-232.

_____. **Sur le cinéma**: précédé de extraits des carnets, sur l'art ancien et l'art nouveau, sur la critique, théorie de la radio. Tradução do alemão de Jean-Louis Lebrave e Jean-Pierre Lefebvre. Paris: L'Arche, 1970.

_____. **Teorias de la radio (1927-1932)**. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. São Cristóvão, v. 5, n. 2, Ago. 2003. p. 5-16.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003.

BUARQUE, Cristina. **Exposição 100 anos do dia internacional da mulher**: uma história vermelha, lilás e rosa choque. Recife, 2010.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.

CARVALHO, Lisandra. **O movimento feminista no Brasil, suas conquistas e desafios**: o empoderamento da mulher como instrumento de intervenção social. In: SLAKMON, Catherine et al (Orgs.). Novas direções na governança da justiça e da segurança. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006. p.203-213.

CERVANTES, Miguel de. **Don Quijote de la mancha**. Buenos Aires: Colihue, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global Editora, 1983.

COUVREUR, Chantal. **A Qualidade de Vida**: arte para viver no século XXI. Loures: Lusociência, 2001.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor**: algumas indicações quantitativas da nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

DEVÈZE, Jean. **As ciências da informação e da comunicação na França**: no caminho de uma hermenêutica da troca humana e social. In: FRAU-MEIGS, Divida et al (Orgs.). Comunicação e informação: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000. p. 21-40.

DUFFETT, Judith. **Atlantic City is a Town with Class**. Journal Voice of the Women's Liberation Movement, New York, p. 5, out. 1968.

EVDOKIMOV, Paul. **A mulher e a salvação do mundo**. Trad. Maria Cecília de M. Duprat. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FACHINELLI, Ana, SATIE, Carole. **Comunicação, informação e desenvolvimento regional**. In: FRAU-MEIGS, Divida et al (Orgs.). Comunicação e informação: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000. p. 221-227.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Brasil**: uma abordagem histórica. In: HOUSSEN, Doris e BRITTOS, Valério (Orgs.). Economia política, comunicação e cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 93-112.

FOUCAULT, Michel. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS, Jeanne Marie Machado de. **Comunicação e psicanálise**. São Paulo: Editora Escuta, 1992.

GIDE, André. **Les Nouvelles Nouritures**. Paris: Gallimard, 1935.

- GOEBBLES, Joseph. **The Goebbels Diaries: 1939-1941**. New York: Putnam, 1983.
- HOUSSEN, Doris. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- JOSAPHAT, Frei Carlos. **Ética e mídia: liberdade, responsabilidade e sistema**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, set./dez. 2004. p. 379-408.
- KELEHER, Loretta. **Empowerment and international development**. 2007. 228 f. (Dissertation submitted to Doctor of Philosophy). University of Maryland, 2007.
- LISPECTOR, Clarice. **Perto do Coração Selvagem**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MATOS, Cleusa Maria Alves de. **Conhecimento x informação: uma discussão necessária**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 31, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31cmatos.htm>>. Acesso em 6 set. 2010
- MCLEISH, Robert. **Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica**. São Paulo: Summus, 2001.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix. 1996.
- MODESTO, Artarxerxes. **Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos**. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Luiz André. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acessado em 09 out. 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo, Summus, 1985.
- PAIVA, Antonio Saraiva. **A Conjugalidade Homossexual no Sistema de Gênero e para Além: micropolíticas homoeróticas**. In: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), v. 37, n. 1, 2006. p.63-76.
- PERUZZO, Cicilia. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Revista do Pensamento Comunicacional Latino Americano. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, v. 4, n. 1, 2002. Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em 8 set. 2010.
- PESSOA, Fernando. **Poesias de Ricardo Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP, 2008.
- ROBINSON, Joan. **Economic philosophy**. Chicago: Aldine Pub, 2009.
- SARAIVA, Mário. Sua visita às instalações da Rádio Sociedade e apreciação pessoal sobre o valor da radiotelefonia como fator de educação, proferida, de viva voz, ao microfone. **Jornal A Pátria**. Rio de Janeiro, 8 mai. 1925.
- SCHARAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRES, Michel. **Genesis**. Michigan: University of Michigan, 1995.

SOUSA, Marquillandes. **Rádio e propaganda política**: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra. São Paulo: Annablume, 2004.

SPAGNOLO, Isabel. **Rádio e memória**. In: FORTES, Rafael e LAIGNIER, Pablo (Orgs.). Introdução à História da comunicação. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 77-90.

TERLUIN, Ida J. **Rural Regions in the EU: Exploring Differences in Economic Development**. 2001. 265 f. (Dissertation submitted to PhD in Spatial Sciences). University of Groningen, 2001.

VEIGA, José. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. In: Revista Estudos Avançados 15(43), 2001. pp. 101-119.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O Fenômeno Rádio Mulher**: comunicação e gênero nas ondas do rádio. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.